



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Laura São Marcos Fidalgo Gaspar

REABILITAR O CENTRO DE IDENTIDADE DA PREGUIÇA:
COMÉRCIO E TURISMO INTEGRADOS EM HABITAÇÃO
COMO MOTORES DE DESENVOLVIMENTO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Nuno Miguel de Pinho Lopes
e coorientada pelo Professor Doutor Walter Rossa Ferreira da Silva
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2019



Reabilitar o *Centro de Identidade da Preguiça*:

comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Laura São Marcos Fidalgo Gaspar

Esta dissertação segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e as normas APA
6ª edição para referência bibliográfica.

**Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura
Dezembro de 2019**

Laura São Marcos Fidalgo Gaspar

Orientador: Professor Doutor Nuno Lopes

Coorientador: Professor Doutor Walter Rossa

Laboratório(s) da Preguiça

Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

agradecimentos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha mãe e ao meu pai, a quem devo tudo sem eles não seria exequível estar aqui.

À minha família, em especial ao meu irmão João e ao Quico Matias, pela alegria contagiante e companhia constante.

Aos meus amigos da Figueira, Peres, Joana, Sara e Aleixo, pelos cafés tomados e pelos que faltam tomar.

A todos os meus colegas e amigos do DARQ, em especial à Dani, Pita, Teresa, Ivan, Erica e Galhardo, sem vocês não teria graça nenhuma.

Aos meus orientadores Nuno Lopes e Walter Rossa pela sabedoria transmitida e pela paciência.

Aos professores Adelino Gonçalves, Leão Lopes e Valdemar Lopes pelo acompanhamento e críticas construtivas.

Aos colegas do Laboratório, Afonso, António, Daniela, Ivan, Paz, Philippa e Zeca, por terem sido a melhor equipa com que poderia trabalhar e por fazerem da viagem a Cabo Verde inesquecível. Um agradecimento especial ao Zeca pelo registo fotográfico durante a viagem, que ilustra hoje parte da minha dissertação.

Aos colegas do M_EIA e do Atelier Mar, por terem feito de Cabo Verde casa durante dez dias.

Ao Gonçalo, por todo o carinho, tempo e apoio, essenciais durante todo o processo.

A todos os que contribuíram para a minha formação pessoal e académica, o meu sincero obrigado.

De que modo a reabilitação de edifícios de habitação com a integração de comércio e turismo local pode melhorar a qualidade de vida de alguns habitantes da Vila da Preguiça?

A Vila da Preguiça, em São Nicolau, Cabo Verde, foi em tempos uma vila portuária de elevada relevância para a ilha. Atualmente encontra-se esquecida, no entanto é na Baixa, que a pobreza e a degradação mais se destaca, onde muitos habitantes vivem e trabalham em condições absolutamente precárias. Partindo de um conjunto edificado devoluto, localizado ao fundo da ladeira de acesso entre a Baixa e a Alta, pretende-se que este se torne a porta de entrada do Centro de Identidade da vila, espaço onde se desenvolveram os programas propostos pelo Laboratório(s) da Preguiça.

Tendo em conta as dificuldades da população do Centro de Identidade, proponho com a reabilitação dos edifícios dar origem a habitações para quatro famílias, onde são integrados programas comerciais e turísticos. Cada habitação tem uma suite para alojamento local e duas das habitações têm espaços comerciais destinados a uma pequena loja e um espaço de restauração. Com esta refuncionalização de espaços, pretendo não só melhorar a qualidade de vida da população-alvo, mas também criar ferramentas para impulsionar a sua economia interna, fazendo com que estes obtenham rendimentos a partir de casa. Assim, garante-se também a dinamização da vila, promovendo atividades e produtos locais e o início do turismo de vertente sustentável na vila.

Palavras-chave:

habitação, reabilitação, comércio, turismo, desenvolvimento sustentável, *Centro de Identidade* da Preguiça.

abstract.

How can the rehabilitation of buildings for housing with the integration of local commerce and tourism improve the quality of life of some inhabitants of Preguiça's village?

The Preguiça Village, in São Nicolau, Cape Verde, was once a seaport village of high relevance to the island. It is now forgotten and is in the *Baixa* (downtown) that poverty and degradation stand out, where many inhabitants live and work in precarious conditions. Starting from a degraded set of buildings, located at the bottom of the access slope between the *Baixa* and the *Alta*, it is intended to become the gateway to the village's *Centro de Identidade* (Identity Center), where the proposed programs by the *Laboratório(s) da Preguiça* (Preguiça's Laboratory) were developed.

Considering the economic and social difficulties of the population of *Centro de Identidade*, I propose with my intervention the rehabilitation of the buildings that will have room for four families, where commercial and tourist programs will be integrated. Each house has a suite for local accommodation and two of the houses have commercial spaces for a small shop and a restaurant. With the (re)functionalization of spaces, I intend not only to improve the living conditions of the target population, but also to create tools to boost their internal economy, making them earn income from home. In this way, it also ensures the dynamization of the village, promoting local activities and products and the beginning of sustainable tourism in the village.

Key-words:

housing, rehabilitation, commerce, tourism, sustainable development, Preguiça's Identity Center

Acrónimos e siglas	17
Introdução	19
I. Contextualização - do arquipélago ao Centro de Identidade	31
1.1. O Arquipélago de Cabo Verde	33
1.2. A Ilha de São Nicolau	35
1.3. A Vila da Preguiça	37
1.4. O Centro de Identidade	39
. Habitar o Centro de Identidade	41
. Condição atual do conjunto intervencionado	45
II. Programas para um desenvolvimento sustentável - habitação, turismo e comércio	51
2.1. A habitação em Cabo Verde	53
. Evolução da habitação no arquipélago	53
. Problemas da habitação no arquipélago	61
2.2. O turismo em Cabo Verde	67
. Turismo em países em desenvolvimento	69
. Turismo sustentável para o desenvolvimento	71
2.3. O comércio em Cabo Verde	77
2.4. Caso de estudo – Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos	83
2.5. Programa proposto	87

III. A proposta de intervenção	89
3.1. Memória	91
. Conceito da intervenção	91
. Morfologia das habitações	95
. Estratégia de reabilitação	99
Considerações finais	105
Bibliografia	111
Webgrafia	117
Anexos	121

acrónimos e siglas.

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CI – Centro de Identidade

DARQ – Departamento de Arquitetura

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

MDHOT – Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território

M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura do Mindelo

MIA – Mestrado Integrado em Arquitectura

MIOTH – Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação

MRB – Município da Ribeira Brava

ONG – Organização Não Governamental

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDCL – Programa de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos

PIB – Produto Interno Bruto

PDIS – Programa de Desenvolvimento Integrado e Salvaguarda

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUCLA – Sociedade Ultramarina de Conservas Lda.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WTO – Organização Mundial de Turismo



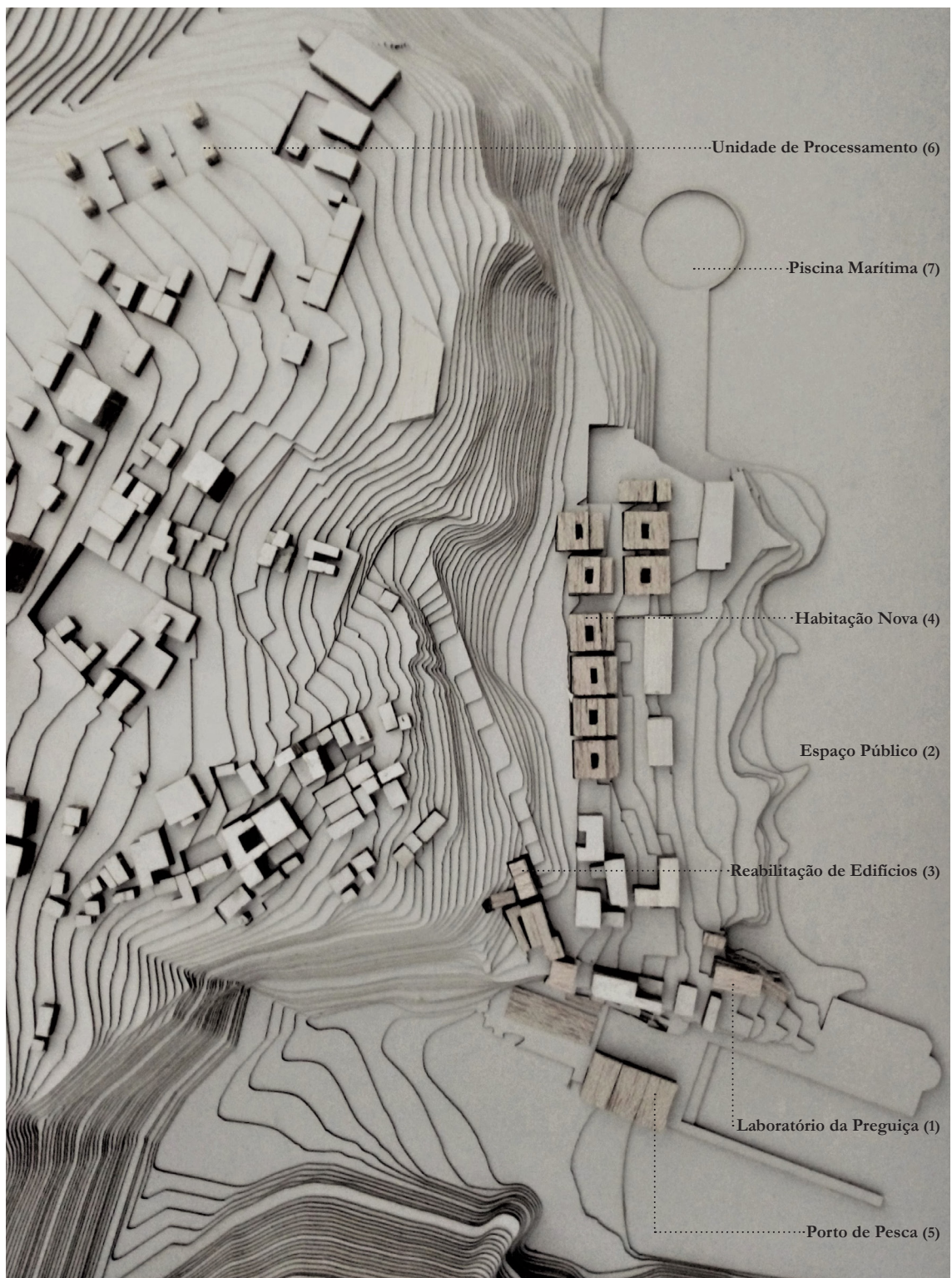
Pescadores a puxar os botes para terra, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

. O Laboratório(s) de Preguiça

O *Laboratório(s) da Preguiça* nasce de uma ação de cooperação entre o M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura do Mindelo; o Atelier Mar ONG; o Departamento de Arquitetura [DARQ] da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [FCTUC]; a Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa [Patrimónios]; o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação [MIOTH]; e o Município da Ribeira Brava [MRB], com o objetivo de produzir um programa de intervenções integrado no contexto físico, histórico, sociocultural e económico da Baixa da Preguiça, daqui em diante *Centro de Identidade* [CI] da Vila da Preguiça, na Ilha de São Nicolau, Cabo Verde (Anexo 1- enunciado). A equipa, coordenada pelos professores Adelino Gonçalves, Leão Lopes, Nuno Lopes e Walter Rossa, é ainda constituída por oito alunos finalistas do Mestrado Integrado em Arquitetura [MIA], que elaboraram um Plano de Desenvolvimento Integrado e de Salvaguarda [PDIS] para o CI da Preguiça, composto por um antepiano detalhado e sete anteprojetos.

O *Centro de Identidade* da Preguiça consiste na zona da vila à beira-mar, e encontra-se hoje abandonado e desqualificado. A economia local da povoação sustenta-se sobretudo a partir da pesca artesanal e da comercialização do produto, apesar da sua elevada instabilidade e fraca rentabilidade. Na Baía de São Jorge, os pescadores transportam diariamente, manualmente e com dificuldade os botes entre o mar e a terra, com muitas famílias a dependerem do seu trabalho para sobreviver; as mulheres, a pé ou em carrinhas, percorrem quilómetros para vender o pescado, sem quaisquer condições de higiene e refrigeração; dez famílias vivem em armazéns do Estado, na marginal, sem condições básicas como saneamento, água e energia; a degradação e pobreza na Baixa destaca-se negativamente em relação à Alta, uma vez que nela, muitos habitantes vivem e trabalham em condições absolutamente precárias. Este abandono advém de alguma falta de iniciativa, não só por parte dos órgãos de gestão local, mas também da incapacidade de resiliência da própria comunidade, que não se tem permitido pensar num futuro próspero.

Foi nesta conjuntura que a equipa do *Laboratório(s) da Preguiça* definiu como objetivos centrais: fortalecer a economia local, promovendo a criação de empregos e de equipamentos ligados às principais atividades da vila; desenvolver um turismo sustentável, através da criação de estruturas para alojamento local, restauração, comércio e lazer; reforçar a qualidade de



Maquete da Vila da Preguiça, escala 1/500. De *Laboratório(s) da Preguiça*

vida dos habitantes, realojando famílias que atualmente vivem em edifícios do Estado, sem condições de habitabilidade, proporcionando-lhes habitações com condições; e reabilitar vários edifícios que caracterizam a Baixa, assim como o próprio espaço público, fazendo renascer a frente de mar e criando espaços exteriores qualificados. Para tal, foi indispensável a elaboração do PDIS, que reúne todas essas intervenções, fazendo com que estas resultem como um conjunto, lançando linhas futuras.

Os projetos desenvolvidos são a base de oito dissertações finais do MIA no ano letivo de 2018/2019. Todavia, apesar da vertente académica indissociável, há o carácter real de serviço à comunidade, com a realização de investimentos públicos e privados que resultam na possibilidade de se verem concretizados alguns projetos, aumentando o entusiasmo e o sentido de responsabilidade de todas as partes. Na definição do PDIS foram propostos projetos de (re)qualificação em vários setores identificados e apresentados no respetivo Antepiano Detalhado, elaborado por Daniela Fróis, que correspondem a:

- Laboratório da Preguiça - acolhimento e gabinete técnico (1), projeto elaborado por Ivan Brito, que tem o objetivo de gerir o desenvolvimento das intervenções propostas e da instalação do turismo na vila;

- Espaço Público (2), projeto de Ana Paz, com maior incidência no CI, qualificando espaços urbanos para circulação e reunião para a população e visitantes;

- Reabilitação de Edifícios de Habitação, Comércio e Alojamento Local (3), projeto elaborado por mim, que consiste na refuncionalização de edifícios de habitação onde são introduzidas pequenas unidades comerciais e de alojamento local, com vista ao impulsionamento da economia familiar;

- Habitação Nova (4), projeto de Philippa Remhof, para ser desenvolvido faseadamente, com o fim de realojar as famílias que habitam nos armazéns da marginal;

- Porto de Pesca Artesanal e Desportiva (5), projeto elaborado por Afonso Guimarães, enquanto estrutura fundamental para a economia da vila, é reorganizado e são melhoradas as suas infraestruturas;

- Unidade de Processamento de Peixe (6), projeto de António Lopes, criará postos de emprego e formará a população para uma atividade complementar à pesca e venda de peixe, reinventando e dinamizando a economia local;

- Piscina Marítima (7), projeto elaborado por José Mesquita, vem dar resposta ao início de um turismo controlado na vila, e manter a prática banhar que agora se faz sobretudo pelas crianças junto ao porto. (Fróis, 2019: 97)



Crianças na varanda dum edifício da marginal, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

. Problema, pertinência e objetivos

Uma das intervenções deste plano resultou na proposta desta dissertação: a reabilitação de um conjunto de edifícios, agora devoluto, para habitação, onde são integrados pontos de comércio e de alojamento local. A introdução dos pontos comerciais e turísticos nas habitações proporcionará uma forma de sustento complementar às quatro famílias que irão habitar as casas. Pretende-se que esta proposta possa influenciar e repercutir-se pelo resto da comunidade, qualificando e dinamizando o CI.

Os três grandes problemas importantes para esta dissertação encontrados na Preguiça e um pouco por todo o arquipélago são: a debilidade da economia local; a falta de condições de habitabilidade; e a degradação de muitos edifícios existentes no Centro de Identidade. Como consequência da falta de rendimentos dos habitantes do CI, alguns deles ocupam edifícios sem condições básicas de habitabilidade, sentindo-se a necessidade do melhoramento dos seus alojamentos, e, nalguns casos, de realojamento. Este fator leva também ao abandono e degradação de parte do conjunto edificado, que é o caso dos edifícios em questão, uma vez que não existe capital por parte dos proprietários para a manutenção e/ou reconstrução de habitações, e o apoio e financiamento públicos das entidades governamentais é escasso neste âmbito. A partir destes problemas surge a necessidade e a pertinência desta intervenção, no sentido de dar resposta às três questões levantadas. Estas foram estudadas previamente e confirmadas através de observação durante a missão de investigação, e pretende-se que, com a continuidade dos projetos, a Preguiça possa voltar a estar no mapa da ilha enquanto vila importante.

Os objetivos desta dissertação são: a reabilitação e refuncionalização de um conjunto identificado de edifícios devoluto; o (re)alojamento de quatro famílias em habitações adequadas ao agregado e ao local; e o fortalecimento da economia dessas famílias, com a introdução de um sistema de comércio e alojamento local nas habitações, à responsabilidade dos inquilinos. Esta intervenção terá como particularidade o facto de ocupar um conjunto de edifícios do foro privado, que deverá estar sujeito a negociações entre os proprietários e entidades locais e nacionais, com vista a um acordo benéfico para todos.



Levantamentos realizados na Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Visita ao Atelier Mar, Mindelo, São Vicente. De António Lopes

. Método

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram necessárias a recolha, o cruzamento e a análise de dados científicos, informais, e sensoriais, tendo como finalidade a criação de uma base essencial de trabalho para a definição da estratégia projetual de revitalização da Preguiça. Fizeram parte do método de trabalho as seguintes etapas:

. A pesquisa bibliográfica sobre o arquipélago de Cabo Verde, desenvolvida entre setembro e novembro de 2018, como forma de perceber o território com que se está a trabalhar, uma vez que corresponde a uma área da qual não possuía conhecimentos significativos. Foi importante compreender o contexto físico do território assim como a geografia e a história do arquipélago. Dediquei atenção também a estudos sociais, culturais e antropológicos, como suplemento para uma melhor compreensão desta comunidade antes de a conhecer presencialmente. Esta etapa foi fundamental para uma aproximação ao território.

. A missão de investigação realizada de 7 a 16 de dezembro de 2018, onde, além de São Nicolau, foram também visitadas as Ilhas de Santiago, de São Vicente e de Santo Antão. A chegada ao arquipélago fez-se pela Cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Já em São Nicolau a viagem começou pela Fajã, com uma reunião com a equipa do *Laboratório(s) da Preguiça*, elementos do M_EIA e do MRB. As noites seguintes foram passadas na Ribeira Brava, e os dias na Preguiça, com o *gabinete de investigação* instalado na *casa Leopoldina Barreto*. Na Vila procedeu-se aos levantamentos e à recolha de informação junto da população, entre conversas e encontros, com o auxílio do arquiteto do município, e mais tarde, do presidente do mesmo, para uma reunião em diálogo aberto sobre os projetos (Montezinho, 2018). Ainda em São Nicolau deslocamo-nos ao Tarrafal, com o objetivo de se visitar a SUCLA, a fábrica de conservas marinhas, e o Museu da Pesca, instalado na antiga casa da família do proprietário da empresa, que sofreu um projeto de reabilitação, e que se tornou num ponto de charneira para o desenvolvimento da localidade.

Após o contacto com a realidade concreta da intervenção, partiu-se para o Mindelo, onde assistimos a apresentações de vários projetos desenvolvidos pelos estudantes do M_EIA, desde arquitetura a *food design*, com lugar a uma visita à sede do Atelier Mar, palco de muitos produtos e materiais construtivos que originam os projetos promovidos pela ONG.



Visita a Lajedos, Santo Antão. De António Lopes



Reunião com Leão Lopes e Valdemar Lopes no DARQ, Coimbra. In *patrimonios.pt*

Na Ilha de Santo Antão, iniciou-se a visita na Ribeira da Torre, onde o Atelier Mar promoveu um itinerário turístico relacionado com antigas fábulas cabo-verdianas e com a produção do grogue nessa localidade, *Caminhos de Blimundo*, onde também foram reabilitados alguns edifícios; e com fim em Lajedos, com o propósito de se visitar as estruturas do PDCL, como o restaurante Babilónia, que irei aprofundar no próximo capítulo.

. Após a viagem procedeu-se à realização de uma estratégia de grupo, dando origem ao PDIS, constituído por um antepiano detalhado e os sete anteprojetos, que integram as dissertações do ano de 2019 do MIA do DARQ-FCTUC. Definido o objeto de estudo desta dissertação, e com os levantamentos escritos e desenhados mais relevantes, foi desenvolvida a proposta de intervenção.

. A 25 de abril de 2019, no DARQ, em Coimbra, houve a oportunidade de se realizar um seminário de discussão em torno das opções, dúvidas e evolução da estratégia produzida pelo Laboratório, contando com a presença dos professores Leão Lopes e Valdemar Lopes, do Atelier Mar. Foram debatidas essencialmente as opções construtivas das intervenções e como a população da Preguiça reagiria às mesmas. Uma vez que estas intervenções se enquadram num contexto real e envolvem fatores externos, o ato de projetar não se realizou de forma linear. Surgiram diversos elementos e dados que foram mudando ou influenciaram as decisões em projeto ao longo deste período.

. Determinadas as soluções para o anteprojeto, desenhado até à escala 1/100 e enviado às entidades responsáveis de Cabo Verde, procedeu-se à finalização da dissertação, produto da reflexão da informação obtida e da estratégia de intervenção.

. Estrutura

Esta dissertação estrutura-se em três capítulos, aos quais se juntam a introdução, considerações finais, bibliografia e anexos.

O primeiro capítulo sintetiza a informação necessária para se compreender o território, desde Cabo Verde, ao *Centro de Identidade*. São apresentados contextos geográficos, históricos, económicos e socioculturais das ilhas e da vila em causa, a Preguiça. Através da missão de investigação, foi feita uma interpretação das condições de vida dos habitantes do Centro de Identidade, bem como do estado de conservação dos edifícios, fazendo uma aproximação ao conjunto edificado a intervir.

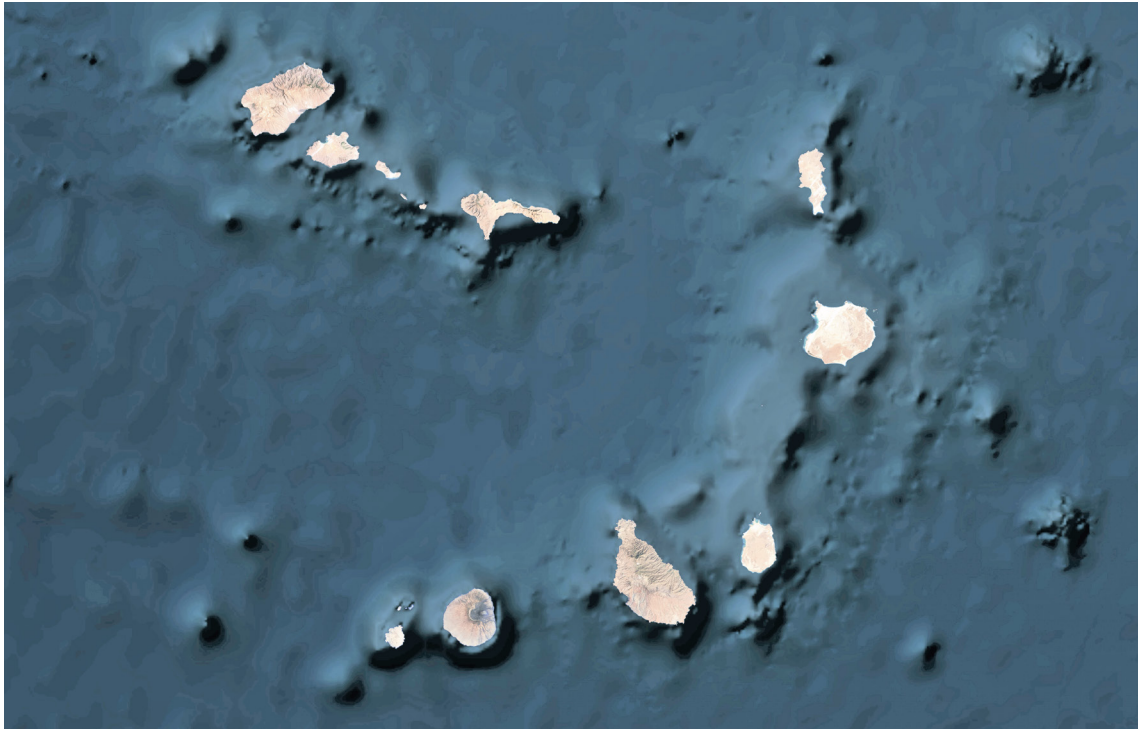
No segundo capítulo são abordados três temas: habitação, o turismo e o comércio o arquipélago. É abordado como surgem as habitações cabo-verdianas, e quais as suas características, bem como os problemas que as suas construções não planeadas causam. Na segunda e terceira parte é exposto qual o papel do turismo e do comércio no arquipélago, e como estes podem favorecer a economia local e nacional.

O terceiro e último capítulo compreende a proposta de intervenção. É apresentada uma memória que se organiza em três tópicos essenciais: o conceito da intervenção; a morfologia das habitações; e a estratégia de reabilitação. Estes textos são ilustrados com esquemas e imagens da intervenção. Por fim, são expostos todos os elementos gráficos essenciais produzidos para a compreensão do anteprojecto.





capítulo I.
Contextualização - do arquipélago ao *Centro de Identidade*



Arquipélago de Cabo Verde. Imagem do *Google Earth*, 2018



Cidade Velha, Santiago. In *cidadevelha.com*

1.1. O arquipélago de Cabo Verde

Cabo Verde, localizado no Oceano Atlântico, situa-se entre o Equador e o Trópico de Câncer, junto à costa Oeste de África, a cerca de 500 km do Senegal. É composto por dez ilhas, nove delas habitadas, e alguns ilhéus, que se dividem em duas zonas, Barlavento e Sotavento, tendo em conta as direções dos ventos alísios dominantes naquela área (Amaral, 2001: 1). O arquipélago pertence ao grupo da Macaronésia, juntamente com os Açores, a Madeira e as Canárias, e possui espécies endémicas protegidas na sua fauna e flora.

De origem vulcânica, as várias ilhas possuem características geofísicas díspares, nomeadamente elevações acentuadas cobertas de vegetação em oposição a grandes planícies áridas, entre outras, sendo todas alvo de um clima tropical seco, onde a probabilidade de queda de chuva é baixa, o que não facilita o modo de vida dos seus habitantes “Secas e crises têm sido acontecimentos constantes no arquipélago, constituindo, só por si, os maiores desafios para a população (...)” (Amaral, 2001: 1).

Até 1462, Cabo Verde era um conjunto de ilhas desertas, onde predominava apenas a fauna e flora. Após essa data, o arquipélago começou a ser povoado por portugueses e guineenses, a partir de um sistema de capitánias empregado pelos primeiros (Amaral, 2001:11). A primeira ilha a ser povoada foi Santiago, por ter melhores condições relativamente ao território, costa e nascentes de água potável.

O povoamento começou pela ilha de Santiago, o que, quanto a nós, se explica por uma razão bastante simples: do conjunto das ilhas era a que sem dúvida se apresentava menos desfavorecida. Era maior, tinha bons portos e, sobretudo, contava com boas nascentes de água doce. Santo Antão e São Nicolau também possuíam este precioso bem, mas a seu desfavor contava o facto de serem extremamente escarpadas e de não haver nelas grandes portos. [...] Na ausência de outros atrativos, Santiago era, por assim dizer, a opção previsível. (Baleno, 2001: 133).

A Ribeira Grande, atual Cidade Velha, na Ilha de Santiago, foi o primeiro núcleo urbano a formar-se. Quase todas as ilhas apresentam hoje uma cidade principal, que depois é rodeada por pequenas povoações e vilas. Esses núcleos principais (Praia, Mindelo, Ponta do Sol, etc...) são cidades costeiras, que se adaptaram ao relevo e que possuem equipamentos públicos que articulam os vários quarteirões, aspetos característicos das povoações tradicionais portuguesas (Fernandes, Janeiro & Milheiro, 2014: 7).



Ilha de São Nicolau. Imagem do *Google Earth*, 2018



Ribeira Brava, São Nicolau. In *gazetarural.com*

1.2. A Ilha de São Nicolau

A Ilha de São Nicolau faz parte do grupo do Barlavento e é uma das ilhas mais centrais do arquipélago de Cabo Verde, desenvolvendo-se até o mito de que é possível, a partir dela, distinguirem-se no horizonte todas as outras do arquipélago. Possui um maciço vulcânico como nome de Monte Gordo, que dá origem ao Parque Natural homónimo e a duas cordilheiras que se estendem para este e sul (Teixeira, 2004:15).

Começou a ser povoada no século XVII, com as primeiras comunidades rurais no interior, constituídas por camponeses que se dedicavam à agropastorícia. Essa atividade é ainda hoje a principal fonte económica da ilha, pois apesar do clima seco e ventoso, o solo é bastante produtivo na zona norte, devido ao clima ser mais húmido e fresco por causa dos ventos.

A primeira destas regiões [região a norte], sendo a mais montanhosa, e também a historicamente mais povoada e aproveitada em termos agrícolas, caracterizando-se pelo seu clima fresco e solos de melhor qualidade. Pelo contrário, o Sul tem sido sempre menos habitado, pois o seu clima seco e a própria constituição geológica atrás referida originam solos mais pobres, geralmente utilizados para pasto (Teixeira, 2004: 18).

A percentagem de território insular habitado atualmente é reduzida, uma vez que os núcleos urbanos são relativamente pequenos e dispersos. Os maiores centros urbanos são a Ribeira Brava (capital da ilha), localizada na encosta da montanha central da ilha, e o Tarrafal de São Nicolau, na região sudoeste, junto ao mar (Teixeira, 2004: 19).

Grande parte das vilas e cidades importantes cabo-verdianas formou-se junto à costa, porque, como explica Pires (2017) em *Há vila além da costa, urbanidades em Cabo Verde no século XIX*, enquanto ilhas, necessitam do mar para comunicarem, realizarem transações comerciais, desenvolverem as atividades ligadas ao mar. No entanto, em São Nicolau e noutras ilhas com base agrária, várias povoações importantes surgiram no interior da ilha, devido às condições favoráveis para a agricultura e pastorícia. Era necessário ainda que existissem povoações no interior, que servissem de abrigo durante os ataques de corsários às vilas no litoral (Pires, 2017: 12). Assim, as vilas interiores precisam de uma ligação à costa, enquanto porta de entrada na ilha, por isso é importante perceber qual a relação que têm com as vilas de mar. Um exemplo referido pelo autor, e importante para esta dissertação, é a relação da Vila da Ribeira Brava com a Vila da Preguiça, que foi e continua a ser essencial, apesar da Preguiça, enquanto relevante vila portuária tenha perdido importância para o Tarrafal de São Nicolau.



Preguiça, São Nicolau. Imagem do *Google Earth*, 2018



Porto da Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

1.3. A Vila da Preguiça

A Preguiça localiza-se na costa sudeste de São Nicolau e é essencialmente uma vila piscatória, outrora muito importante para Ilha por oferecer condições favoráveis para a atracagem dos navios, além de se tratar do porto mais próximo e com ligação por terra à Ribeira Brava. O Porto da Preguiça, grande porta de saída da produção feita na Ilha, atraiu muito do comércio cabo-verdiano, o que ajudou na fixação da sua população, sobretudo pescadores e comerciantes.

Uma vez que a Preguiça se implanta numa zona rodeada de montanhas e vales, numa fajã relativamente reduzida, a escassez de território conjugada com as principais atividades económicas dos seus habitantes vieram a influenciar a morfologia das construções.

Enquanto que na Ribeira Brava parte significativa dos moradores estava ligada às atividades agropecuárias, e por isso a tipologia das suas habitações reflete de certa forma esta atividade, [...] na Preguiça, os moradores não eram agricultores, mas comerciantes e homens de negócios. Esse facto faz a diferença e implica a introdução de pequenas variantes na tipologia das suas habitações (Pires, 2017: 110).

Na Preguiça os habitantes não necessitavam de um grande terreno para cultivo, daí encontramos diferenças na sua arquitetura, em relação à Ribeira Brava. As habitações são construídas junto aos arruamentos, com as frentes alinhadas e contíguas, sem espaços entre elas, em pedra vulcânica, material endógeno abundante, mas com cobertura em telha cerâmica (Pires, 2017: 110).

Hoje, e apesar do Porto da Preguiça ter perdido muitas das suas valias que tinha no passado, este continua a ser utilizado, uma vez que grande parte dos habitantes da vila tem a pesca artesanal como principal atividade económica. A vila dá ainda nome ao único aeroporto da ilha, o Aeroporto da Preguiça, a 3 quilómetros apenas da povoação. Assim, a vila, continua a ter o principal acesso à ilha, agora aéreo e não marítimo.

A Vila da Preguiça é habitada por cerca de 500 habitantes, onde cerca de 90% deles reside na zona alta. Denota-se um maior abandono nos edifícios do Centro de Identidade, em relação ao da Alta, uma vez que na zona superior foram construídas grandes habitações de locais que emigraram e que agora possuem mais rendimentos, construindo casas maiores e com melhores condições.



Planta do estado de conservação do *Centro de Identidade da Preguiça*, escala 1/500

1.4. O *Centro de Identidade* da Preguiça

Neste subcapítulo, pretendo problematizar os dados adquiridos através da missão de investigação realizada na Preguiça, com o principal objetivo de reconhecer a área de intervenção, o Centro de Identidade.

A missão de investigação correspondeu a uma etapa indispensável para a pesquisa e levantamento realizados, sem a qual seria impossível desenvolver o projeto e a dissertação de acordo com as responsabilidades exigíveis. Projetar um espaço implica conhecer a comunidade a quem este vai servir. É igualmente legítimo afirmar que, quem torna um espaço numa habitação é quem lá vive, e que esse modo de habitar é resultado de uma cultura e de uma sociedade, inerente à comunidade onde se estabelece. Assim, para conhecer uma sociedade, é necessário conhecer onde e como esta habita o espaço. Por este motivo foi necessária uma pesquisa social e cultural que só poderia ficar completa com as observações *in situ*.

A zona baixa da Preguiça adquiriu a nomenclatura de Centro de Identidade, uma vez que foi onde se instalou inicialmente a população, que se desenvolveu numa cultura e sociedade ligada ao mar e às pescas. É por esse motivo que os programas desenvolvidos através do PDIS pelo Laboratório se implantam nesta zona e não na Alta, uma vez que esta corresponde hoje a uma ampliação da vila e tem perdido referências identitárias do lugar.

O Centro de Identidade é composto por edifícios em pedra, na sua maioria rebocados e pintados, geralmente com cobertura em telha marselha. Grande parte encontra-se degradada e abandonada sem qualquer função. Os únicos equipamentos ou edifícios públicos existentes são: o armazém do porto de pesca, na zona inferior da Baía de São Jorge, onde os pescadores guardam os motores dos barcos e os materiais de pesca; e a capela de Santo António, no cruzamento dos dois arruamentos principais.

A rua que inclui a ladeira de acesso à zona superior e que vai até ao ancoradouro foi batizada de Rua do Fisco, uma vez que era lá que se localizava o posto de fiscalização do porto quando este era utilizado na ilha; e o arruamento que se prolonga ao longo da marginal, de acesso a edifícios que outrora eram armazéns e casas de comerciantes dá lugar à Rua do Comércio, nomes adotados no século XIX (Pires, 2017: 110). Na interseção das duas ruas, localiza-se então a capela e o seu adro, e a praça, elemento principal do projeto de espaço público a ser também desenvolvido no âmbito deste seminário.



Habitantes dos edifícios da Marginal, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Casa do Alemão, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

Entre o mau estado generalizado dos edifícios, identificam-se três exceções: o edifício (1) de habitação e a capela (2); o conjunto de habitações (3) a norte da praça (4), e a casa da arquiteta Leopoldina Barreto (5), no final da marginal, que serviu de sede para a missão de investigação realizada. Os restantes edifícios do CI, apesar de habitados, encontram-se severamente degradados, sem condições básicas, uma vez que não possuem ligações de água corrente, saneamento ou eletricidade. Uns dos principais objetivos do seminário Laboratório(s) da Preguiça é realojar as famílias que vivem atualmente nos armazéns da Rua do Comércio em habitações próprias construídas de raiz ou reabilitadas. Por isso, foi necessário, durante os dias passados a recolher informação na Preguiça, conversar com essas famílias, não só para as conhecer, como também para perceber o modo de habitar, as suas necessidades, e as características de uma habitação naquele território.

. Habitar o *Centro de Identidade*

Durante os dias passados a recolher informação na Preguiça, um dos momentos relevantes foi o diálogo com as famílias que habitam atualmente o conjunto de armazéns antigos que fazem a frente marítima do *Centro de Identidade*. Os diálogos tiveram lugar nas pequenas divisões de cada casa, sobretudo com as mulheres, os únicos elementos da família disponíveis no momento, uma vez que os maridos estavam a trabalhar, a maioria no mar, e as crianças estavam na escola. As mulheres que vivem na baixa obtêm o rendimento familiar essencialmente da (re)venda do peixe que os maridos ou filhos pescam, que depois é comercializado dentro da vila e noutras mais próximas, como a Ribeira Brava. Foi possível confirmar que a mulher é o pilar organizacional da família, é quem gere os rendimentos que se obtêm das atividades económicas, e, não raras vezes, criam sozinhas os seus filhos, parentes, ou mesmo filhos de vizinhos ou amigos.

O objetivo das conversas foi, essencialmente, perceber quais eram as maiores necessidades que estas famílias passavam relativamente ao espaço onde viviam. A questão central que mencionaram desde início é a falta de uma casa de banho e de água corrente. Foi também referido que, nas casas divididas, por cortinas, não há privacidade entre divisões e habitações, e não existe grande ventilação e luminosidade, uma vez que estes edifícios foram construídos originalmente para a função exclusiva de armazém. Apesar das dificuldades, a maior parte das inquiridas revelou que gostava de viver na baixa, perto do mar, porque é mais calmo, em relação à alta.



Marginal do *Centro de Identidade*, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Logradouro do edifício em L, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

O conjunto de edifícios da marginal é composto por três edifícios: um central, junto ao descampado, de foro privado, a *Casa do Alemão*, com um habitante; e dois das extremidades, pertencentes ao Estado, que após terem sido abandonados sofreram alterações, nomeadamente a construção de anexos junto ao volume inicial. Os três edifícios são longitudinais, com pés direitos altos, e as fachadas principais que fazem a frente de rua são ritmadas com aberturas de vãos altas e estreitas de acesso ao exterior. Nenhum deles possui rede de saneamento e instalações sanitárias, mas quando foram ocupados foi feita uma puxada de eletricidade por cada família.

O maior edifício, a oeste da casa de Leopoldina Barreto, possui apenas um piso, onde vivem cinco famílias. Três delas, constituídas por doze elementos no total, habitam no volume original, com uma área com cerca de 230 m²; as outras duas, com dez e quatro elementos vivem nos volumes anexos traseiros, que têm uma área conjunta de aproximadamente 160m². Os espaços de cada habitação são divididos através de grandes cortinas e panos, possivelmente por não haver possibilidade de se construírem paredes físicas.

O edifício em L, junto à praça, possui dois pisos, onde o rés do chão é habitado apenas por um pescador, que utiliza o restante espaço com armazém para as redes e materiais de pesca, e o piso superior é habitado por três famílias, num total de quinze pessoas. Aqui as habitações já são separadas por paredes de tabique e possuem uma zona traseira de logradouro com um pequeno quintal e um tanque para a roupa. Durante o diálogo notou-se que as famílias deste edifício viviam em melhores condições do que as do primeiro, acima descrito.

Assim como nas restantes ilhas, grande parte das atividades são feitas no exterior, como a higiene, a lavagem de roupa, a preparação de comida, muitas vezes porque não existe espaço no interior da casa, mas sobretudo porque faz parte da cultura cabo-verdiana viver a vida no exterior, como foi já referido no capítulo anterior. Quando questionadas sobre o tema, muitas mulheres disseram que não passam tanto tempo no exterior da casa como gostariam, porque este não está qualificado, e por isso não é convidativo ao convívio e a outras atividades. Mesmo assim, foi-nos possível observar momentos de reunião entre várias pessoas nos arruamentos; crianças a brincar com os animais de estimação na praça e nos espaços envolventes; e também mulheres e homens a preparar refeições e outras atividades do foro profissional nas traseiras das suas casas.

À medida que as famílias vão aumentando, é habitual a habitação aumentar também, normalmente construindo-se um piso superior ou um anexo térreo. Este fenómeno foi



Edifício 1, habitado, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Edifício 2, desabitado, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

observado sobretudo na Alta, uma vez que os limites de construção não estão predefinidos, é comum a construção habitações com lajes de betão armado para que estas possam ser aumentadas verticalmente; ou anexos à volta de num pátio, que depois, em caso de necessidade, é fechado.

No Centro de Identidade, e uma vez que grande parte dos edifícios têm cobertura de duas ou quatro águas em telha cerâmica, os seus habitantes optam pela construção de anexos traseiros que se unem ao principal através de pátios, que são posteriormente murados, de modo a obter-se privacidade e segurança, fenómeno que acontece em parte dos edifícios da intervenção desta dissertação.

. Condição atual do conjunto edificado intervencionado

Ao descermos a ladeira da Rua do Fisco consegue-se observar uma paisagem de mar a emoldurar as coberturas dos edifícios do Centro de Identidade, aparentemente ordenados e cuidados. No entanto, quando nos aproximamos do fim da ladeira, são visíveis cinco edifícios, completamente díspares, degradados e abandonados. Escolhi intervencionar este conjunto de edifícios pelas seguintes razões: localizam-se num ponto interessante do CI, funcionam como uma charneira entre a Alta e a Baixa; são edifícios de habitação, que outrora também tiveram espaços comerciais, atualmente encerrados; e porque considero que, uma vez que é necessário realojar famílias, e que existe este conjunto consolidado que se encontra debilitado, faz sentido associar os dois problemas, resolvendo-os, com uma só atuação.

Todos os edifícios se encontram degradados e sem condições de habitabilidade, mas, ainda assim, vê-se dois dos fogos ocupados por duas famílias de três a cinco elementos cada. Como foi explicado anteriormente, o conjunto não pertence ao Estado, mas sim a diferentes proprietários, até agora desconhecidos. Por esse motivo, será necessária uma negociação, quer durante o projeto, quer durante a sua construção, entre as entidades responsáveis, os proprietários e os futuros inquilinos, para que nenhuma das partes seja prejudicada. Este é um dos desafios da proposta e caso excecional nos projetos do PDIS.

Os edifícios existentes, são, na sua génese, em construção de alvenaria de pedra vulcânica, com cobertura em quatro águas, de telha cerâmica tipo marselha, características que compõem grande parte dos edifícios do CI. As paredes, outrora rebocadas e pintadas, encontram-se agora com parte da alvenaria de pedra à mostra, com fissuras e buracos, as coberturas apresentam



Edifício 5, desabitado, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Vila da Preguiça, São Nicolau. Fotografia cedida por Fernando Pires. De autor desconhecido

telhas partidas e com a estrutura em mau estado e, por isso, as casas habitadas são cobertas com plásticos durante a estação das chuvas. O edifício na cota mais alta (edifício 5) é o único que possui cobertura plana em betão, apesar de outrora ter tido dois pisos e cobertura de duas águas e telha cerâmica. Este possui, na sua cobertura, alicerces para a construção de um segundo piso. A pintura e arranjos exteriores encontram-se em bom estado, apesar da envolvente não ser qualificada. Pensa-se que este edifício já possuía uma função comercial no passado. Antes de ser construída a cobertura plana, este edifício tinha mais um piso e cobertura com duas águas (fotografia de autor desconhecido).

O facto dos edifícios principais, que fazem frente de rua, possuírem mais do que um piso e varandas, remete para as influências da arquitetura colonial. No entanto, os edifícios menores em anexo assemelham-se ao tipo de construção popular cabo-verdiana, volumes térreos com pouca profundidade, com materiais distintos como chapa metálica e bloco de cimento, provavelmente de acordo com as possibilidades dos proprietários.

A grande parte das janelas e portas dos edifícios, é em madeira e encontram-se degradadas e partidas. Muitos dos vãos nas fachadas laterais das casas foram encerrados com blocos de cimento. As casas não estão ligadas a nenhuma rede de águas e saneamento, não têm instalações sanitárias, apesar de, aparentemente, terem eletricidade. Os edifícios estão próximos uns dos outros, no entanto não têm ligações entre si, a maioria não tem acessos qualificados desde a rua principal, com algumas portas elevadas significativamente do nível do chão, sem degraus de acesso, tornando-os inacessíveis para alguém com mobilidade reduzida. O espaço envolvente aos edifícios encontra-se com entulho e pedras, e os caminhos informais lá localizados necessitam de ordenamento e limpeza.



Edifício 3, desabitado, Pregoia, São Nicolau. De José Mesquita



Edifício 4, habitado, Pregoia, São Nicolau. De José Mesquita



Cobertura do edifício 3, Preguiça, São Nicolau. José Mesquita



Volume anexo do edifício 5, Preguiça, São Nicolau. José Mesquita





capítulo II.
Programas para um desenvolvimento sustentável
- habitação, turismo e comércio



Habitação tradicional cabo-verdiana, Preguiça, São Nicolau. De António Lopes

2.1. A habitação em Cabo Verde

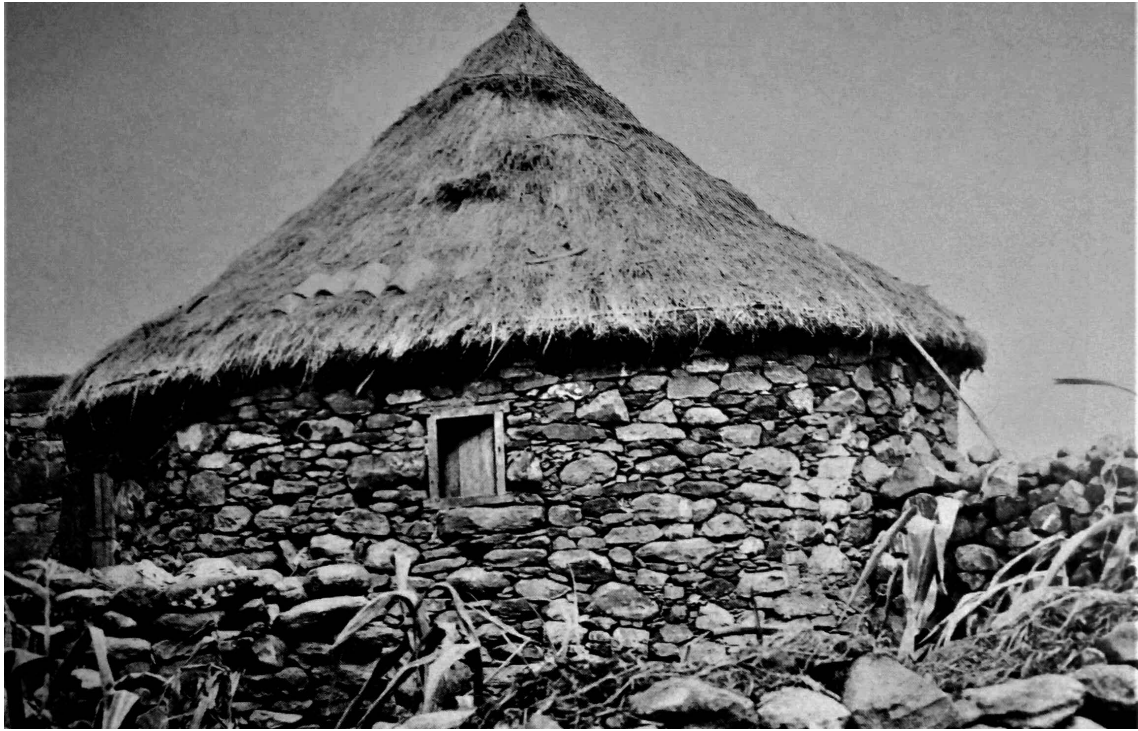
Perante a pesquisa necessária para iniciar este trabalho, considerei que o modo e a razão como são construídas as habitações, e a necessidade de condições de habitabilidade que parte da população cabo-verdiana precisa, um pouco por todo o arquipélago, são razões pertinentes a serem estudadas, e é urgente uma tentativa de recuperação e de solução das mesmas. O conjunto edificado em que trabalhei possui edifícios distintos entre si, relativamente à sua forma e construção, características essas que resultam de uma evolução no modo de construir. É esse tema que abordo neste subcapítulo, a evolução e os problemas da habitação em Cabo Verde.

. A evolução da habitação

A construção de habitações depende sempre do meio onde se insere, por este motivo é que a arquitetura tradicional é um dos elementos que melhor caracteriza uma sociedade no tempo e no espaço. As habitações rurais populares surgem da ação do Homem na paisagem, e refletem algumas das suas necessidades e costumes. Evoluem em simultâneo com os conhecimentos relativos a materiais e técnicas construtivas que as comunidades vão adquirindo, através de uma experiência de tentativa e erro, e em conformidade com a cultura, recursos e economia local.

[As arquiteturas de tradição] surgem, desenvolvem-se e aperfeiçoam-se a partir de uma economia rural e revelam, na arte da construção, o engenho dos homens em criar tecnologias de tratamento e utilização dos materiais disponíveis [...] recolhidos nos próprios locais, e na sua compatibilização com a criação de espaços, ambientes e escalas harmoniosas, pretendidos ou tão-somente resultantes de um processo espontâneo repetitivo (Mestre, 2002: 34).

Uma vez que o povoamento das ilhas cabo-verdianas se realizou através de povos díspares, todos eles trouxeram características da sua arquitetura para o arquipélago (Lopes Filho, 1976: 15). Apesar de haver características específicas em cada ilha, irei abordar os aspetos gerais que caracterizam a evolução da habitação em Cabo Verde. Uma vez que umas ilhas foram povoadas primeiro (o caso de Santiago), estas possuem ainda vestígios de habitações mais primitivas. Conseguimos distinguir diferentes manifestações da arquitetura dependendo do ambiente: a arquitetura em ambiente rural e a arquitetura em ambiente urbano. Os seguintes parágrafos referem-se às construções em ambiente rural.



Funco. In Cabo Verde, Apontamentos etnográficos (Lopes Filho, 1976: 41)



Habitação com planta rectangular In Cabo Verde, Apontamentos etnográficos (Lopes Filho, 1976: 42)

São conhecidos registos de habitações primitivas em Cabo Verde com tipos de plantas diferentes. Pensa-se que as primeiras habitações em zonas rurais de Cabo Verde surgiram com planta circular, construídas com paredes baixas de blocos de pedra basáltica solta e cobertura cónica em colmo ou palha, com apenas uma abertura e uma divisão. Segundo Lopes Filho (1976), estas construções, os *funcos*, têm origem em África, continente com que Cabo Verde tem maior contato. Apesar de estes se assemelharem aos castros portugueses, o termo “*funco*” faz parte da linguagem africana, e o sistema construtivo veio para Cabo Verde durante a sua colonização. “O “*funco*” é originário da África e ficou arreigado aos usos e costumes da população que primeiramente habitou as zonas do interior de Santiago, bem como na Ilha de Maio” (Lopes Filho, 1976: 18)

A partir da casa de planta circular, a forma mais elementar e primitiva, pensa-se que esta terá evoluído para a planta quadrangular, com a finalidade de se aproveitar melhor o espaço, e, por fim, até à planta retangular, a mais comum hoje em Cabo Verde.

A casa de planta retangular, habitação tradicional das zonas rurais santiaguenses [...] deve ser uma evolução das construções de planta quadrangular (que pouco a pouco substituiu a de planta circular) [...] Quanto à origem deste tipo de construções [habitações de planta retangular], cremos não haver dúvidas em considerar que foram os colonizadores europeus os introdutores desta traça (Lopes Filho, 1976: 19)

Estas construções de planta retangular começaram por ter apenas uma divisão, com o comprimento enquanto cerca do dobro da largura (P.E.: 8x4 m² ou 6x3 m²). Os modelos mais básicos apresentam paredes compactas de pedra basáltica solta, com uma espessura a rondar os 50 centímetros, chão em terra batida e um pé-direito não superior a 3 metros. São abertos o mínimo de vãos possível, normalmente apenas uma porta por onde se realiza a iluminação e ventilação no interior.

Numa habitação mais evoluída, a área interior é dividida em dois, por uma parede de tabique ou caniço entrelaçado. Uma das divisões é a sala comum, de estar, de refeição e quarto onde se deitam as crianças, e a segunda, o quarto de casal, onde se guardam os bens da família. O alçado já apresenta, além da porta, outras aberturas para iluminar as duas divisões. Em relação à construção, começa-se a utilizar o barro ou argamassa para unir a alvenaria de pedra já talhada e emparelhada, de modo a que a durabilidade das paredes seja maior (Lopes Filho, 1976: 18).



Habitação de planta rectangular caiada, Ribeira da Torre, Santo Antão. De Philippa Remhof



Habitação com cobertura em palha, Caniço, Madeira. In *Arquitectura Popular na Madeira* (Mestre, 2002: 105)

A construção das habitações dependerá da possibilidade económica de quem as constrói, por isso esta evolução no sistema construtivo ou materiais empregados irá ser mais evidente em habitações cujos proprietários tenham mais posses (Lopes Filho, 1976: 14). Algumas habitações começam a ser caiadas no exterior, sobre a pedra aparente, de modo a não absorverem muita radiação solar. Muitos acabam por ser rebocadas e totalmente caiadas, incluindo no seu interior. (Lopes Filho, 1976: 19).

As coberturas, em colmo com estrutura em madeira, são construídas preferencialmente com duas águas, uma vez que os materiais vegetais não são assim tão abundantes, e torna-se menos trabalhoso e mais duradouro construir as empenas em pedra (Lopes Filho, 1976: 20). As empenas são, por norma, cegas, embora muitas delas acabem por receber aberturas, uma de cada lado, que facilita a ventilação, tornando a casa mais fresca.

Pensa-se que estas habitações retangulares, em alvenaria de pedra e cobertura em colmo se difundiram pelo Arquipélago de Cabo Verde através dos colonizadores oriundos do Arquipélago da Madeira, uma vez que têm características idênticas às casas elementares madeirenses e açorianas (Lopes Filho, 1976: 21). “[...] na observação das casas elementares de alvenaria com cobertura de palha, temos a tipologia mais corrente praticamente generalizada ao Sul da Ilha (da Madeira), entre Santa Cruz e a Calheta. (Mestre, 2002: 100)”

As habitações elementares retangulares vão sofrendo aumentos e vão sendo completadas com outras divisões através de volumes anexos à medida das possibilidades dos proprietários. Estes obtêm as funções de cozinha, curral, armazém, e começam assim a existir plantas mais elaboradas, e rodeadas de quintais e espaços para cultivo (Lopes Filho, 1976: 19).

O exterior da habitação apresenta grande relevância, uma vez que, normalmente, a área interior é reduzida. Assim, o espaço exterior torna-se um prolongamento da casa, servindo muitas vezes de zona lúdica, de convívio, de descanso e de trabalho, onde se realizam tarefas domésticas e agrícolas como a lavagem de roupa ou a preparação de comida (Sampaio 2006: 110). Apesar das habitações se adequarem ao ambiente onde se inserem, são desprovidas de condições básicas de higiene como saneamento, água corrente ou instalações sanitárias. O seu interior, apesar de tratado e rebocado, é um espaço pouco confortável e salubre (Lopes Filho, 1976: 14).

Nas zonas das ilhas que viriam a ser urbanas, os colonos portugueses construíam habitações sob o vínculo de morgadios. As casas eram construídas sobretudo com materiais importados e possuíam diversos aspetos europeus quando à sua construção e caracterização



Edifícios na cidade do Mindelo, São Vicente. De José Mesquita



Habitação em pedra vulcânica e telha cerâmica, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Habitação em bloco de cimento e laje de betão, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

geral. Estas surgem inicialmente com dois pisos e são conhecidas com sobrados (Lopes Filho, 1976: 26). O rés do chão servia para armazenamento e podia ser ocupado pelos escravos da propriedade, e o primeiro andar dava lugar à habitação dos morgados. Em comunicação com o primeiro andar, normalmente, existem grandes varandas, que poderiam simbolizar o poder e a classe social dos proprietários, acedidas pelo exterior.

A planta do piso principal é compartimentada, mas, no entanto, com divisões amplas, grandes pés-direitos e portas e janelas altas, o que facilita a ventilação. Por vezes apresentam um pátio interior, que é rodeado de volumes de menores dimensões, anexos à casa principal. As coberturas são de quatro águas, construídas em telha de cerâmica ou em madeira. Tanto o exterior como o interior eram rebocados e posteriormente caiados ou pintados. “[...] janelas e portas de cores diferentes das paredes, não esquecendo o requinte da madeira e um certo luxo posto também na escada exterior. A europeização neste sentido é profunda.” (Lopes Filho *apud* Ribeiro, 1976: 27).

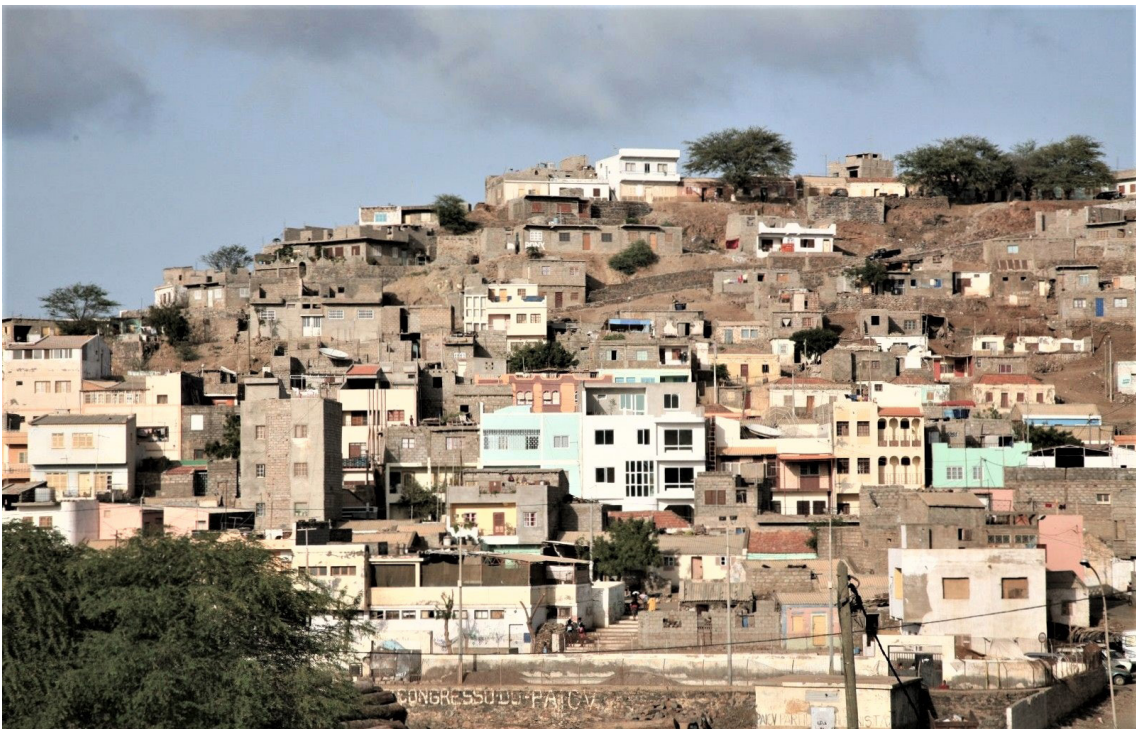
Com a introdução de novos materiais importados, as comunidades começaram a adotar novas técnicas construtivas, substituindo as técnicas tradicionais, por estas serem mais difíceis de executar, serem pouco resistentes ou de escasso material no território. Assim, começamos a ver habitações que, construtivamente, foram acompanhando o surgimento dos novos materiais e técnicas, adaptando-se às necessidades da população.

Hoje, a casa popular cabo-verdiana divide-se essencialmente em dois sistemas construtivos diferentes: as casas em alvenaria de pedra vulcânica, de uma tradição mais antiga, mas com cobertura em telha cerâmica do tipo marselha; e as casas construídas essencialmente em betão, com alvenaria de blocos de cimento e cobertura plana em betão armado. Apesar de mais recente, o segundo sistema construtivo tornou-se popular, uma vez que está presente em grande parte das povoações cabo-verdianas. A sua popularidade deve-se ao facto de este sistema ser mais fácil de construir e mais barato. No entanto, em ambos os sistemas, o formato da planta, e da habitação popular em si, mantém normalmente o módulo retangular elementar, que depois pode variar nas suas dimensões.

Quando existe a necessidade e possibilidade de se aumentar a habitação, esta expande-se para novos volumes anexos construídos posteriormente, ou, no caso de ser construída em betão, esta pode aumentar verticalmente. Além da facilidade de construção, esta será a vantagem essencial que uma família terá quando constrói uma habitação de cobertura plana. A construção desordenada e sem meios, habitualmente em betão, vai compor a paisagem não planeada e desqualificada, onde se verificam os problemas de seguida apresentados.



Bairro na Praia, Santiago. *In The Sanzala* (Semedo, 2018)



Bairro na Praia, Santiago. *In The Sanzala* (Semedo, 2018)

. Habitação clandestina

Possuir casa própria é um objetivo importante de vida para a população cabo-verdiana, colocado à frente de muitos outros, mesmo que não se reúnam as melhores condições para tal. Muitas das construções no arquipélago apresentam fracas condições de habitabilidade, tanto em termos funcionais como de conforto, resultado do comum baixo rendimento familiar, a par da ausência de apoios externos. O elevado crescimento demográfico, aliado à falta de capacidade de resposta relativamente ao problema da habitação, tem provocado um excessivo défice habitacional (Inocêncio, 2012: 15).

Tendo em conta a desigualdade social em Cabo Verde, existem cada vez mais disparidades nas manchas habitacionais e, conseqüentemente, uma urbanidade desequilibrada. A falta de capacidade financeira de grande parte da população faz com que surjam habitações ilegais e sem condições, sobretudo nas periferias das cidades, formando os bairros clandestinos.

Quando as urbanizações clandestinas começaram a tornar-se um problema aos olhos das entidades governamentais nacionais, na década de 1990, cresciam discretamente, longe das cidades. Hoje, além da falta de condições básicas com que essa parte da população vive, os bairros clandestinos expandem-se e propagam-se de forma alarmante e já pertencem às manchas urbanas, apesar de resultarem numa área desordenada e dispersa, em contraste com a malha consolidada dos núcleos urbanos mais próximos. As habitações são construídas sem o devido licenciamento, durante os períodos da noite, fins de semana e feriados, para que não sejam fiscalizados no momento da sua construção (Neves, 2014: 23).

Nestas zonas de expansão não são planeadas vias públicas e arruamentos de acesso aos vários bairros; não existe ligação a redes de saneamento nem qualquer tipo de equipamento público de apoio. As habitações são construídas espontaneamente onde há possibilidade, com os materiais possíveis. Uma vez que nas casas não existe abastecimento de água nem instalações sanitárias, esta e a sua envolvente adquire um ambiente pouco salubre, criando assim questões de saúde pública (Neves, 2014: 23).

O problema da falta de fogos para as classes cabo-verdianas mais baixas sempre existiu, apesar de não ser uma temática abordada pelas entidades governativas desde a formação de Cabo Verde enquanto país. No entanto, o Governo tem vindo a desenvolver programas de apoio para a autoconstrução e reabilitação de habitações, uma vez que, todos os cidadãos,



Habitações na Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita



Projeto *Casa para Todos*, São Vicente. In NRV-Norvia

independentemente da classe económica, têm direito a uma habitação que reúna condições de habitabilidade, e, quando não possuem condições financeiras para o fazer por si só, devem ser ajudados pelas entidades governamentais.

[...] Os Governos devem [...] adoptar medidas imediatas a fim de conferir segurança legal da ocupação às famílias que ainda não beneficiam desta protecção. [...] Todos os titulares do direito a uma habitação condigna devem ter acesso permanente aos recursos naturais e comuns, água potável, energia, [...], instalações sanitárias, [...], sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência. [...] deve propiciar o espaço adequado e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou outros perigos para a saúde [...]. A segurança física dos ocupantes deve ser igualmente garantida [...] (Alto Comissariado Das Nações Unidas Para Os Direitos Humanos, 2002: 25)

O programa mais abrangente e recentemente implementado pelo Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde [MDHOT] é o programa Casa para Todos, iniciado em 2010. O objetivo do MDHOP era, em quatro anos, construir cerca de 8.500 habitações de raiz e reabilitar 20.000 com más condições. Este programa foi dividido em três subprogramas, que iriam agir em três frentes distintas: o *Habitar CV*, para a criação das habitações em áreas urbanas; o *Pró-habitar*, destinado à construção em zonas rurais; e o subprograma *Reabilitar*, para as reabilitações e a requalificação de espaço público. O programa definiu como grande meta diminuir o défice de habitação, disponibilizando meios para que parte da população mais desfavorecida pudesse ter uma casa. (MDHOT, 2011: 1).

No entanto, este projeto não resultou da melhor maneira nos vários pontos do arquipélago, uma vez que os municípios em que foi aplicado não contemplaram vários fatores necessários nos planos de desenvolvimento dos complexos de habitação. Muitos dos projetos não foram terminados, mesmo já tendo famílias lá a viver; não foram planeados acessos para estes novos bairros, nem terminadas as redes de infraestruturas; grande parte dos bairros foram construídos, assim como os clandestinos, nas periferias nos núcleos urbanos, promovendo igualmente a segregação de parte da população.

Analisados os vários tipos de construção tradicional em Cabo Verde, percebe-se que as modificações construtivas resultam de uma reação às mudanças que a comunidade vai sofrendo. Essas alterações e as diferentes características resultantes de várias influências encontram-se em grande parte das povoações, de diferentes formas, incluindo na Vila da Preguiça, no conjunto edificado intervencionado, como será explicado mais à frente.

Compreende-se que o povo cabo-verdiano possui uma grande capacidade de resiliência e de adaptação face aos problemas económicos e sociais que ainda atravessa. Desta análise, retira-se sobretudo que, a solução para os problemas habitacionais, não reside em proporcionar condições para a construção de bairros e habitações económicas fora dos núcleos urbanos e longe dos equipamentos e bairros já consolidados. Essas medidas só irão dividir mais as classes sociais e provocar disparidades relativamente às condições de vida de cada uma, fomentando a segregação da população mais carenciada. Admite-se que a resposta a essa contrariedade pode basear-se na requalificação das áreas mais antigas ou abandonadas dos aglomerados urbanos, que posteriormente poderão acolher quem mais necessita de habitação.

2.2. O turismo em Cabo Verde

De economia frágil, Cabo Verde depende ainda, desde a independência colonial, de outros países, sobretudo por via dos seus cidadãos emigrados, e de investimentos estrangeiros, o que é o caso da Ajuda Pública ao Desenvolvimento [APD] portuguesa, sendo um dos seus principais beneficiários (Varandas, 2018: 77). É, ainda assim, dos PALOP, o país que apresenta maior desenvolvimento económico e humano. O setor terciário é que o mais desenvolve a economia em Cabo Verde, particularmente o turismo e o comércio. A dependência do exterior é eminente, não só pelo desenvolvimento turístico alcançado, mas sobretudo pela carência de matérias-primas e bens essenciais que o país sofre (CESO SI Portugal, 2011: 16).

Cabo Verde é conhecido pelas suas grandes praias de areia branca e água cristalina, características principalmente das ilhas de Este: Sal, Boavista e Maio (Medina & Gomes, 2015: 22). As condições para a prática balnear e náutica são o principal fator de atração para os turistas que passam pelo arquipélago todos os anos (Morais, 2016: 85). Neste sentido, o Governo cabo-verdiano tem apostado neste setor, uma vez que é das atividades que mais desenvolve a economia nacional e que mais receitas gera para o PIB cabo-verdiano (Monteiro & Fernandes, 2015: 875).

A partir da década de 90 foram adotadas, pelo Estado, medidas de apoio e incentivos à construção de equipamentos turísticos em zonas de interesse, que possam atrair investimentos externos (Grassi, 2003: 135). Desde 2015, a taxa anual de turistas em Cabo Verde é superior à média mundial, destacando-se a proveniência de turistas do Reino Unido, sendo esta mais de trinta por cento do fluxo total, desde 2017 (Instituto Nacional De Estatística De Cabo Verde, 2017: 2).

O tipo de turismo predominante em Cabo Verde é o turismo de massas, que se instala nos *resorts*, complexos turísticos encerrados, que normalmente suportam o regime *tudo incluído* (Morais, 2016: 81). Este modelo divide opiniões quanto às suas mais valias para a população local que emprega.

O *all-inclusive* é um modelo como vários outros. Tem as suas desvantagens, mas sem ele não estaríamos nesse ponto, com tantos turistas a visitarem o país. Não é o melhor modelo, porque é massificado, mas tem as suas vantagens. O número de empregos criados pelos *resorts all-inclusive* é muito maior do que as outras tipologias de alojamento. (Morais, 2016: 82)



Praia de Santa Maria, Sal. *In rtc.cv*



Resort turístico, Boavista. *In hotelopia.com*

No entanto, uma das principais desvantagens deste modelo turístico consiste no facto de grande parte dos proprietários e colaboradores dos hotéis serem de nacionalidades estrangeiras e não locais, assim como os bens servidos, relativamente à gastronomia por exemplo, são, na sua maioria importados (Morais, 2016: 82). O facto da maioria dos complexos hoteleiros ser de origem estrangeira, faz com que o capital obtido durante as estadias não se reflita de forma significativa na economia do país.

[...] apesar de se reconhecer a existência de sinais evidentes que corroboram baixos níveis de despesas locais dos AI (all-inclusive) em Cabo Verde, na medida em que a fuga de capitais gerados é potencialmente elevada [...] concluiu-se que do ponto de vista económico os impactos são “mais amplos do que aqueles que são tradicionalmente atribuídos a este tipo de alojamento” (Banco Mundial, 2013a: 33). (Morais, 2016: 82).

Nem todas as ilhas são alvo da procura turística massiva, o fluxo foca-se sobretudo na ilha do Sal e da Boavista (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2017: 3). A procura deve-se ao facto de, uma vez que possuem recursos naturais atractivos, ainda não danificados, como extensas e belas praias, haver um constante investimento por parte dos grupos estrangeiros, proporcionando nessas ilhas a existência de infraestruturas nas principais cidades, como aeroportos e estradas e uma maior oferta de acomodação em grandes empreendimentos turísticos (Monteiro & Fernandes, 2015: 884).

. Consequências do turismo nos países em desenvolvimento

Para se desenvolver um turismo saudável para o país recetor, é necessário prever quais serão os efeitos na população, positivos e negativos, de cariz económico, social, cultural e ambiental.

Temos como consequências positivas, a nível económico: o aumento de rendimentos para o Estado e conseqüente equilíbrio gradual da balança comercial; a criação de postos de emprego e o estímulo de diferentes atividades económicas, direta e indiretamente, desde o surgimento de espaços de alojamento e comércio ao desenvolvimento de setores primários como agricultura ou indústria local. O turismo conduzirá também: à melhoria das vias e estruturas existentes, bem como a criação de novas; à promoção da cultura cabo-verdiana e do diálogo entre outros países e continentes; ao impulsionamento da educação e formação para o profissionalismo; e por fim à valorização do património natural, cultural e social das ilhas, que por vezes se encontra esquecido (Morais, 2016: 74).



Hotel Spinguera Ecolodge, Boavista. *In spinguera.com*



Pousada de São Pedro, Cidade Velha, Santiago. *In bichinhodasviagens.blogspot.com*

No entanto, o fenómeno do turismo de massas provoca consequências diretas e indiretas que muitas vezes não se têm em conta e que trazem malefícios para grande parte da população local, que depois se vê demasiado dependente dos investimentos estrangeiros (Morais, 2016: 87): os operadores e agências turísticas têm poder sobre todos os serviços disponíveis, como excursões, visitas, restauração, etc.; muitas das praias junto aos complexos turísticos são encerradas e fechadas à população, que se passa a sentir marginalizada e invadida; a sobre-exploração de recursos não renováveis e a produção de resíduos que não são posteriormente tratados (Morais, 2016: 83); a população local que é empregada pelas estruturas turísticas, é, geralmente, mal remunerada, desqualificada e trabalha em condições precárias; a atitude de pressão e dissuasão que é impingida aos turistas para que estes permaneçam dentro do recinto dos complexos (Morais, 2016: 84).

O território onde se insere também é afetado, quando sujeito a construção excessiva; à sobre-exploração dos recursos naturais; ao uso excessivo de transportes e maquinaria; situações que conduzem ao distúrbio das espécies e habitats naturais, à poluição do solo, água e ar e à artificialização da paisagem, conduzindo as ilhas à degradação ambiental. Com a existência de atividades turísticas no seio da vida cotidiana das comunidades, e com a comercialização da cultura e alguns costumes e tradições do país de acolhimento, esta tende a sofrer uma descaracterização, condicionando a identidade da população e a autenticidade do lugar.

Através destas preocupações surge uma frente consciente, composta por vários organismos ligados à atividade turística, sendo o principal a Organização Mundial de Turismo [WTO], que revela a necessidade do surgimento de um novo tipo de turismo, também ele mais consciente. Trata-se do turismo sustentável, que visa promover a proteção do ambiente, recursos naturais e comunidades envolvidas.

. Turismo sustentável para o desenvolvimento

Uma vez que o turismo é o responsável por 29% das exportações de serviços em todo o mundo e a principal fonte de rendimento para muitos países em desenvolvimento, como é o caso de Cabo Verde, é desejável que este adquira certas características para que se torne um agente fundamental nesse processo de desenvolvimento. Para isso é importante que seja planeado e adote uma série de princípios focados na sustentabilidade das comunidades (WTO, 2011: 10).



Caminhada pela Baía do Inferno, Santiago. De Associação Cabo-verdiana de Ecoturismo



Snorkeling em Quebra Canela, Santiago. De Associação Cabo-verdiana de Ecoturismo

Segundo a WTO, o turismo sustentável é alcançado se forem adotados cinco agentes: a política governamental para o turismo; o desenvolvimento económico, investimento e competitividade; o emprego, trabalho decente e capital humano; a redução da pobreza e a inclusão social; e a sustentabilidade do ambiente natural e cultural.

1) Uma política clara implementada pelas entidades governamentais que tenha como objetivo principal o interesse da comunidade e de um desenvolvimento próspero e sustentável é o pilar fundamental em que todos os outros se apoiam. Isto só é exequível se desenvolvidas estratégias conscientes que contribuam para o potencial do setor (WTO, 2011: 43).

2) Uma vez que o turismo desempenha um importante papel no crescimento económico do país, deve ser devidamente reconhecido e apoiado, criando-se políticas comerciais e de investimento que se adaptem ao mercado internacional. A experiência turística vendida pelos países deverá ser relevante e única, criando assim competitividade em relação a outros (WTO, 2011: 65).

3) Nos países em desenvolvimento onde o turismo é a principal atividade económica, deve oferecer oportunidades de trabalho devidamente remuneradas aos residentes locais, estimulando assim o empreendedorismo e reduzindo o desemprego e consequente pobreza (WTO, 2011: 81).

4) No seguimento do princípio anterior, uma maior empregabilidade da comunidade local nas estruturas de turismo garante o alívio da pobreza nos países em desenvolvimento. É importante ressaltar os direitos para todos, independentemente da raça, sexo ou idade, e a necessidade da igualdade de género e da promoção da mulher enquanto parte ativa da sociedade (WTO, 2011: 92).

5) Por último, o turismo e a diversidade natural e cultural do país de acolhimento estão diretamente ligados, sendo importante a sua conservação, apelando à consciencialização e à realização de ações que não os prejudiquem. Deste modo, é imperativo que as estruturas turísticas reúnam esforços para reduzir os níveis de consumo, de desperdício e de poluição, evitando o esgotamento de recursos e diminuindo a pegada ecológica (WTO, 2011: 109).

Associadas ao turismo de forma sustentável surgem várias alternativas ao turismo tradicional de massas, que foram adquirindo várias nomenclaturas em função das suas variantes, mas que coincidem nos princípios: respeitar a comunidade de acolhimento, bem como o seu ambiente e cultura, tendo como base um comportamento solidário e responsável. Estas novas formas de turismo baseiam-se em três premissas: o turista, a comunidade local, e a natureza (Brito, 2005: 23).



Passeio de barco, Porto Rincão, Santiago. De Associação Cabo-verdiana de Ecoturismo



Crianças a tomar banho de mar e turistas a visitar o porto, Preguiça, São Nicolau. De José Mesquita

O conceito de *turismo responsável*, adota o sentido de responsabilidade do viajante enquanto ser respeitador e solidário para com a comunidade e ambiente onde se irá inserir. Esta perspetiva associa-se também ao *turismo comunitário*, que implica a introdução de dinâmicas criadas pelas comunidades, e autogeridas por elas, na qual os visitantes se irão integrar harmoniosamente, fundamentando-se na solidariedade e também no respeito mútuo (Brito, 2010: 71).

Ligadas ao ambiente rural existem várias modalidades, que dependerão do que a comunidade tem para oferecer ao visitante. No *turismo rural* ou *agroturismo*, o turista estabelece uma relação de proximidade com a comunidade hospedeira e com a sua principal atividade económica, a produção agrícola ou pastorícia, obtendo assim uma fonte de receitas suplementar. Existe também o *turismo de habitação*, em que as estruturas turísticas são as casas da comunidade, onde são acolhidos os visitantes que participam dessa vida cotidiana. Já o *ecoturismo* consiste principalmente na apreciação da natureza e cultura tradicional, promovendo o respeito pelo ambiente numa viagem responsável que tem por base o usufruto sustentável (Macedo, Medeiros, Azevedo, & Alves, 2011: 442). Por fim, desenvolveu-se também o conceito de *turismo de aventura*, onde o viajante se desloca a locais específicos em busca de atividades radicais de carácter recreativo. Esta modalidade associa-se também ao *turismo desportivo*, que implica o carácter competitivo nessas atividades.

Na Preguiça não existem, atualmente, equipamentos dedicados ao turismo, pelo facto de não haver procura turística suficiente na vila. As únicas manifestações turísticas observadas na Preguiça durante a missão de investigação foram passeios até ao porto para os visitantes observarem os grupos de golfinhos junto à costa, além da prática banhar diária das crianças da vila na praia. No entanto existe uma pequena parte da população que pensa num futuro aumento da procura turística e que possui, dentro das suas habitações, alguns quartos para alugar, de modo a conseguir obter um rendimento extra. Há inclusive habitantes na Preguiça que têm possibilidade de aumentar as suas casas, não com o intuito de abrigar mais familiares, mas sim de aproveitar as divisões excedentes para alugar a visitantes que surjam, interessados pelo turismo de aventura e desportos de mar. No entanto, nenhuma dessas ampliações é planeada, por isso vemos frequentemente pátios a serem cobertos, anexos traseiros a crescer e pisos superiores a surgirem da noite para o dia. Com a minha proposta proponho manter a possibilidade de existir alojamento local dentro de habitações, todavia de forma planeada e controlada, sem menosprezar o espaço de quem vive permanentemente, em função do visitante, potenciando um turismo comunitário.



Mercado Municipal do Mindelo, São Vicente. De José Mesquita



Mercado de rua no Mindelo, São Vicente. De José Mesquita

2.3. O comércio em Cabo Verde

As alterações políticas decorridas no ano de 1991 em Cabo Verde trouxeram a possibilidade do país se inserir na economia mundial, apoiando o desenvolvimento da atividade privada comercial e industrial. Houve uma expansão do número de unidades comerciais por grosso e de retalho, não especializadas, sobretudo nas principais cidades do arquipélago (Praia, Assomada, Mindelo e Espargos). Nas ilhas de menor dimensão surgiram pequenos e médios comerciantes que são abastecidos, por via marítima, pelas unidades de maior capacidade. Através do Porto da Praia, em Santiago, garante-se o abastecimento das ilhas Fogo, Maio e Brava; a partir do Porto Grande no Mindelo, São Vicente, são abastecidas as restantes ilhas. A Ilha do Sal também serve como porta de entrada de importações, não só marítimas, a partir do Porto da Palmeira, mas sobretudo aéreas, através do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, e essa importância na ilha advém essencialmente do desenvolvimento turístico anteriormente falado (CESO CI Portugal, 2011: 16).

Na realidade cabo-verdiana, são comuns relações comerciais que não acontecem dentro dos moldes impostos pela economia dos países dominantes, e são caracterizadas de informais. Aqui serão abordadas essas manifestações comerciais espontâneas, uma vez que é essa categoria de comércio que será proposta para a intervenção na Preguiça, e foi a que mais se observou durante a missão de investigação em Cabo Verde.

[...] as características e as condicionantes históricas da realidade económica cabo-verdiana, factores que se exprimem também através de relações que se estabelecem ao nível da produção e da troca e não são imediatamente categorizáveis nos modelos conhecidos - as geralmente chamadas realidades «informais» [...] relações sociais e económicas que escapam às categorias que caracterizam a teoria económica ortodoxa. (Grassi, 2003: 149)

Segundo Marzia Grassi (2003), as manifestações informais de comércio em países em desenvolvimento, normalmente, são desacreditadas e menosprezadas, mas, no entanto, constituem a grande parte da produção e troca de bens realizada pela população. É possível que estes países ganhem força económica através deste sistema comercial e façam parte da economia mundial, no caso de Cabo Verde, através das relações comerciais transatlânticas que abrangem o continente africano, europeu e americano (Grassi, 2003: 150). O setor das microempresas informais engloba: pequenas e médias unidades de produção artesanal para venda; negócios familiares; negócios de intermediação entre o meio rural e urbano



Mercado Municipal da Praia, Santiago. De José Mesquita



Rua do Mercado Municipal da Praia, Santiago. De José Mesquita

(P.E.: motoristas de pessoas e mercadorias); vendedores de rua e ambulantes; etc... As microempresas podem ser caracterizadas através: da inexistência de contabilidade escrita; da inexistência de um sistema organizacional por cargos, grande parte delas não emprega mais do que cinco elementos; de possuírem como consumidores um grupo populacional de fracos recursos; e de prestarem, muitas vezes, serviços a crédito (Grassi, 2003: 156).

Neste país o sector [das microempresas] inclui as atividades económicas de agentes que trabalham por sua conta em pequenas e médias unidades de produção e que escapam, em parte, ao controlo do Estado [...] existe um sector de produção industrial e de pesca artesanal que utiliza práticas e conceitos de organização e de produção que diferem muitas vezes das práticas tipicamente utilizadas nos países hegemónicos. (Grassi, 2003: 152).

As microempresas ganham força aquando do êxodo rural, uma vez que com as secas, deixa de haver solos propícios para a agricultura e pecuária no interior das ilhas. Nas cidades, normalmente junto ao mar, a população depara-se com a falta de emprego nos equipamentos públicos, ou com baixos salários nos postos existentes. Por isso muitos cidadãos optam por criar o próprio negócio e formar uma clientela fixa que proporcione os rendimentos necessários (Grassi, 2003: 155).

Quando nos referimos à prática do comércio espontâneo ou informal, temos em conta que grande parte dos bens comercializados têm origem, não em Cabo Verde, mas em países estrangeiros, e que são os próprios comerciantes que, usualmente, os vão comprar à origem, tornando-se assim *rabidantes*^{*1}(revendedor). Grande parte destes revendedores são mulheres, que, por não lhes ser proporcionadas as mesmas oportunidades de emprego em relação aos homens, veem-se obrigadas a explorar outras alternativas. Geralmente são elas as chefes de família e têm os filhos apenas a seu cargo, daí a necessidade da criação do próprio emprego (Grassi, 2003: 249).

[...] é evidente que o espírito de iniciativa que leva as mulheres a aproveitarem as oportunidades deste sector é consequência e justifica-se [...] pela existência de desigualdades [...] as mulheres sabem deter menos possibilidades do que os homens de encontrarem um trabalho no sector formal de economia (Grassi, 2003: 249).

^{*1} Rabidante - Que ou quem vende o que foi comprado com a intenção de ser comercializado = Revendedor (palavra de origem cabo-verdiana) *in Priberam* dicionário



Mercado de Sucupira, Praia, Santiago. In ecoscotidianos.wordpress.com



Mercearia na Pregoia, São Nicolau. De José Mesquita

Um dos maiores pontos de concentração de *rabidantes* em Cabo Verde é o Mercado de Sucupira, na Praia, na Ilha de Santiago. Além de vendedores de origem cabo-verdiana, o mercado atrai muitos de outros países da costa ocidental africana, como do Senegal, da Guiné Conacri, da Guiné Bissau, da Serra Leoa, da Nigéria e do Mali (Frias, 2014). Este mercado teve origem quando o Governo tentou regularizar o comércio de rua no final da década de 80. Os comerciantes que não vendiam no Mercado Municipal, no Platô, foram deslocados para uma zona pouco frequentada da cidade, onde puderam ocupar bancas em módulos, em troca de uma taxa paga à Câmara Municipal, formando o que é hoje o Mercado de Sucupira (Grassi, 2003: 186). Atualmente está em construção um novo mercado na cidade, para onde irão os *rabidantes* de Sucupira (DN, 2019).

Uma vez que estas unidades comerciais surgem de forma espontânea, não estão, normalmente, de acordo com a legislação tributária e laboral do Estado, e por isso nem sempre recebem os apoios devidos por parte desta entidade. No entanto existem já vários programas desenvolvidos por Câmaras Municipais e ONGs que visam promover este tipo de comércio (Grassi, 2003: 151). Com o apoio devido, a criação de microempresas informais promove, dentro das cidades e povoações: o autoemprego; o desenvolvimento do setor privado; a integração social; a formação e profissionalização da população; e a produção social e cultural para a renovação dos valores tradicionais (Grassi, 2003: 153).

Na Preguiça, atualmente existe um número reduzido de pontos comerciais, que apenas se localizam na Alta. É possível encontrar algumas mercearias, um cyber-café e o bar no Centro Social da vila; mas, no entanto, grande parte das atividades comerciais acontecem nas casas dos habitantes, que muitas vezes servem de oficinas, onde estes comercializam produtos artesanais para a vila, como móveis em madeira ou produtos gastronómicos. Existe ainda o comércio de peixe, já mencionado antes, que não acontece num equipamento específico, mas sim pela rua, apregoado pelas mulheres da vila. Muitas vezes estas mulheres compram o peixe junto ao acesso do porto e deslocam-se para a Alta ou para outras vilas, à boleia, para o revender, tornando-se também elas *rabidantes*.



Loja em Lajedos, Santo Antão. De António Lopes

2.4. Caso de estudo - Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos

No âmbito do desenvolvimento sustentável na habitação, comércio e turismo em Cabo Verde, o exemplo mais evidente que identifiquei é o Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos [PDCL], que visitei durante a missão de investigação. O projeto foi iniciado pela ONG Atelier Mar no final da década de 80 em Lajedos, povoação rural que se localiza a 15 quilómetros da cidade Porto Novo, na Ilha de Santo Antão. É habitada por cerca de 600 habitantes, onde parte se dedica à agricultura e à construção, e onde se manifestava sobretudo o desemprego jovem, levando a problemas como o alcoolismo e a gravidez na adolescência, afetando assim o desempenho e o rendimento das famílias (Estrela, 2005: 3).

A partir dessas questões sociais surgiu o projeto de desenvolvimento comunitário, cujos objetivos passam pela melhoria da imagem da comunidade e das suas condições de vida; a revalorização das artes tradicionais; o estímulo do empreendedorismo e a criação de autoemprego; a promoção da igualdade de género; e a criação de novas atividades económicas geradoras de rendimentos (Estrela, 2005: 12).

Começou por se realizar diversas atividades de sensibilização na comunidade, como entrevistas, visitas e conversas informais com a população. Deste modo foi possível a integração da equipa da ONG dentro da comunidade, participando também na sua vida quotidiana, reconhecendo as suas necessidades. Foram desenvolvidos diversos projetos, como a escola comunitária, as oficinas, formações em diversas áreas como construção civil, educação infantil ou gastronomia, apoiando a profissionalização da comunidade nos novos empregos criados.

Um dos equipamentos criado pelo PDCL foi o *Babilónia*, um espaço agrícola para o cultivo de espécies que resistam a ambientes áridos, administrado por engenheiros agrónomos. Este espaço engloba uma estrutura para acolher visitantes, com alguns quartos para turistas. Está preparado para abrigar artistas em processos de criação e para realizar eventos culturais na zona. Pertence também a este conjunto um restaurante/bar que serve gastronomia tradicional com produtos cultivados nas terras envolventes. Este programa tem como objetivo solidificar-se num centro experimental de domínio das práticas do trabalho da terra e da proteção ambiental, adquirindo um carácter laboratorial e interpretativo, agrícola e gastronómico. O *Babilónia* oferece à sua comunidade e visitantes um espaço e um programa



Babilónia, restaurante em Lajedos, Santo Antão. In Tripadvisor



Peças cerâmicas produzidas pelo Atelier Mar, Mindelo. De António Lopes

cultural e educativo, promovendo a história, o território e os recursos naturais de Lajedos e de Santo Antão (Monteiro, 2008: 107).

Relacionada com estrutura de alojamento do *Babilónia*, existem quartos para aluguer nas habitações dos locais, permitindo que os visitantes se integrem mais intensamente na comunidade, e esta de obter um rendimento extra a partir da própria casa. Estabeleceram-se também trilhos para contacto histórico-cultural com a cidade de Porto Novo, associados ao Sítio Museológico, criado pelo Atelier Mar, que se foca na apresentação da cultura regional aos visitantes e na educação e profissionalização dos locais. Neste espaço foram já realizadas diversas ações de formação em hotelaria e restauração, de guias turísticos; e ainda aulas de inglês e francês, de modo a facilitar a comunicação com os visitantes.

Foram encontradas diversas dificuldades durante a implementação dos projetos, uma vez que, implicam, não apenas uma comunidade inteira, mas também outras instituições e entidades governamentais. Uma das maiores dificuldades foi garantir a participação da população no programa, trabalhando em conjunto com o Atelier Mar para alcançar os diversos objetivos. Houve, por parte da população, alguma desconfiança, por não compreender quais eram os motivos que levavam a ONG a desenvolver o presente programa. Sentiram-se também complexidades durante o processo de formação uma vez que existe ainda um grande número de analfabetos (Monteiro, 2008: 112). Ainda assim, o programa centrado na comunidade levou à mobilização da população e ao combate contra a pobreza e exclusão social, promovendo os recursos naturais, o território e a cultura da região, fazendo com que esta se desse a conhecer ao exterior, criando uma possibilidade de turismo comunitário.



Edifícios intervencionados na Pregoça, São Nicolau. De José Mesquita



Edifícios intervencionados na Pregoça, São Nicolau. De José Mesquita

2.5. Programa da intervenção


Incluído no PDIS, o Laboratório(s) da Preguiça propõe não só a reabilitação de habitações e a introdução do turismo comunitário, mas também a criação de equipamentos profissionais, que gerem postos de emprego, e de equipamentos lúdicos e culturais para a comunidade. No entanto, com o desenvolvimento destes programas, sente-se a necessidade de pequenos espaços comerciais, hoje inexistentes no CI. Uma vez que se pretende que o Centro de Identidade fique bem equipado de serviços para a comunidade e visitantes, a intervenção contempla dois espaços de comércio nos pisos térreos de duas das habitações. A loja maior, no edifício do topo da ladeira, será dedicada à restauração (pastelaria/restaurante/café). O segundo espaço será um ponto de venda de produtos, a ser definido aquando da construção.

Sendo uma vila piscatória à beira-mar, e com o projeto do Porto de Pesca e da Piscina Marítima, surge a oportunidade de se desenvolver um turismo de mar, quer de aventura ou de competição (pesca desportiva, mergulho, entre outros), quer de turismo de praia (neste caso de piscina, numa vertente mais lúdica, garantindo a segurança que não é possível na praia). A possibilidade de várias vertentes de turismo na vila, implica a capacidade de acomodar os visitantes, assim como a integração destes na vida dos locais, beneficiando-os. Deste modo, serão criadas estruturas ligadas às habitações que, apesar de fazerem parte delas, poderão ser arrendadas de forma independente a turistas, ficando garantidas a privacidade e a gestão pelos inquilinos de cada casa.

Uma vez que os edifícios são privados, esse fator implicará acordos com os proprietários, para que estes aceitem que as casas sejam reabilitadas e façam parte do conjunto de intervenções do PDIS. Se os acordos se verificarem, o proprietário fica a ganhar de várias formas: com a reabilitação da sua habitação; com a introdução desta no sistema do alojamento local; e, assim que o comércio abrir ao público e o quarto for arrendado, com a obtenção uma renda extra a partir do mesmo. Esta ação poderá influenciar outros proprietários que queiram também promover melhores condições nas suas propriedades e, assim, refuncionalizá-las com espaços de comércio ou turismo como forma de fortalecer a economia familiar.

Em suma, esta estratégia de revitalização não inclui só as condições de habitabilidade para várias famílias, mas também uma proposta de mudança do que é habitualmente a exploração do turismo e do comércio em países em desenvolvimento, com vista à composição económica da população local e ao crescimento do sentido de comunidade, com o objetivo de destacar sempre a comunidade e de não a descaracterizar.



A photograph of a coastal scene. In the foreground, a wide, weathered stone pier or walkway extends from the left towards the center. The stone is dark and textured, with visible cracks and shadows. To the left, a vertical stone structure, possibly a wall or part of a building, is partially visible. In the middle ground, three people are sitting on the pier, looking towards the ocean. The ocean is a deep blue, meeting a clear, light blue sky at a distant horizon. The overall atmosphere is calm and quiet.

capítulo III.
A proposta de intervenção



1. Habitação 1 2. Habitação 2 3. Habitação 3 4. Habitação 4 0m 7m

Planta de coberturas

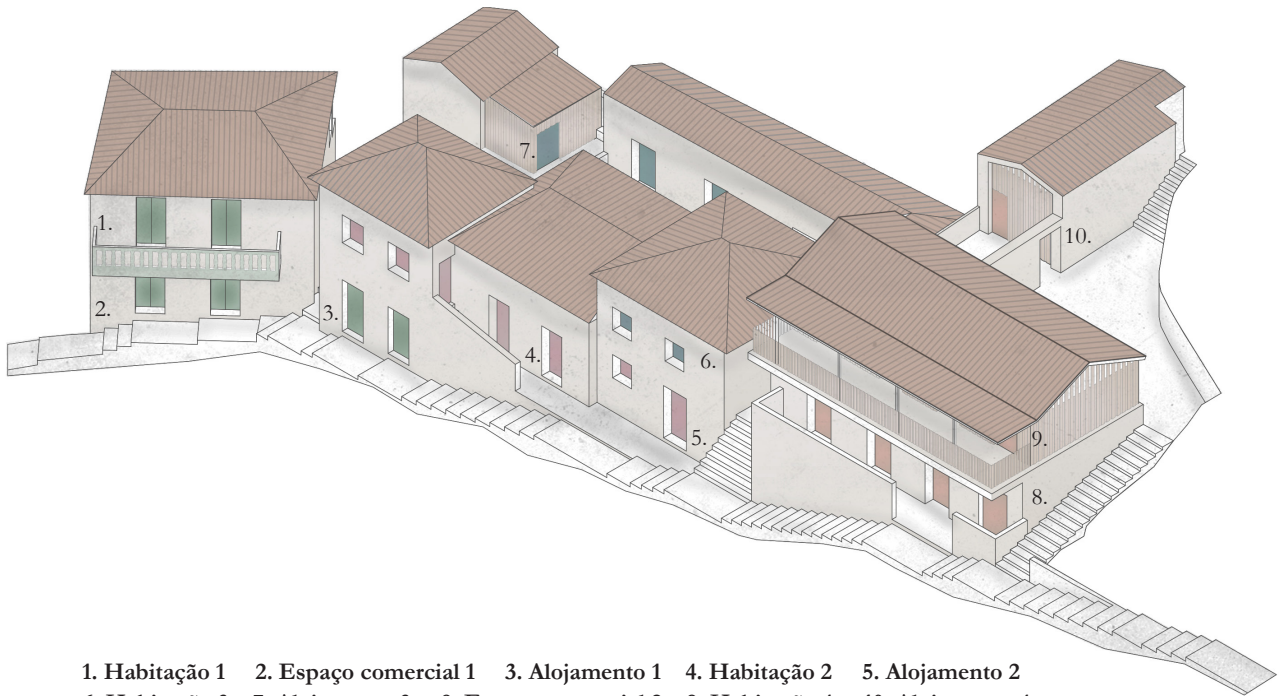
3.1. Memória

A proposta de intervenção teve início após a missão de investigação, em janeiro de 2019, e foi entregue em forma de anteprojeto às entidades responsáveis cabo-verdianas em maio de 2019. Durante este período o projeto foi evoluindo perante os novos dados que iam surgindo, essencialmente através do nosso elo de articulação entre as várias partes, o professor Leão Lopes, devido ao carácter real que o seminário de investigação adquiriu. Com esta proposta procurei dar resposta aos problemas identificados e explanados na introdução, de forma a que a intervenção se adeque ao espaço onde se insere sem ferir e alterar a identidade da vila.

. Conceito da intervenção

Perante o desafio proposto pelo seminário de investigação Laboratório(s) da Preguiça, de melhorar a qualidade de vida dos habitantes da Preguiça criando postos de emprego e realojando algumas famílias (Anexo 1), pensei em associar às novas habitações, espaços comerciais e turísticos, a ser desenvolvidos pelos inquilinos, cujo lucro reverta para a economia familiar. A ideia inicial seria construir habitações que tivessem uma divisão a mais, na zona dianteira da casa, com acesso ao exterior, que depois era destinada a um ofício que a família quisesse desenvolver enquanto negócio. Instalava-se nesse espaço uma officina/atelier/cozinha, adaptada à atividade em questão, previamente inquirida junto das famílias. Caso não houvesse algum ofício a desenvolver, a família poderia utilizar a divisão enquanto quarto para arrendar aos visitantes de vila, mantendo ainda o rendimento extra a partir da habitação.

Durante a missão de investigação percebi que, existem no CI alguns edifícios abandonados e degradados, e que não faria sentido construir só habitações novas (projeto do Laboratório(s) da Preguiça) e não reabilitar os edifícios existentes. Selecionei um conjunto de edifícios de habitação que necessitam de um projeto de requalificação, e onde existe a possibilidade de se introduzir um programa comercial mais contido, mas mantendo os objetivos iniciais: oferecer ferramentas que potenciem a empregabilidade e permitam que as famílias consigam obter rendimentos extra. Alcancei assim as bases para uma proposta que dê resposta a esses objetivos, capacitando quatro habitações com um quarto a mais para alojamento local, e ainda um espaço comercial em duas das casas. Com esta refuncionalização pretendi que a construção existente fosse mantida ao máximo, qualificando os edifícios para que constituam



- 1. Habitação 1 2. Espaço comercial 1 3. Alojamento 1 4. Habitação 2 5. Alojamento 2
- 6. Habitação 3 7. Alojamento 3 8. Espaço comercial 2 9. Habitação 4 10. Alojamento 4

Axonometria do conjunto intervenido



Planta de novas construções 0m 7m

capítulo III.
A proposta de intervenção

quatro habitações familiares. Estas habitações são do tipo T2 e T3, além dos quartos para o alojamento local, e pretendem proporcionar as condições básicas necessárias de uma habitação, adequando-se e melhorando a vida das duas famílias que já lá habitam e das outras duas que as irão habitar.

Proponho um mínimo de demolições, assegurando que não se altere ou transfigure a imagem original, conservando a sua expressão tradicional, salvaguardando-a e acrescentando alguns elementos que conservam a arquitetura tradicional, e que podem vir a inspirar outras construções na vila e arquipélago. Uma vez que a área no interior de cada edifício não é suficiente para instalar uma casa com mais do que um quarto, as habitações desenvolvem-se em mais do que um volume, articulando-se através de zonas exteriores, que unem as várias cotas onde os edifícios se implantam, de modo a garantir uma uniformidade do conjunto habitacional.

Foi necessária a ampliação de alguns edifícios para se desenvolver o programa proposto, privilegiando a coerência entre as quatro habitações relativamente às áreas e ao número de divisões. O projeto das habitações foi desenhado de modo a cumprir as regras estabelecidas pela lei portuguesa, pelo facto de não se encontrar disponível para consulta a mesma legislação relativamente a Cabo Verde. A seguinte tabela corresponde à área mínima de cada compartimento numa habitação em Portugal. Os valores apresentados foram retirados do *Guia Prático para a Habitação* realizado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU], com base no Decreto-Lei n.º 38382/51. Todos os compartimentos têm áreas superiores às descritas acima e possuem vãos em contacto direto com o exterior para iluminação e ventilação.

Divisão		Área mínima
Cozinha		6 m ²
Sala	- para T2 e T3	12 m ²
Instalação Sanitária	- para T2	3,5 m ²
	- para T3	4,5 m ²
Quarto	- de casal	10,5 m ²
	- com duas camas	9 m ²
	- simples	6,5 m ²

Quadro de áreas mínimas permitidas em Portugal. In *Guia Prático para a Habitação* (IHRU)

As divisões propostas para alojamento local incluem, em cada habitação, um quarto com espaço de estar e instalação sanitária, com espaço para até duas pessoas, cada um com acesso direto ao exterior, garantindo alguma privacidade, ao mesmo tempo que são incluídos no seio da habitação e, assim, da família que aí reside. Esta opção permite que as unidades, apesar de



Relação entre as habitações - corte 1



Comércio Sala Cozinha Quarto Casa de banho Circulação 0m 3m

Circulação pública Circulação privada 0m 3m

Planta de funções e planta de circulações da Habitação 1

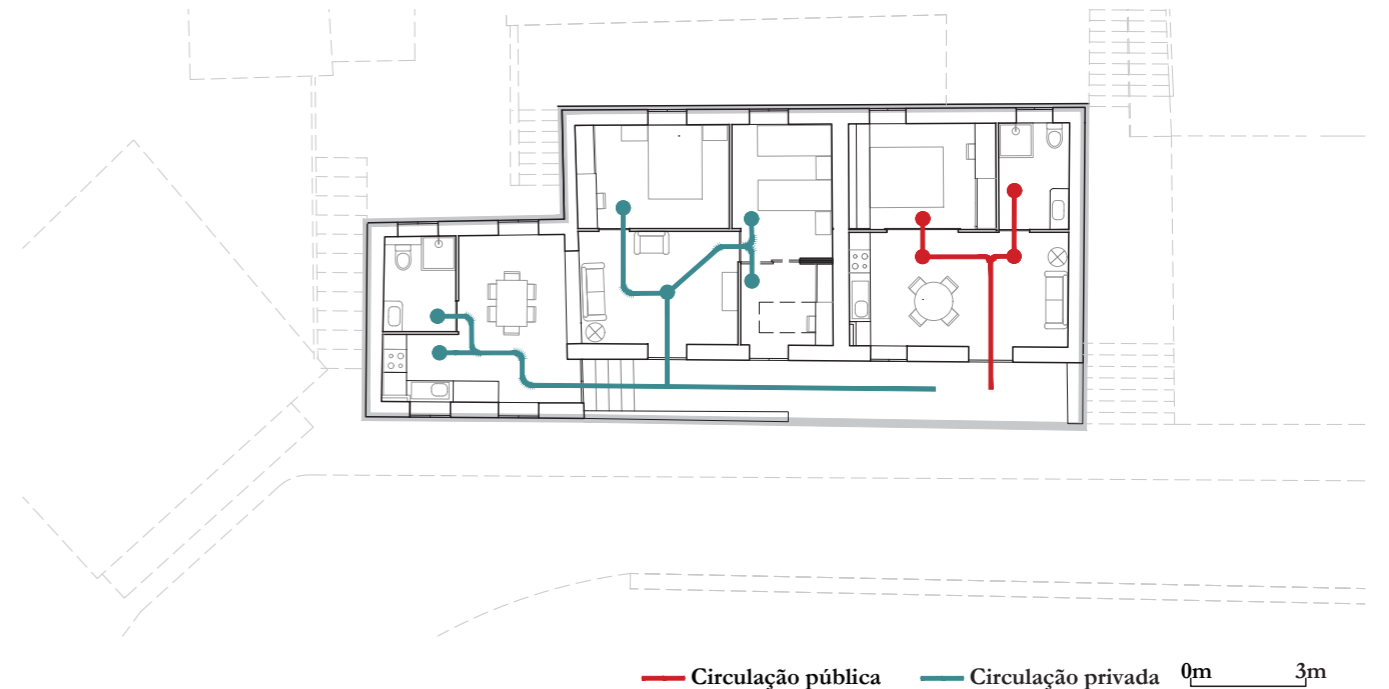
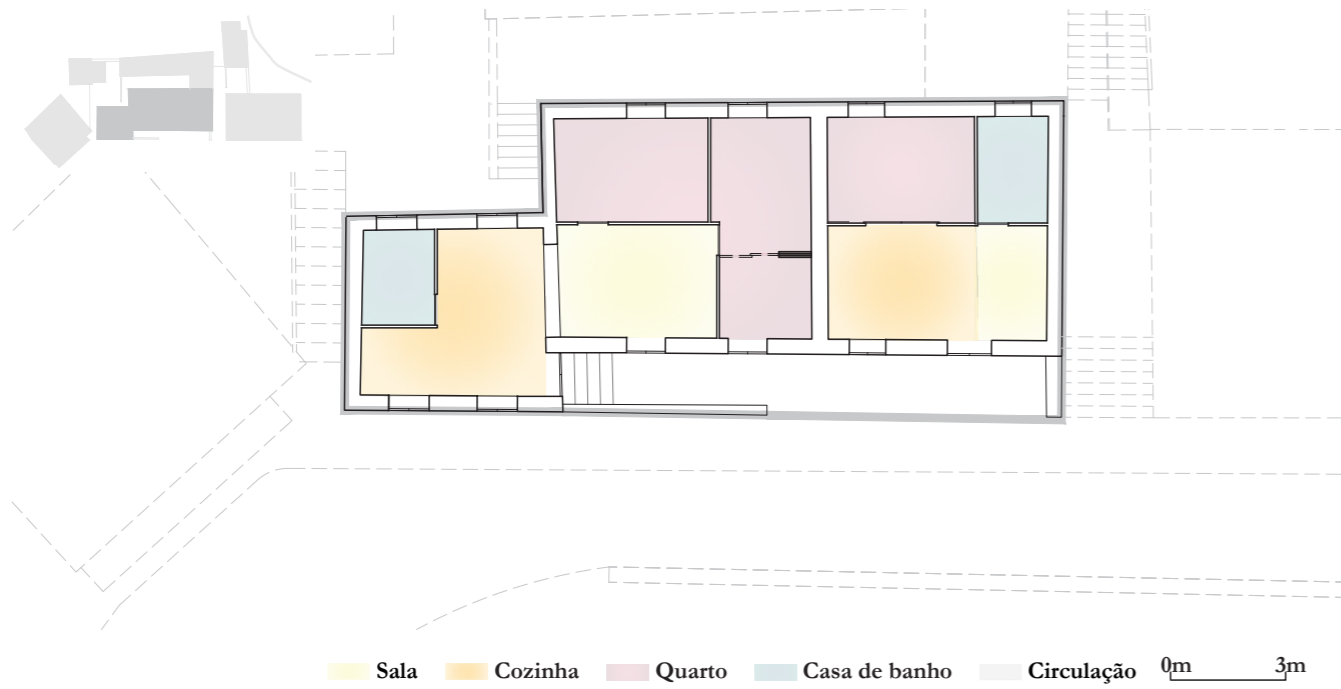
preparadas para albergar visitantes num conceito de *guesthouse*, possam também dar lugar a membros da família caso esta cresça e necessite de novos quartos. Os próprios quartos das habitações 1 e 2 adquirem um carácter de adaptação às famílias que as habitam, ou seja, é possível que, de dois quartos contíguos e encerrados de pessoas distintas, se transformem, por exemplo, num quarto maior para acomodar crianças, reorganizável através de painéis leves e amovíveis que garantam essa flexibilidade.

Cada habitação estrutura-se autonomamente e com características próprias, veiculando a versatilidade de espaços e, assim possibilitando naturais dinâmicas familiares. A distribuição de cada família por habitação dependerá, da necessidade de espaço, do agregado familiar, devendo decorrer, em boa medida, dos acordos realizados com os proprietários durante a sua construção. Foi importante analisar outras habitações em Cabo Verde durante a missão, para perceber que tipo de elementos funcionariam numa reabilitação e comunicariam bem com a população. Refiro-me, por exemplo, a elementos vazados ou perfurados que permitam a relação visual entre diversos espaços e também a ventilação interior, importante e necessária, especialmente em Cabo Verde, devido ao tempo quente e seco; ou estruturas de sombreamento ou apoio a zonas exteriores, com bastante relevância para os habitantes cabo-verdianos.

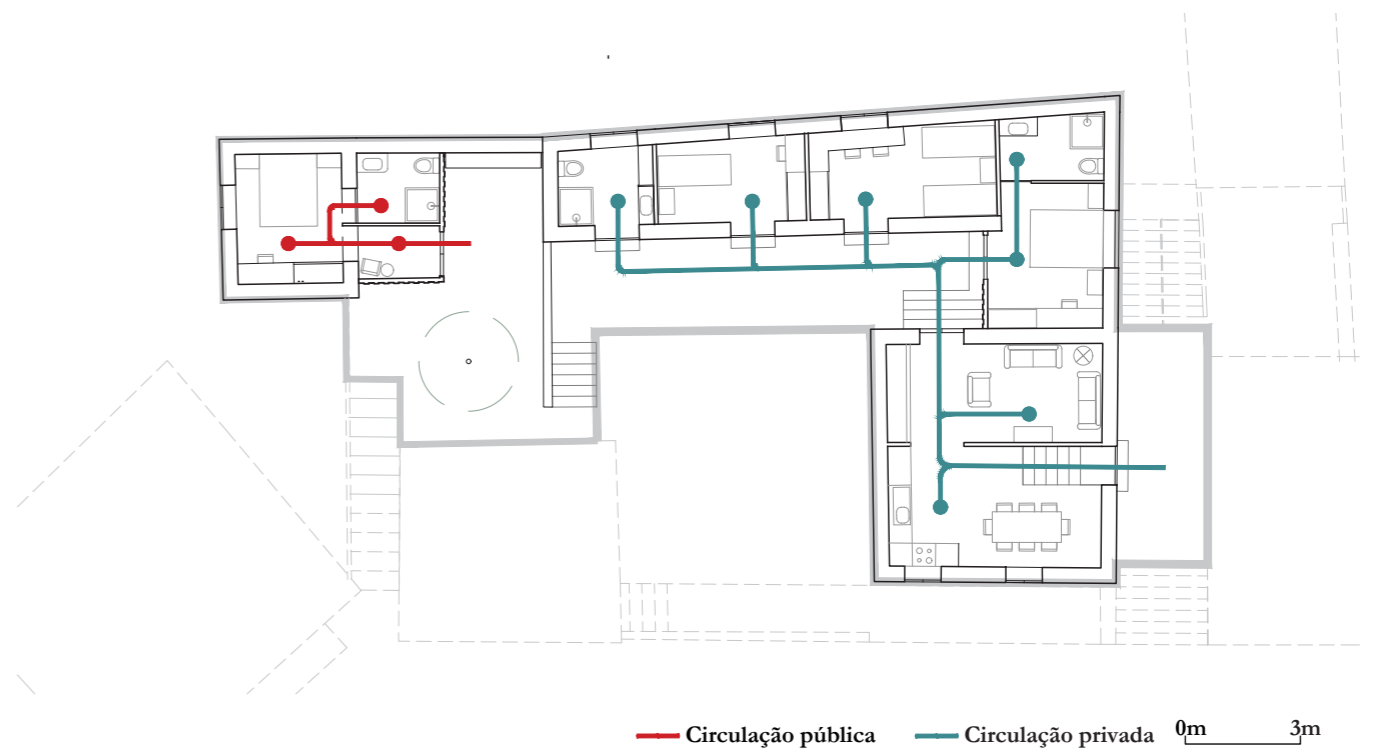
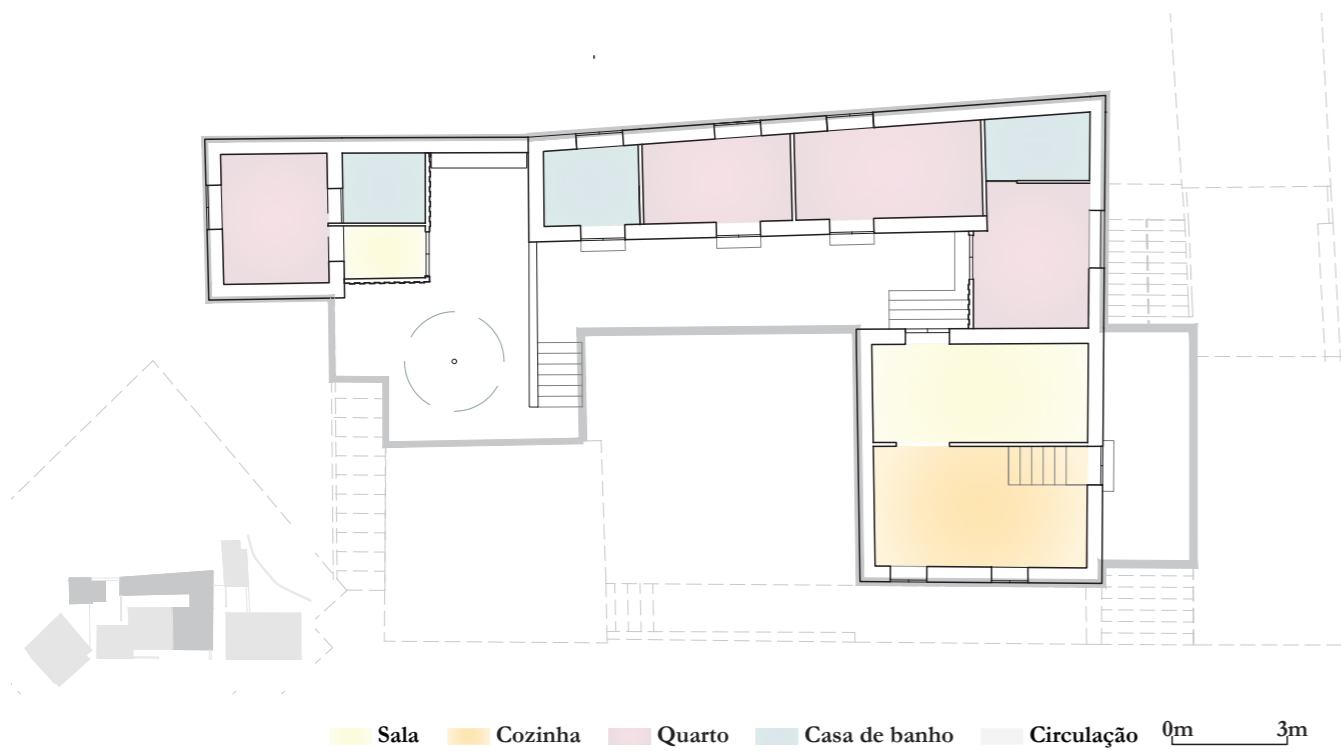
. Programa das habitações

Cada habitação foi planeada para ter uma cozinha, uma sala, e pelo menos uma instalação sanitária e dois quartos. Com o espaço destinado ao alojamento, as habitações passam a ter um mínimo de três quartos e duas instalações sanitárias. Senti a necessidade de associar zonas exteriores a cada habitação, pelas razões já mencionadas, para circulação, convívio e espaço para atividades domésticas.

A habitação 1 desenvolve-se no edifício junto ao acesso ao Porto de Pesca, e é do tipo 3+1. No piso térreo situa-se um dos espaços comerciais, que ocupa a área dianteira do andar, aquele que faz frente para a Rua do Fisco e para o início da praça do Centro de Identidade. Este espaço foi pensado para ser a loja menor, para venda de produtos, e inclui a zona de vendas, com balcão, uma área de depósito para armazenamento dos bens comerciais e uma instalação sanitária de serviço a funcionários. O edifício sofre uma ampliação na zona traseira, adquirindo um novo alçado virado para o Porto, e espaço para se instalar a zona social da habitação, com a cozinha, sala e o acesso vertical ao piso superior. O primeiro andar



Planta de funções e planta de circulações da Habitação 2



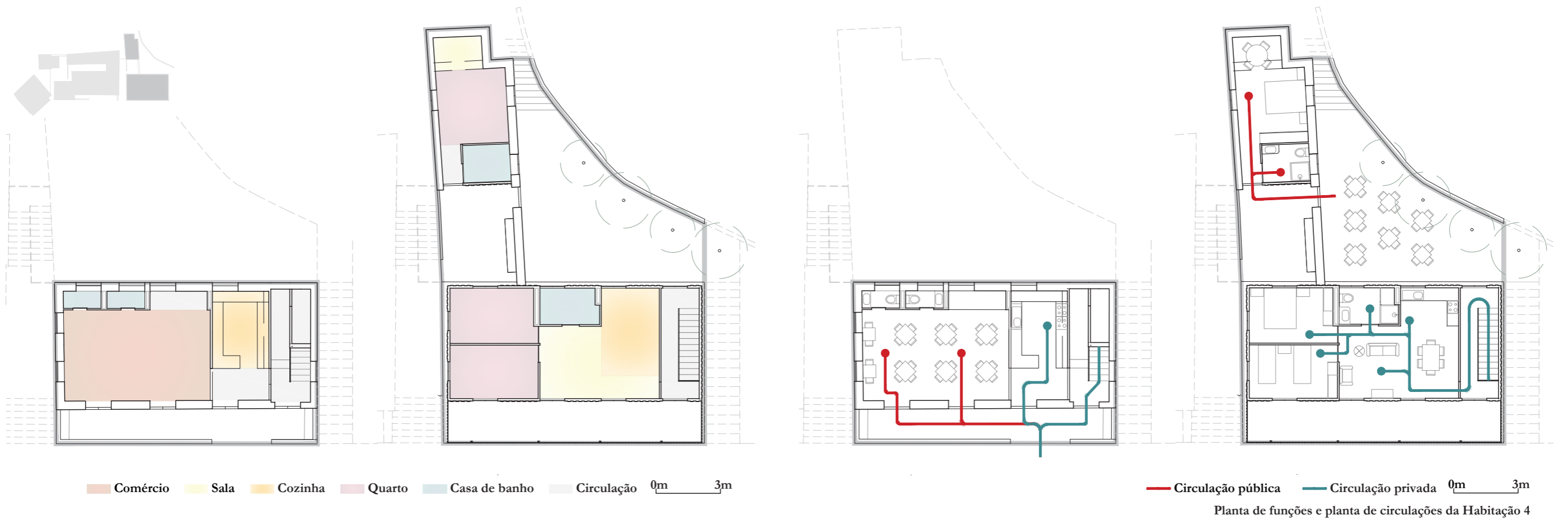
Planta de funções e planta de circulações da Habitação 3

compreende um quarto de casal, dois quartos menores que oferecem a possibilidade de se transformar num quarto maior, e uma instalação sanitária. Todos os quartos são abertos para varandas, dois deles para a original do edifício, e o terceiro aberto para a varanda virada para o Porto, que surgiu com a ampliação do volume. Na porta imediatamente ao lado, no piso térreo do edifício seguinte, desenvolve-se o espaço de alojamento local correspondente a esta habitação, com um quarto com zona de dormir e de estar e uma casa de banho. Juntamente com a suite para arrendar, a habitação 1 tem capacidade para sete elementos.

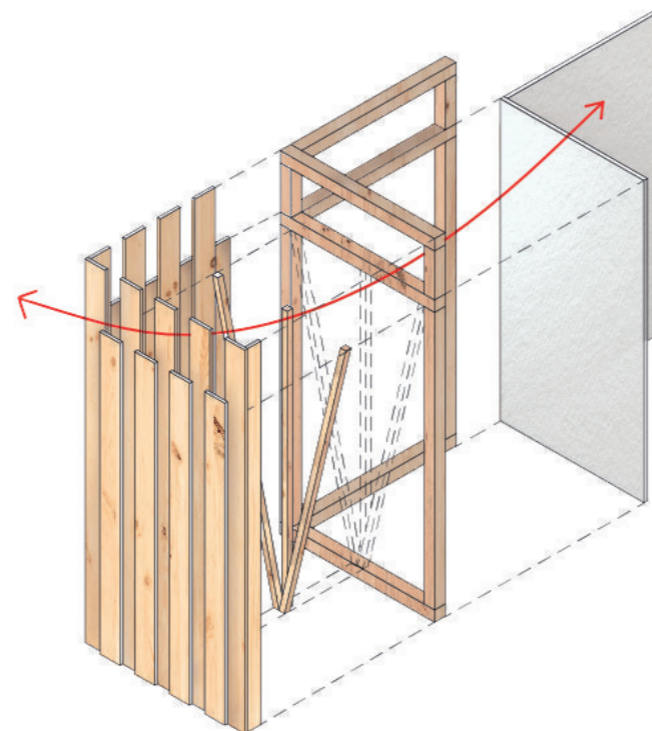
A habitação 2 ocupa o primeiro andar do segundo edifício, por cima da suite falada anteriormente, e desenvolve-se para o volume ao lado. O primeiro espaço inclui uma casa de banho e a cozinha da habitação, onde se estabelece uma relação visual através da abertura de um vão, para a sala, no outro volume. A ligação entre as duas divisões faz-se pelo exterior, por meio de um alpendre existente, que se torna também no espaço de entrada na habitação. A sala faz a transição para os dois quartos, um de casal, com dimensões regulares, e para o segundo, mais comprido que se pode encerrar e transformar em dois mais pequenos, com um acesso pelo exterior. Tal como na habitação anterior, esta casa tem um T0 associado, lado a lado, com dimensões superiores às do primeiro, uma vez que inclui uma pequena cozinha, e com o acesso a fazer-se ao longo do alpendre.

A habitação 3 é um T3 e estabelece-se no quarto edifício, com cobertura de quatro águas, cuja entrada é feita lateralmente, através de uma galeria exterior onde, ao fundo, se desenvolve um acesso vertical que irá ligar à quarta habitação. Nesse primeiro volume localiza-se a zona social da habitação, com sala e cozinha, separadas por tijolo perfurado para permitir a relação visual e ventilação de uma divisão para a outra. Nas traseiras encontra-se um pátio rodeado por um volume em forma de L, que é ocupado por três quartos e duas instalações sanitárias. O terceiro quarto, junto ao espaço da sala, reside na ampliação feita para encerrar o pátio que originalmente tinha continuação até à primeira galeria, mas que se optou por fechar para oferecer privacidade ao espaço exterior da casa. Na ponta Oeste do pátio irão existir umas escadas que levam a um segundo pátio, e que se prolongam, até à cota da Rua do Fisco. Nesse segundo pátio localiza-se o quarto de alojamento local desta casa, num volume preexistente, que sofre uma ampliação, enquadrando-se no pátio e permitindo a instalação de uma casa de banho.

O quarto e último complexo habitacional inclui o maior espaço comercial, dedicado à restauração. O edifício existente tem cobertura plana em betão, onde se encontram já alicerces para a construção de um piso superior. Uma vez que a intenção dos proprietários é de construir em altura, assume-se esse desígnio, procedendo-se à ampliação do edifício com



Referências de estruturas para ventilação e coberturas, Santo Antão.
António Lopes e Philippa Remhof



Pormenor construtivo em madeira



Fotomontagem do pátio do alojamento 4 - construção em madeira

mais um piso para a quarta habitação. O piso térreo existente será exclusivamente comercial, englobando uma sala de refeições, uma cozinha, instalações sanitárias, arrumos e o acesso vertical para a habitação. Esta é um T2, com os dois quartos, uma instalação sanitária, uma sala, uma cozinha, e uma varanda coberta, com acesso por um dos quartos e pela sala. No espaço traseiro da habitação, a Oeste, proponho uma área exterior de convívio, de apoio ao restaurante, com esplanada e sombreamento através de espécies arbóreas adequadas ao território e definidas pelo projeto de espaço público. A encerrar esta zona existe um volume de duas águas, com entrada por um pátio fechado, que será a suite desta quarta habitação.

A maneira mais direta de se desenvolver as habitações seria ocupar os edifícios de dois pisos para a mesma casa e fazer um acesso vertical entre os dois, contudo, uma vez que os acessos entre edifícios estão facilitados pelas cotas e espaço exterior, compreendi a necessidade de estabelecer as habitações por vários volumes, permitindo a versatilidade de espaços. Com esta estratégia de refuncionalização será possível proporcionar uma habitação condigna e definitiva a, pelo menos, quatro famílias até vinte elementos no total, iniciando-se dois espaços de comércio e uma capacitação de alojamento até oito visitantes.

. Estratégia de reabilitação

A ideia principal que se pretende obter com a recuperação deste conjunto de edifícios, além da melhoria das condições de habitabilidade no seu interior, é a salvaguarda do património edificado existente, bem como a preservação da cultura e do modo de vida da comunidade. Além de aumentar o espaço no interior dos edifícios, as modificações nas poucas fachadas e coberturas que são alteradas ou refeitas têm o objetivo de possibilitar uma melhor ventilação e proteção da radiação solar, permitindo assim o conforto térmico no interior das habitações.

Proponho que as ampliações dos edifícios sejam realizadas por meio de paredes com estrutura e revestimento em madeira, que adquirem um carácter ligeiro, em contraste com as estruturas pesadas das paredes em alvenaria. A estrutura destas paredes é composta por uma esquadria com barrotes de madeira lamelada a toda a volta, reforçada com montantes e contraventamentos, também em madeira, que depois é revestida com tábuas de contraplacado sobrepostas. Esta sobreposição das lâminas de madeira pretende dar expressividade ao alçado e permite a criação de vários nichos que, juntamente com as janelas, promovem a circulação de ar.

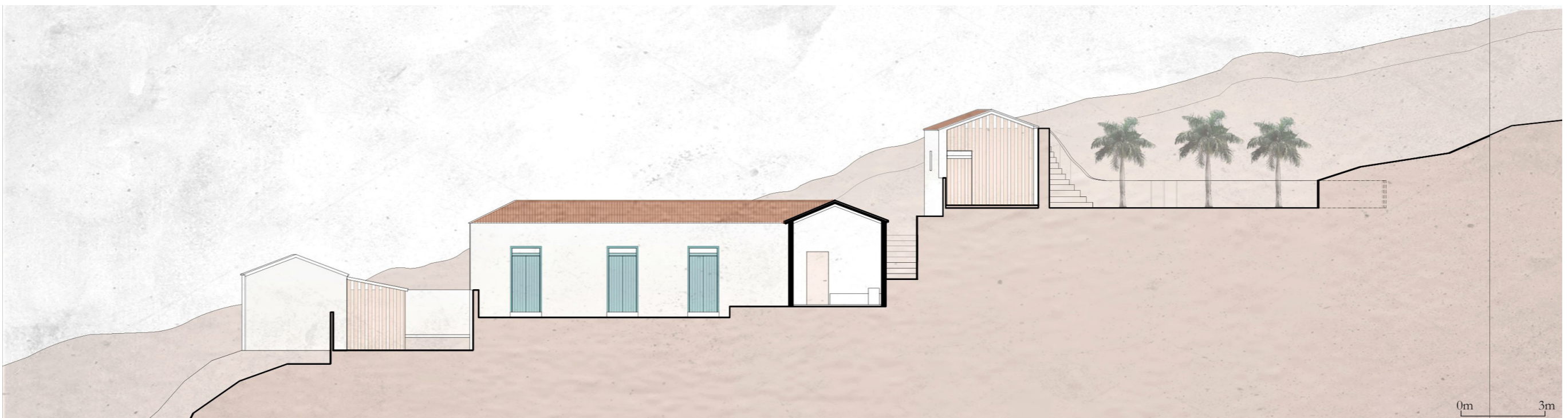
Durante o processo de desenho das várias habitações, e através do conceito de flexibilidade das divisões de modo a que estas se adaptem à família em causa, optou-se por desenvolver



Fotomontagem do pátio do alojamento 2 - construção em pedra e madeira



Fotomontagem da Rua do Fisco



Relação entre os pátios traseiros - corte 2

paredes interiores fixas e móveis. As paredes fixas, das cozinhas, casas de banho e salas serão em alvenaria de blocos de pozolana, com uma espessura de 7-8 centímetros, e as móveis, de divisão entre alguns quartos e outras áreas específicas onde tal se justifique, terão uma espessura mais fina, com dois painéis suportados por uma estrutura em madeira, correndo em carris, de modo a integrar divisões versáteis, maiores ou menores, tendo em conta as necessidades e funções. Tal como os nichos das paredes exteriores em madeira, também o tijolo perfurado, garante a movimentação do ar dentro da divisão, daí ter sido uma opção nos edifícios que não foram ampliados, pelo facto de ser de produção e construção simples. As ampliações realizadas com o bloco de pozolana para paredes exteriores são constituídas por duas paredes de alvenaria de pozolana, com uma caixa de ar onde se coloca lava arrefecida triturada para servir de isolante, técnica desenvolvida e experimentada pelo Atelier Mar. Este sistema construtivo irá ocorrer na ampliação térrea do primeiro edifício, na habitação 1, que é construída sobre uma plataforma virada para o porto e que tem que suportar ainda o piso superior.

Todas as fachadas novas nos edifícios existentes utilizam o sistema construtivo em madeira, de modo a marcar a intervenção, e a relacionarem-se com o piso novo no último edifício. Este foi o que sofreu as maiores alterações, uma vez assumida a intenção da construção do piso superior para uma habitação no primeiro andar. Toda ela é em madeira, tornando-se assim uma habitação quase pré-fabricada, leve, sobre um embasamento de alvenaria. O edifício adquire uma cobertura de duas águas em telha marselha, em comunhão com as restantes, que se prolonga para sudeste, obtendo-se assim o alpendre virado para o CI. Pretende-se, ainda, através da pintura exterior dos edifícios existentes, obter-se uma uniformização, deste modo todos os edifícios serão rebocados e pintados num tom bege com tons de ocre, e as janelas e portas de cada habitação irão adquirir uma cor diferente para se distinguirem entre si. As coberturas serão recuperadas com a telha marselha, suportada por uma estrutura em madeira.

Com as estruturas em madeira a marcar os novos espaços passa a existir uma relação (índireta) com o outro projeto de reabilitação do Centro de Identidade, o Laboratório da Preguiça, que irá, também, ter uma grande estrutura em madeira. Deste modo, a uniformidade dos projetos de requalificação obtém-se, apesar do impacto deste ser distinto. Uma vez que existe também um projeto de qualificação do espaço público, este estende-se até às habitações, fazendo a relação destas com a Rua do Fisco e com os vários acessos verticais exteriores através de patamares e degraus.

Relacionado ainda com o projeto de espaço público, planeia-se a elaboração de um projeto para uma rede de saneamento no CI, que incluirá, além dum centro de recolha de resíduos domésticos, um emissário submarino que lançará as águas negras a vários quilómetros da costa, uma vez que não existe nenhuma ETAR na Ilha de São Nicolau. Atualmente, o sistema utilizado pelos habitantes da Preguiça aquando da construção das habitações é a fossa séptica, uma vez que as habitações são construídas isoladamente umas das outras e sem ligação a nenhuma rede. Pretende-se ainda que as quatro habitações tenham acesso à rede de águas provenientes da dessanilizadora, que alimenta a Alta da vila.

considerações finais.

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do seminário Laboratório(s) da Preguiça, permitiu que, ao longo do ano letivo de 2018/2019, a equipa de estudantes do último ano de mestrado se envolvesse num contexto real de projeto. A realidade compreendeu uma encomenda, clientes, investidores e fatores externos que tiveram influência no resultado que se obteve até agora com os anteprojetos, e que se irá obter no futuro com a materialização das intervenções. Esta dualidade entre a academia e a prática real foi um dos motivos que me levou a escolher este seminário, uma vez que, ao longo dos 5 anos de curso no DARQ, foi o exercício que mais me fez envolver num contexto profissional. Aliada a esta condição, o facto de ir conhecer de perto uma nova cultura, num outro continente onde nunca tinha estado, foi, sem dúvida, a motivação principal pela qual optei por fazer parte desta equipa, que por essas razões mencionadas, se tornou na mais ambiciosa e dedicada que integrei até à data.

Com a encomenda feita veio também a responsabilidade de dar resposta a inúmeros problemas que se verificam, não só na Preguiça, mas no resto do arquipélago e noutros países igualmente em desenvolvimento. Uma das questões a ser resolvida é o realojamento das famílias que vivem sem condições nos edifícios alfandegários do Estado no Centro de Identidade da Preguiça. No início desta investigação foi-nos dado a conhecer a existência de um loteamento realizado na vila, onde era sugerido pela Câmara da Ribeira Brava que as famílias ocupassem um lote afastado da Baixa, junto a um bloco de habitação coletiva existente. O Laboratório(s) da Preguiça opôs-se de imediato a essa diretiva, posição reforçada após a missão de investigação, onde em diálogo com as famílias, estas confirmaram a importância de se manter no CI, uma vez que este é a sua casa há vários anos, até décadas, e que não lhes interessava mudarem-se para um local afastado da marginal e da própria vila.

Acredito que deslocar um grupo de pessoas que não se enquadra num determinado espaço, para longe do mesmo, excluindo-o não é de todo a resposta ao problema. Esta passa pela integração na comunidade, promovendo assim a inclusão social. A minha intervenção apoia-se nesta premissa, uma vez que proponho a reabilitação de edifícios no CI, para que estes se tornem habitações qualificadas para alojar famílias que hoje vivem em condições precárias. Assim, considero que a reabilitação de edifícios devolutos nos centros urbanos pode ser uma

ferramenta eficaz para a solução do déficit de condições habitacionais da comunidade em causa, verificável em Cabo Verde e em muitas outras realidades. Estas intervenções sociais podem ser realizadas através de programas públicos pelas entidades governativas e acabam por resolver dois problemas da cidade: o abandono dos centros históricos e a falta de habitações para a população carenciada.

Na refuncionalização dos edifícios optei por marcar as ampliações que proponho com um outro tipo de construção e outro material, sem modificar por completo a identidade dos edifícios existentes, mas sim envolvendo-os ainda mais na paisagem e no terreno. No edifício de cobertura plana assumo a intenção dos proprietários e a prática corrente, de construir um piso superior, pois é um esforço inglório tentar impedir a autoconstrução de acontecer em Cabo Verde. A habitação evolutiva é uma realidade, não deixará de existir e não pode ser, de todo, evitada, pode sim ser controlada, de modo a que esta aconteça com limites. Este modo de construir vai continuar a praticar-se por quem tem necessidade, portanto a solução deve passar pelo apoio e formação para população, garantindo assim que sejam construídas qualificadamente.

Este projeto pretende ainda explorar o envolvimento de novos programas na habitação, através da refuncionalização dos edifícios existentes, refletindo outras possibilidades de sustento, respeitando os valores locais e permitindo uma nova sociabilização dentro da vila. Como já expliquei, com a introdução dos espaços comerciais e de alojamento local, e associados aos outros programas desenvolvidos, pretende-se o início de um turismo com uma vertente comunitária. Não se ambiciona, deste modo, lançar uma discussão à volta da desconfiguração dos locais em desenvolvimento a favor do turismo de massas, mas sim dar a conhecer alternativas que beneficiem maioritariamente a população local, habitualmente mais desfavorecida, mantendo a essência do lugar, atraindo assim outro tipo de turistas.

O Laboratório(s) da Preguiça vem dar voz a uma pequena comunidade que há muito tinha sido esquecida, criando ferramentas para que esta tenha um desenvolvimento sustentável a partir das suas particularidades e interesses. Para que a arquitetura seja eficaz, prática e adequada aos seus usuários, é necessário que todos os intervenientes nela participem, por este motivo

considerações finais.

as missões de investigação e as idas ao terreno são sempre momentos pertinentes durante o processo de projetar. Assim pretende-se que a investigação feita junto da população-alvo e com as entidades responsáveis tenha resultado na melhor estratégia de projeto para o Centro de Identidade da Preguiça. Apesar da dissertação estar concluída, a intenção primordial deste Laboratório começa agora, na possibilidade do que desenhámos poder vir a ser construído, intervindo não só na paisagem, como na vida das pessoas. Pessoalmente, espero ver estes projetos materializados, e puder dizer que fizemos parte deles.

bibliografia.

- AMARAL, Ilídio do (2001).** Cabo Verde: introdução geográfica. *História Geral de Cabo Verde*. 2a, vol. 1, 1–22. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- AMARO, Clementino; SANTOS, Vitor (2002).** Recuperação do Forte da Preguiça na Ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde. *Pedra & Cal*, 15, 10-12, Cabo Verde.
- BALENO, Ilídio. (2001).** Povoamento e formação da sociedade. *História Geral de Cabo Verde* (2a, Vol. 1, pp. 125–236). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- BRITO, Brígida (2005).** Turismo em Espaço Rural, a Experiência de São Tomé e Príncipe. *Mneme – Revista de Humanidades*, 19, 10-56, Lisboa, Portugal
- BRITO, Brígida (2010).** *Turismo em meio insular africano: potencialidades, constrangimentos e impactos*. Lisboa, Portugal: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
- CLEMENTE, Margarida & et al (2010).** Como inovar no sector do turismo? - O caso do ecoturismo em Cabo Verde. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, (13–14), 979–980.
- CONSTANTINO, Susana (2007).** No centro: Desenho da frente de mar. *ECDJ - Reabilitação Urbana - Mindelo*, 1(10), 103–108.
- ESTRELA, Maria Miguel (2003).** *Desenvolvimento Comunitário de Lajedos, Cabo Verde*. Apresentado no Bureau Internacional do Trabalho, Genebra.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz (2014).** *Cabo Verde: cidades território e arquitectura*. Lisboa: Maisimagem II.
- FRIAS, Sónia (2019).** Resistência e Mudança no Mercado Sucupira: desafios laborais e estratégias associativas dos rabidantes. *Revista Angolana de Sociologia*, (14), 77-90.
- FRÓIS, Daniela (2019).** *Plano de Desenvolvimento Local – Visão estratégica para a Vila da Preguiça*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- GOTH, Belmira (2014).** *Geopatrimónio da Ilha de São Nicolau: Valorização Geoturística*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.
- GRAÇA, Charlene (2013).** *O turismo comunitário, estudo de caso: Ribeira Bote*. Monografia para licenciatura apresentada ao Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade do Mindelo, Cabo Verde.

- GRASSI, Marzia (2003).** *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.
- GUEDES, Manuel (2011).** *Arquitectura sustentável em Cabo Verde - Manual de boas práticas*. Praia, Cabo Verde: CPLP.
- INOCÊNCIO, Débora (2012).** *Construção e Arquitectura Sustentáveis em Cabo Verde*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE (2017).** *O Turismo, dados estatísticos em Cabo Verde*. Cabo Verde: INE.
- LENGEN, Johan van (2004).** *Manual do arquiteto descalço*. 1.ªed. Livraria do Arquiteto.
- LOPES FILHO, João (1976).** *Cabo Verde, apontamentos etnográficos*. Lisboa: Sociedade Astória Lda.
- LOPES, Paloma (2016).** *Sede do Atelier Mar, Projeto de reabilitação*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal.
- MACEDO, Raquel & et al (2011).** Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9(2), 437–448.
- MARTINS, Filipe; FORTES, Celeste (2011).** Para além da crise - Jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde. *(Con)textos, revista d'antropologia i investigació social*, (5), 13–29.
- MATOS, Fátima (1989).** Breve análise da construção clandestina - O caso do concelho de Vila Nova de Gaia. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 5, 61–81.
- MEDINA, Aníbal; GOMES, Isildo (2015).** *V Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde*, 5. Praia, Cabo Verde: Direcção Nacional do Ambiente.
- MESTRE, Vitor (2002).** *Arquitectura popular na Madeira*. Lisboa: Argumentum.
- MILHEIRO, Ana Vaz (2017).** *Arquitecturas coloniais africanas no fim do “Império Português”*. Lisboa: Relógio d'água Editores
- MONTEIRO, Gizela (2008).** *Empowerment - uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. O caso de Lajedos*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal.
- MONTEIRO, Milene; FERNANDES, Paula (2015).** Competitividade de destinos turísticos: o caso das ilhas de Cabo Verde. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(4), 875-896.

- MORAIS, Carlos (2016).** *Turismo e Empreendedorismo Social em Cabo Verde: Estudo exploratório sobre as condições e perspectivas de intervenção das Organizações do Terceiro Setor.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- NEVES, Claudette (2014).** *Materiais e técnicas construtivas de baixo custo para a construção em Cabo Verde.* Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Portugal.
- PIRES, Fernando (2017).** *Há vida além da costa. Urbanidade(s) em Cabo Verde no século XIX.* Tese de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, Portugal.
- RODRIGUES, Ana (2015).** Gestão do risco e políticas públicas: política de habitação em Cabo Verde. *Interespaço*, 1(3), 56–81.
- ROSSA, Walter; LOPES, Nuno; GONÇALVES, Nuno (2018).** *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SAMPAIO, Catarina (2006).** *Habitação rural em Santo Antão, Cabo Verde.* Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Portugal.
- SEMEDO, Adriana (2016).** *Qualidade habitacional em sustentabilidade, Área habitacional clandestina na Praia - Cabo Verde.* Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, Lisboa, Portugal.
- SILVA, António Leão C. (1989).** *A influência do Atlântico na formação de Portos em Cabo Verde.* Coleção Separatas, 40. Funchal: Centro de Estudos da História do Atlântico.
- TEIXEIRA, André (2004).** *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- VARANDAS, Carina (2018).** *Ajuda pública ao Desenvolvimento: Portugal e as ex-colónias.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

- AGÊNCIA LUSA. (2019, fevereiro 18).** Vendedores do mercado de Sucupira em Cabo Verde transferidos no final do ano - autarca. DN. Consultado em: <https://www.dn.pt/lusa/vendedores-do-mercado-de-sucupira-em-cabo-verde-transferidos-no-final-do-ano---autarca-10590481.html>; a 21 de novembro de 2019.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (2002).** *O Direito Humano a uma Habitação Condigna* (ficha informativa n.º 21). Consultado no website das Nações Unidas: http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_21_direito_habitacao_condigna.pdf; a 8 de julho de 2019.
- CESO CI Portugal. (2011).** *Estudo de Mercado - Cabo Verde*. 14-17. Lisboa, Portugal: AIP - FCE. Consultado em: <https://www.ceso.pt/pdfs/CaboVerde.pdf>; a 20 de novembro de 2019.
- COSTA, Catarina Alves (2005).** *Siza Vieira: O arquitecto e a Cidade Velha* [Vídeo]. Lisboa, Portugal: Midas Filmes. Consultado em: <https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw&t=20s>; a 10 de setembro de 2019.
- DECRETO-LEI n.º 38382/51 de 7 de agosto.** Diário do Governo n.º 166/1951, 1.º suplemento, Série I. Ministério das Obras Públicas – gabinete do Ministro. Lisboa. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/289214/details/normal?p_p_auth=UofgT0ea; a 19 de novembro de 2019.
- INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA. (2010).** *Guia Prático da Habitação*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Consultado em: http://www.portaldahabitacao.pt/_opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/GuiaHabitacao_versao-final.pdf; a 5 de novembro de 2019.
- MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2009).** *Casa para Todos*. Praia: MDHOT. Consultado em: http://ccipd.pt/wp-content/uploads/2011/06/Apresentacao_Casa-para-Todos-GAPH_-Acores.pdf; a 6 de julho de 2019.
- MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO(2011).** *Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território e o Município da Boa Vista para a execução do projeto de intervenção especial em «Chã de Salinas»*. Praia: MDHOT. Consultado em http://www.municipiodaboavista.com/boavista-capoverde/wp-content/uploads/2013/12/Protocolo_Colabora%C3%A7%C3%A3o-MDHOT_Cha-de-Salinas.pdf; a 6 de julho de 2019
- MONTEZINHO, Jorge (2018, dezembro 18).** O futuro sustentável da Preguiça. *Expresso das Ilhas*, 890. Consultado em <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/12/22/o-futuro-sustentavel-da-preguica/61512>; a 9 de julho de 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2015). *Cabo Verde deve priorizar habitação para os mais pobres, diz especialista de direitos humanos da ONU.* Secção de Direitos Humanos. Consultado em <https://nacoesunidas.org/cabo-verde-deve-priorizar-habitacao-para-os-mais-pobres-diz-especialista-de-direitos-humanos-da-onu/>; a 8 de julho de 2019

“rabidante”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008 – 2013. Consultado em: <https://dicionario.priberam.org/rabidante>; a 20 de novembro de 2019.

Laboratório(s) da Preguiça

1. Objeto

Laboratório(s) da Preguiça é uma ação de cooperação entre a Câmara Municipal de Ribeira Brava, o M_EIA – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, o Atelier Mar (ONG), o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [dARQ] e a Cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa [Patrimónios], também da Universidade de Coimbra, com vista à elaboração de um programa integrado de intervenções nos quadros físico, sociocultural e económico de Preguiça, na Ilha de São Nicolau, Cabo Verde.

2. Objetivos

Os objetivos principais das intervenções a propor são:

- O reforço da qualidade de vida dos habitantes de Preguiça, incluindo a criação de emprego e/ou reforço das condições de trabalho e o (re)alojamento de um grupo de 20 famílias que deverá desocupar edifícios com valor patrimonial que a Câmara Municipal da Ribeira Brava pretende destinar a outros fins;
- O desenvolvimento e/ou capacitação de atividades enquadradas na economia e cultura do mar (pesca, turismo, transportes, etc.), incluindo: a criação e/ou requalificação de infraestruturas; a instalação de equipamentos e serviços; e a formação para o associativismo;
- A valorização do património urbanístico, incluindo intervenções diretas no edificado e no espaço público, bem como a produção e/ou organização de conteúdos para registar e divulgar a história do lugar.

Palavras-chave: Cultura e salvaguarda em desenvolvimento; planeamento estratégico; economia social; habitação; reabilitação.

3. Modelo de funcionamento

Os trabalhos a realizar no âmbito do(s) *Laboratório(s) da Preguiça* constituirão o mote para o desenvolvimento de dissertações de mestrado de um conjunto de alunos finalistas dos Mestrados Integrados em Arquitetura [MIA] do M_EIA e do dARQ. Significa isto que o modelo de funcionamento desta ação de cooperação assenta na articulação das atividades letivas do último ano de formação dos estudantes de arquitetura – atividades dedicadas à preparação das suas dissertações de mestrado –, com atividades de extensão e prestação de serviços à comunidade.

Cada um dos três grandes objetivos do(s) *Laboratório(s) da Preguiça* proporcionará a definição de linhas temáticas individuais para a dissertação de cada estudante, embora todas devam ter uma



M_EIA

Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura



FCTUC DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Colégio das Artes, Largo D. Dinis 3000-143 Coimbra, Portugal
Tel: +351 239 851 350 Fax: +351 239 629 220
secretaria_dam@ucp.pt

P PATRIMÓNIOS.

natureza de projeto, ou seja, deverão ser dissertações que apresentem propostas de planeamento urbanístico e de projeto de arquitetura para a Preguiça (infraestruturas, edifícios e espaço público).

Os trabalhos serão desenvolvidos pelos alunos finalistas sob a orientação de professores do M_EIA e do dARQ.

O início e o término dos trabalhos coincidirão com o calendário escolar dos MIA, ou seja, terão início em setembro de 2018 e terminarão em julho de 2019. Num período intermédio, em dezembro de 2018, serão apresentados os primeiros resultados do(s) Laboratório(s), constituídos pelos estudos prévios das propostas de intervenção em Preguiça.

Este momento terá lugar em São Nicolau e constituirá uma oportunidade para os alunos avaliarem a pertinência dos estudos prévios que desenvolveram, assim como para consolidar as suas propostas a partir da sua discussão com os orientadores, os representantes da comunidade de Preguiça e a Câmara Municipal de Ribeira Brava, para o seu posterior desenvolvimento até níveis de detalhe que possibilitem a programação de trabalhos com vista à sua realização efetiva.

4. Calendário

<u>Setembro/Outubro, 2018</u>	Início dos trabalhos (dARQ/M_EIA)
<u>Dezembro, 2018</u>	Viagem de estudo e discussão dos estudos prévios (São Nicolau)
<u>Julho, 2019</u>	Finalização dos projetos

2

5. Dissertações

4.1. Bases de trabalho necessárias

a) Bases cartográficas

É imprescindível um conjunto de bases cartográficas, nomeadamente o levantamento topográfico digital. Este material será recolhido ao longo dos trabalhos.

b) Estudos sociais, economia, edificado, história.

A recolha de dados sobre o local (realidades históricas, socioeconómicas, características do cadastro atual, etc.) é fundamental para completar os elementos gráficos e serão igualmente recolhidos ao longo dos trabalhos.

4.2. Temas para as dissertações

Com base nos objetivos principais das intervenções a propor, será importante identificar desafios urbanos que permitam definir (potenciais) temas de dissertação. Apresentamos 4 propostas, sendo que cada uma poderá dar origem a várias teses, em número e modo ainda a definir.

a) Visão Estratégica (Plano de Desenvolvimento Integrado)



M_EIA

Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura



FACTUC DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Colégio das Artes, Largo D. Dinis 3000-143 Coimbra, Portugal
Tel. +351 239 851 350 Fax. +351 239 629 220
secretaria_art@ucp.pt

P PATRIMÓNIO.

Este tema será trabalhado de forma conjunta e, portanto, comum a todos os alunos. Tratando-se de uma base transversal a todas as teses, poderá formar, também ela, uma tese (não de projeto de arquitetura, mas de planeamento).

b) Plano de Requalificação do Espaço Público

Um plano de requalificação do espaço público implica um elevado envolvimento com os restantes projetos, ajudando a definir os equipamentos, mobiliário urbano, percursos, (...), essenciais para a (re)definição e melhoria da qualidade dessas áreas.

c) Habitacões (Realojamento de 20 famílias)

Os projetos de habitação para realojar 20 famílias não são, por si só, temas de dissertação. Para o serem, os alunos deverão adotar um método assente na ideia de que os projetos das casas servem outros propósitos para além da habitação das famílias. Isso não significa que a habitação delas não tem um valor em si, mas importará considerar que casas possam contribuir para outros interesses públicos. Desse modo, podem ser definidos diferentes temas para as dissertações, nem todas respeitantes à Preguiça em termos exclusivos, nomeadamente:

- As casas enquanto “projeto planeado”: dissertação baseada, não apenas num projeto de arquitetura “clássico”, mas num guião para a (auto)construção que garanta níveis de integração:
 - na cultura (de construção) cabo-verdiana ao nível dos sistemas construtivos tradicionais e respetivas imagens arquitetónicas;
 - no clima;
 - no património;
 - ...
- Arquitetura bioclimática e especificidades do contexto cabo-verdiano e, em particular, de São Nicolau;

d) Projeto de novos equipamentos (relacionados com o ‘mar’ e/ou com a ‘terra’)

Alguns dos equipamentos a criar e/ou requalificar em Preguiça visam reforçar a (sua) economia do mar, baseada essencialmente na pesca. Deste modo, as dissertações que investirem neste tema deverão ser desenvolvidas com base na defesa do contributo que os equipamentos podem dar a este nível, além do contributo para a (natural) (re)qualificação do espaço público. Alguns dos equipamentos e serviços que são:

- Ancoradouro (porto de pesca e/ou porto de recreio);
- Gare (transportes públicos);
- Restaurante, hotel;
- Mercado, centro comunitário.

e) Projeto de reabilitação de edifícios com valor patrimonial

Dependendo dos valores culturais presentes, poderá haver um *enfoque patrimonial* e, assim, ter sentido a elaboração de um Plano de Salvaguarda, incluindo um projeto de reabilitação de



Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura



DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Colégio das Artes, Largo D. Dinis 3000-143 Coimbra, Portugal
Tel: +351 239 851 350 Fax: +351 239 629 220
secretaria_dam@fctuc.pt



edifícios com valor patrimonial. O seu desenho deve ser claramente distinto de um plano urbanístico “clássico”: com base na Visão Estratégica, poderá ser elaborado um guião ou de recomendações para a salvaguarda.

5. Bibliografia

As dissertações aqui referenciadas resultaram de pesquisas realizadas através dos motores de busca bibliográfica. Eleitas pelos títulos/temas que apresentam, merecem ser consultadas e avaliada a sua pertinência. Esta lista bibliográfica está incompleta e pretende-se a colaboração dos alunos no seu enriquecimento, tanto no seu âmbito geral, como nos temas tratados individualmente.

- ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.) (1991-2002), *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. 3 vols., 2001-2002.
- BARROS, Ricardo Pereira (2018) — *Estudo de uma Solução Integrada de Sustentabilidade para uma Comunidade Rural de Cabo Verde - A Fajã, na Ilha de São Nicolau - A partir da Construção de Indicadores Ambientais e Socioeconómicos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto: [s.n.]
- BARROS, Vítor (2009) — *Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra
- ESTRELA, Maria Miguel (2005) — *O envolvimento da população na redução da exclusão e na extensão da proteção social. Desenvolvimento Comunitário de Lajedos. Cabo Verde*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- FILHO, João Lopes (1996) — *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde: formação da sociedade e mudança cultural*. 2 Vol. Lisboa: Secretaria Geral, Ministério da Educação,
- FILHO, João Lopes (1998) — *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de S. Nicolau*. Cascais: Edições Património.
- GUEDES, Manuel Correia (Coord.) (2011) — *Arquitetura sustentável em Cabo Verde. Manual de Boas Práticas*. Lisboa: CPLP.
- GOTH, Belmira (2014) — *Geopatrimónio da Ilha de São Nicolau: Valorização Geoturística*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física: Ambiente e Ordenamento do Território apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.]
- GRAÇA, Eliane Miriam Gomes — *Impactos do projeto de desenvolvimento comunitário de Lajedos para a comunidade local*. Tese de Licenciatura em Turismo, apresentada ao Instituto de Ciências Económicas e Empresariais. Mindelo, São Vicente: [s.n.]
- LOPES, Leão (2001) — *Manual básico de construção: guia ilustrado para a construção de habitação*. Praia: Ministério das Infraestruturas e Habitação.
- LOPES, Paloma — *Sede do Atelier Mar. Projeto de reabilitação*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: [s.n.]
- MADRRM, FAO (2012) — *Plano de Ação para o Desenvolvimento de Agricultura da Ilha de São Nicolau 2009-2012*. Praia: MADRRM.
- MONTEIRO, Milene; FERNANDES, Paula Odete (2015) — “Competitividade de destinos turísticos: o caso das ilhas de Cabo Verde.” *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(4), pp. 875-896.



- MONTEIRO, Sílvia e CUNHA, Lúcio (2011) – “Cheias rápidas em Cabo Verde. Um breve apontamento acerca das tempestades de Setembro de 2009 na Ilha de S. Nicolau” in PEREIRA, Alcides *et al.* (2011) — *Interioridade / Insularidade, Despovoamento / Desertificação. Paisagem, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 177-190.
- PIRES, Fernando (2017) — *Há vida além da costa. Urbanidade(s) em Cabo Verde no século XIX*. Tese de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s. n.]
- SALOMÃO, Madeleine (2013) — *Associativismo e Desenvolvimento Local – O papel das Associações Comunitárias da Ilha de São Nicolau (Cabo Verde)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais apresentada à Universidade do Minho.
- SILVA, António Leão Correia e (1998), *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998
- TEIXEIRA, André (2004) — *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: CHAM, UNL, FCSH.



Laboratório(s) da Preguiça

Visita de Estudo, dezembro de 2018, 7-16

Programa

7 e 8

Viagem de Coimbra (Pt) até São Nicolau (CV)

9 a 11

Contato com o contexto e a realidade do plano-projeto na Ilha de São Nicolau

Visitas à Ribeira Brava e Tarrafal

Trabalho de campo na Preguiça:

— levantamentos arquitetónicos e inquéritos;

— discussão do(s) programa(s) da intervenção com a população e entidades locais, designadamente com a Câmara Municipal de Ribeira Brava

12 e 13

Viagem da Ilha de São Nicolau p/ a de São Vicente

Visitas ao Mindelo, São João de Évora, Baía da Gatas, Madeiral

Visita à M_EIA

14 e 15

Viagem para a Ilha de Santo Antão

Visita à Ilha e à oficinas e projetos de desenvolvimento integrado da ONG Atelier Mar em Lajedos, Ponta do Sol e Chã do Feijoal

Viagem para a Ilha de São Vicente

16

Viagem de regresso a Coimbra



M EIA

Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura



FCTUC DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Campus das Armas, Largo D. Dinis, 3000-143 Coimbra, Portugal
Tel. +351 239 851 350 Fax. +351 239 829 220

P PA
TRI
MÓ
NIOS.

Programa da Missão de Investigação - Anexo II



Fotografias do edificado - Anexo III



Fotografias do edificado - Anexo III



Fotografias do edificado - Anexo III



Fotografias do edificado - Anexo III



Fotografias do edificado - Anexo III

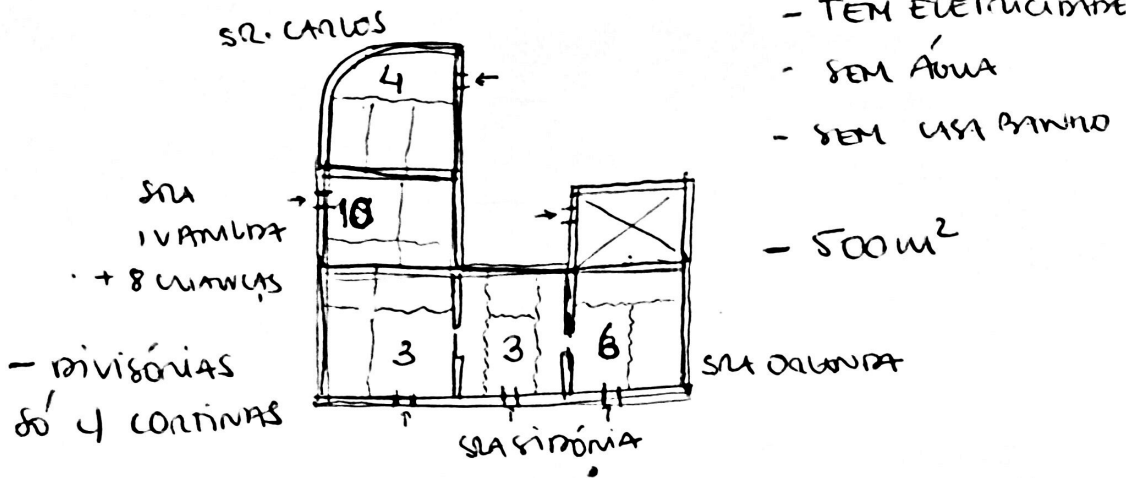


Fotografias do edificado - Anexo III



Fotografias do edificado - Anexo III

1.º EDIFÍCIO - 5 FAMÍLIAS



2.º EDIFÍCIO

CASA DO
ALEMÃO

1 PÉDRA - SRA. ZÉ

MATERIA DO REVESTIMENTO

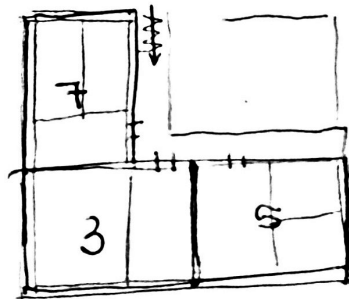
DA PÉDRA



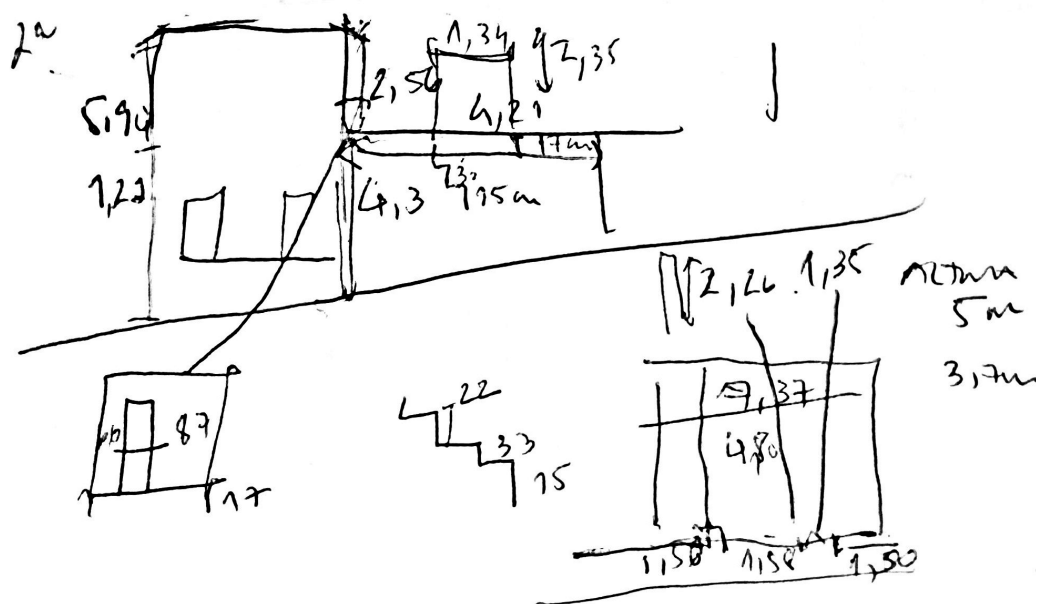
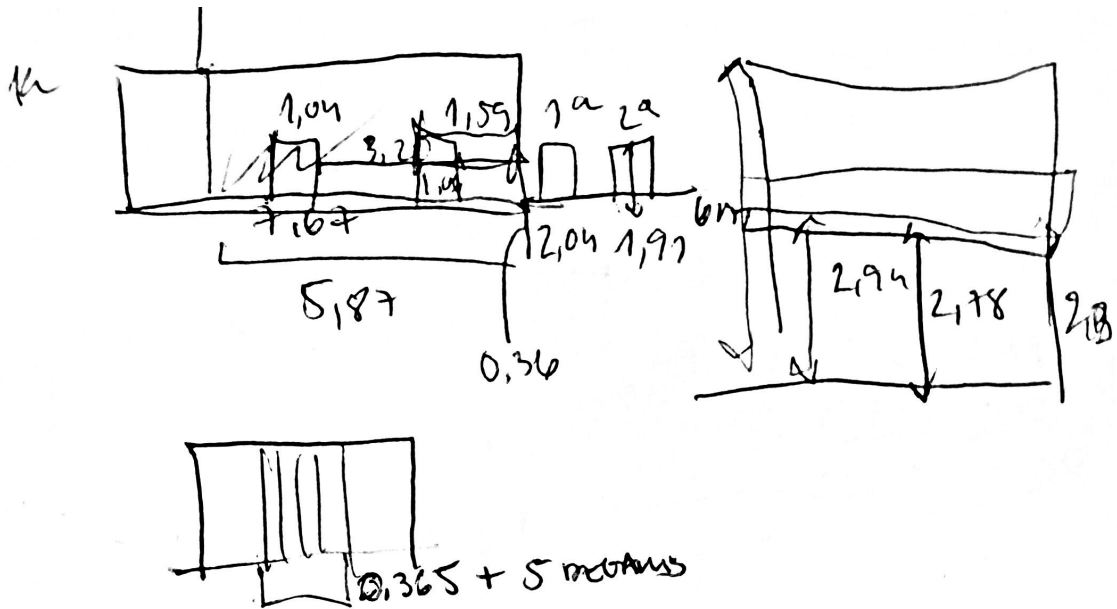
MULHERES VIVEM

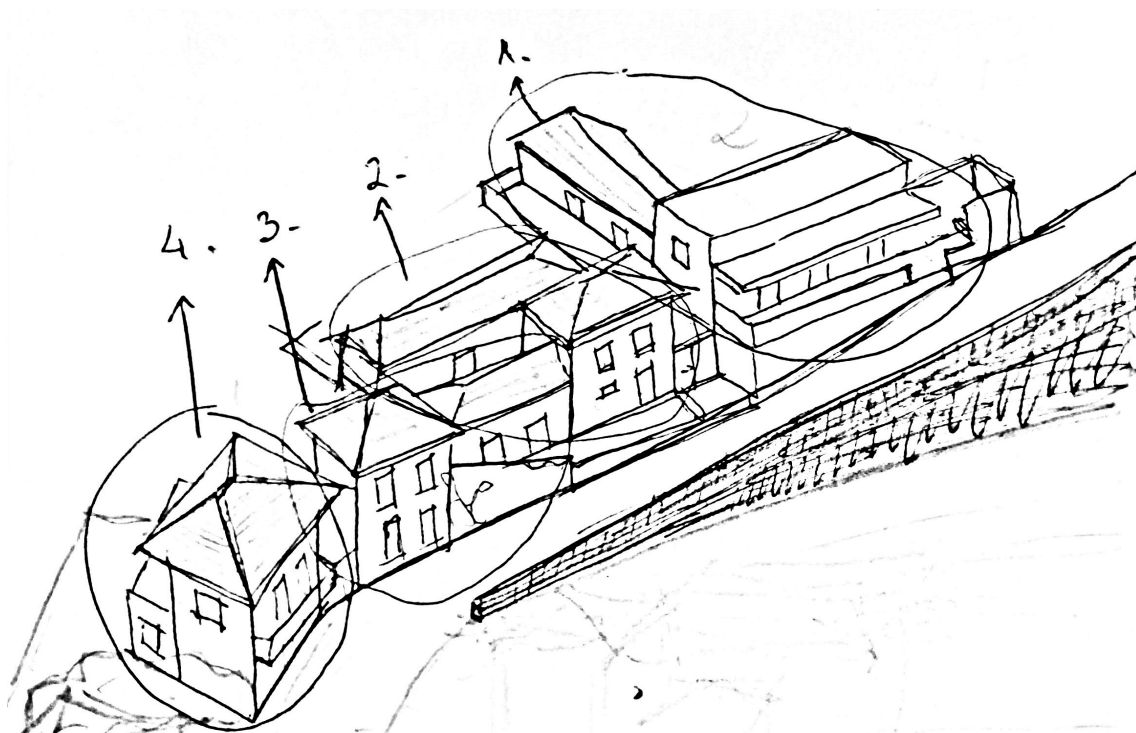
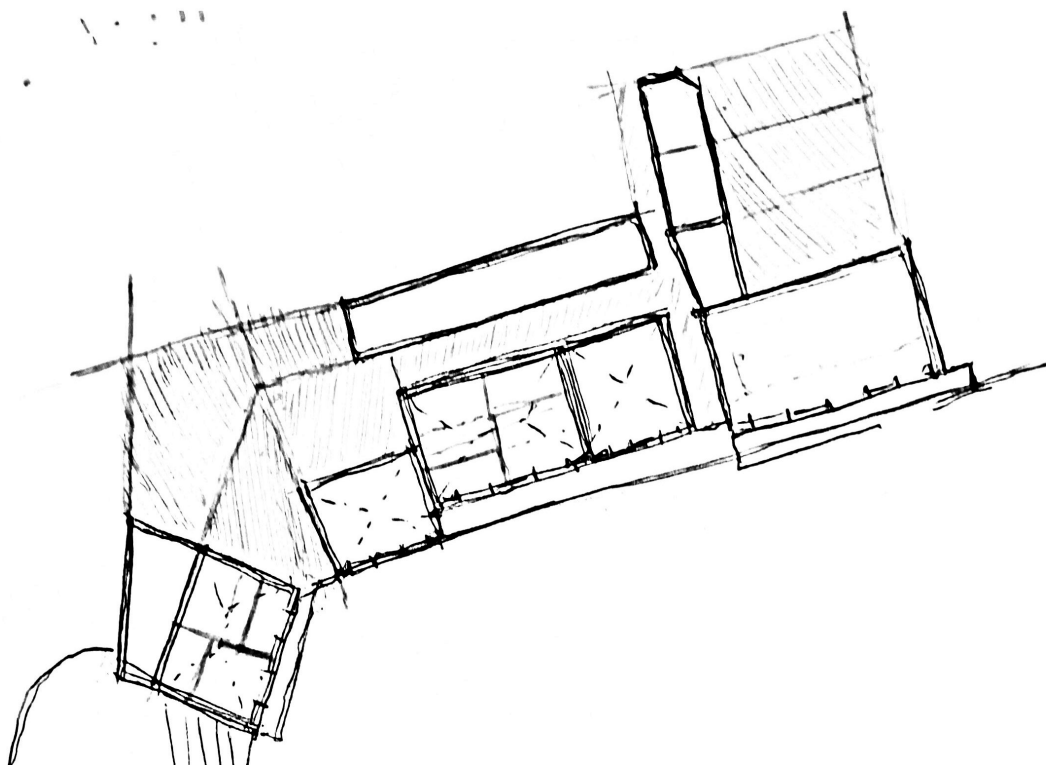
3.º EDIFÍCIO - 4 FAMÍLIAS

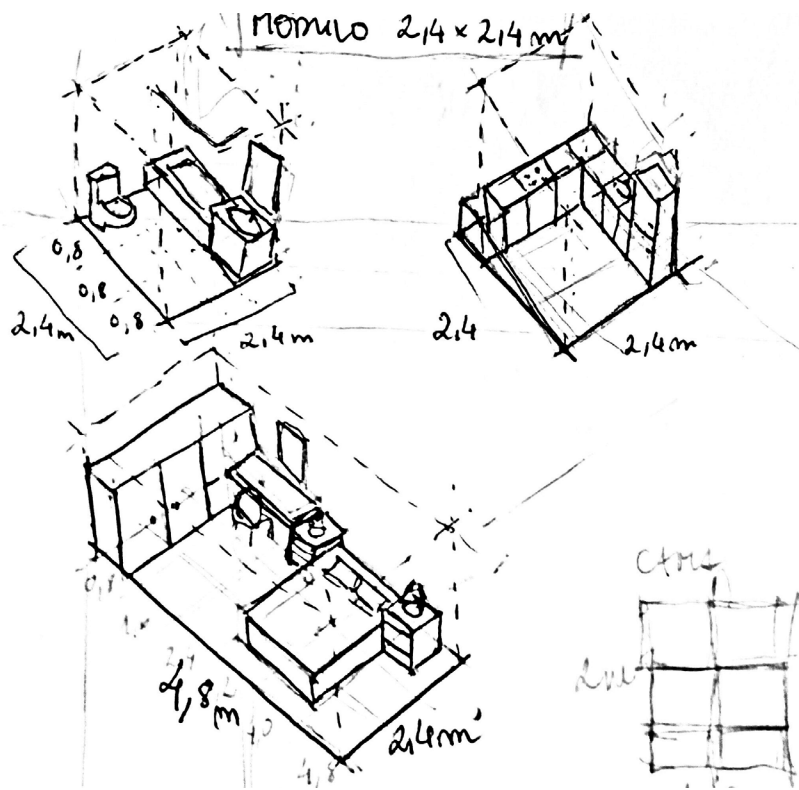
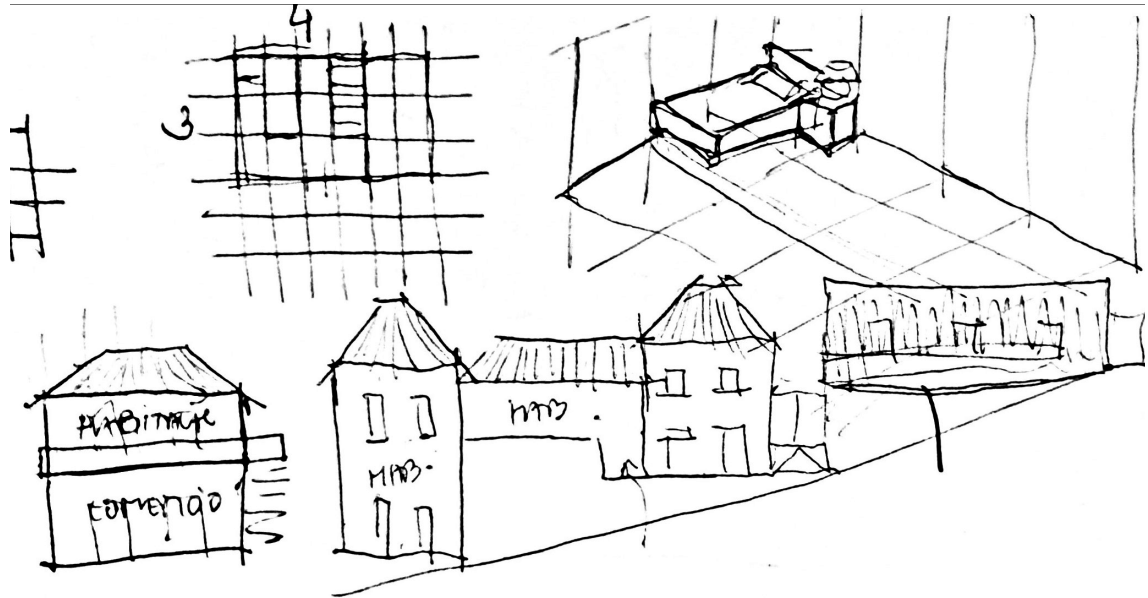
- DIVISÓRIAS EM
MADEIRA

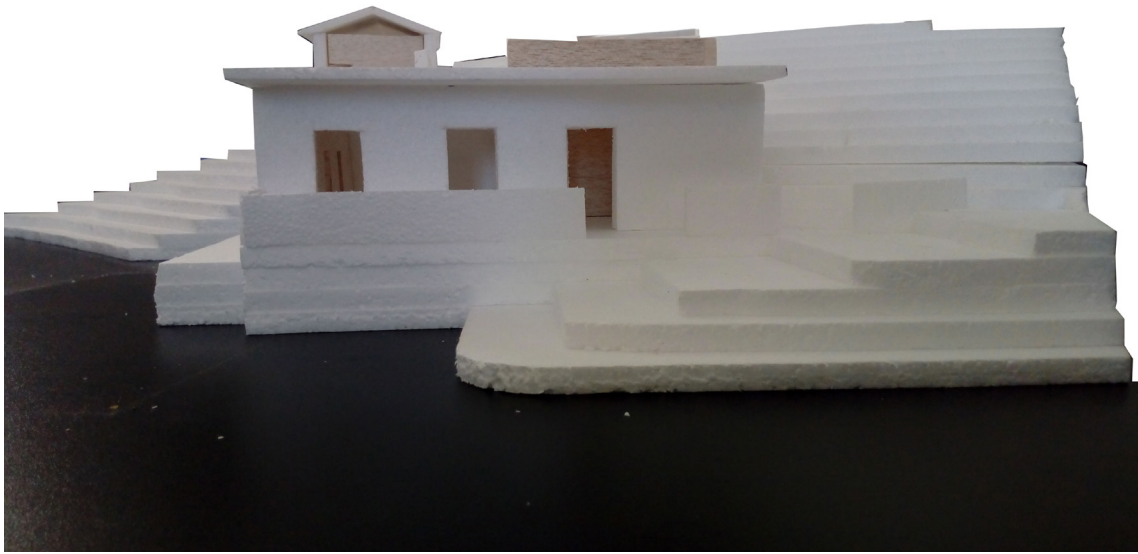


MCS VIVE NO PISO
DE BAIXO

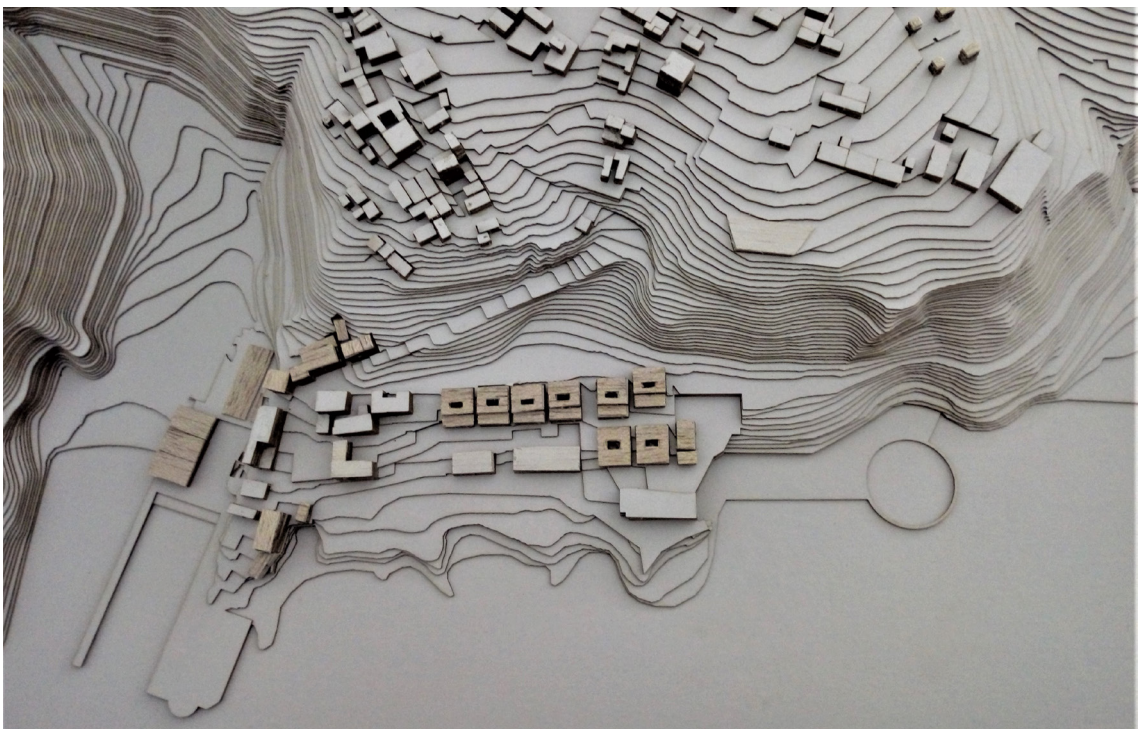
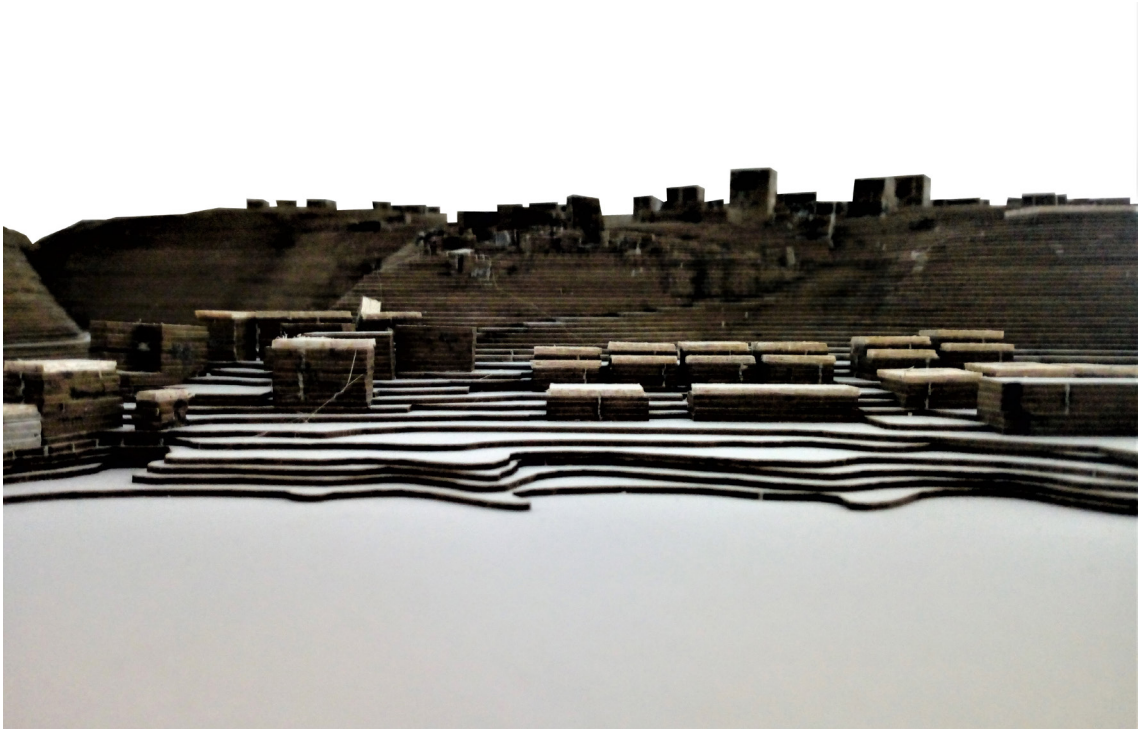








Maquete de estudo - Anexo VI

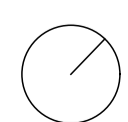


Maquete do *Centro de Identidade* - Anexo VII



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta do Centro de Identidade da Vila da Preguiça



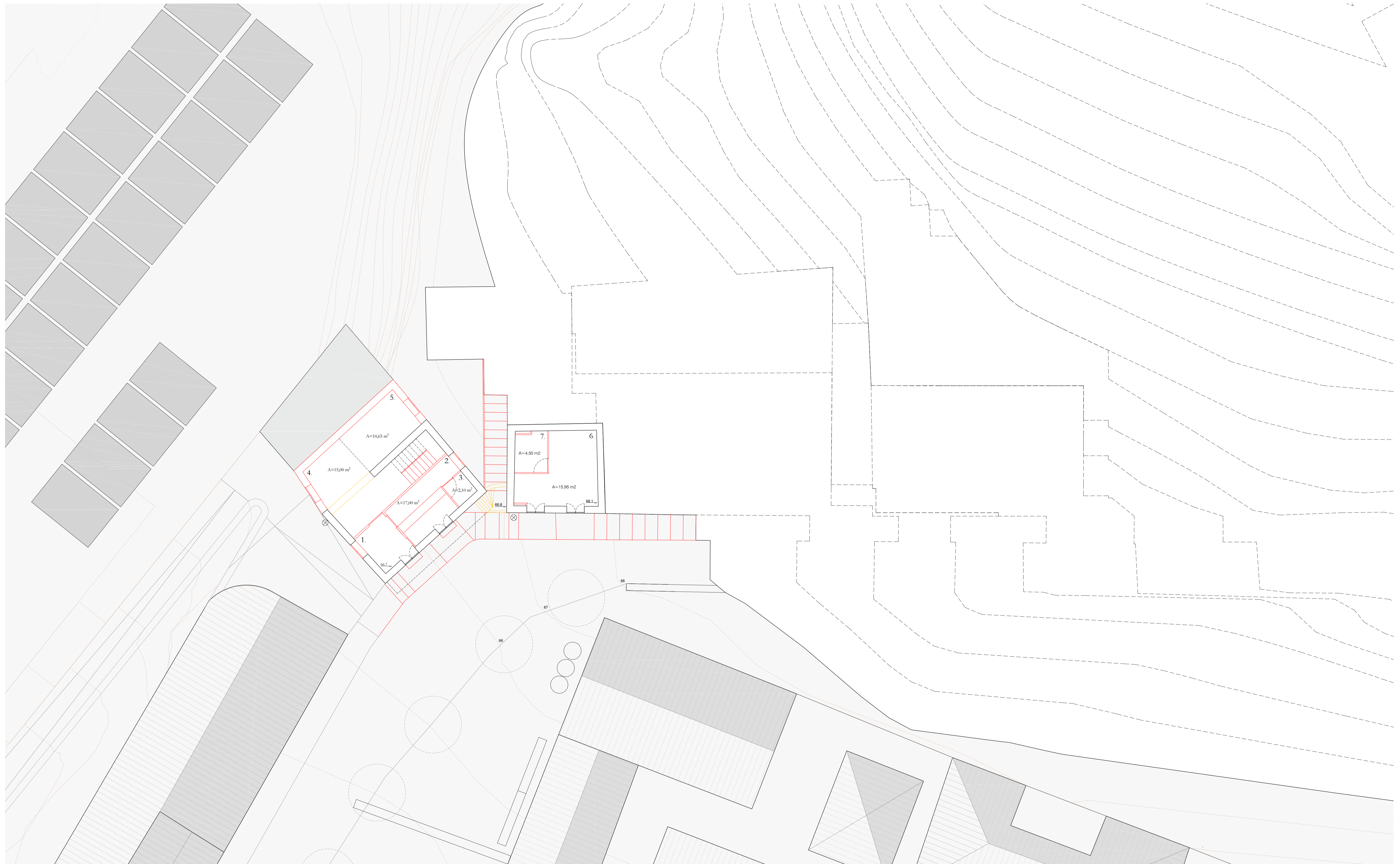
0 5 10 20
Escala 1/500

Legenda:

1. Laboratório da Preguiça 2. Espaço público 3. Requalificação de edifícios 4. Habitação nova 5. Porto de pesca 6. Piscina marítima

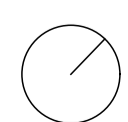
01

Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura | Laura São Marcos Fidalgo Gaspar
Laboratório(s) da Preguiça | Orientador: Professor Doutor Nuno Lopes | Coorientador: Professor Doutor Walter Rossa
Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | Dezembro de 2019



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta de vermelhos e amarelos à cota 69



0 0,5 1 2
Escala 1/100

Legenda:

Comércio:

1. Loja 2. Dispensa 3. I.S. de apoio

Habitação 1:

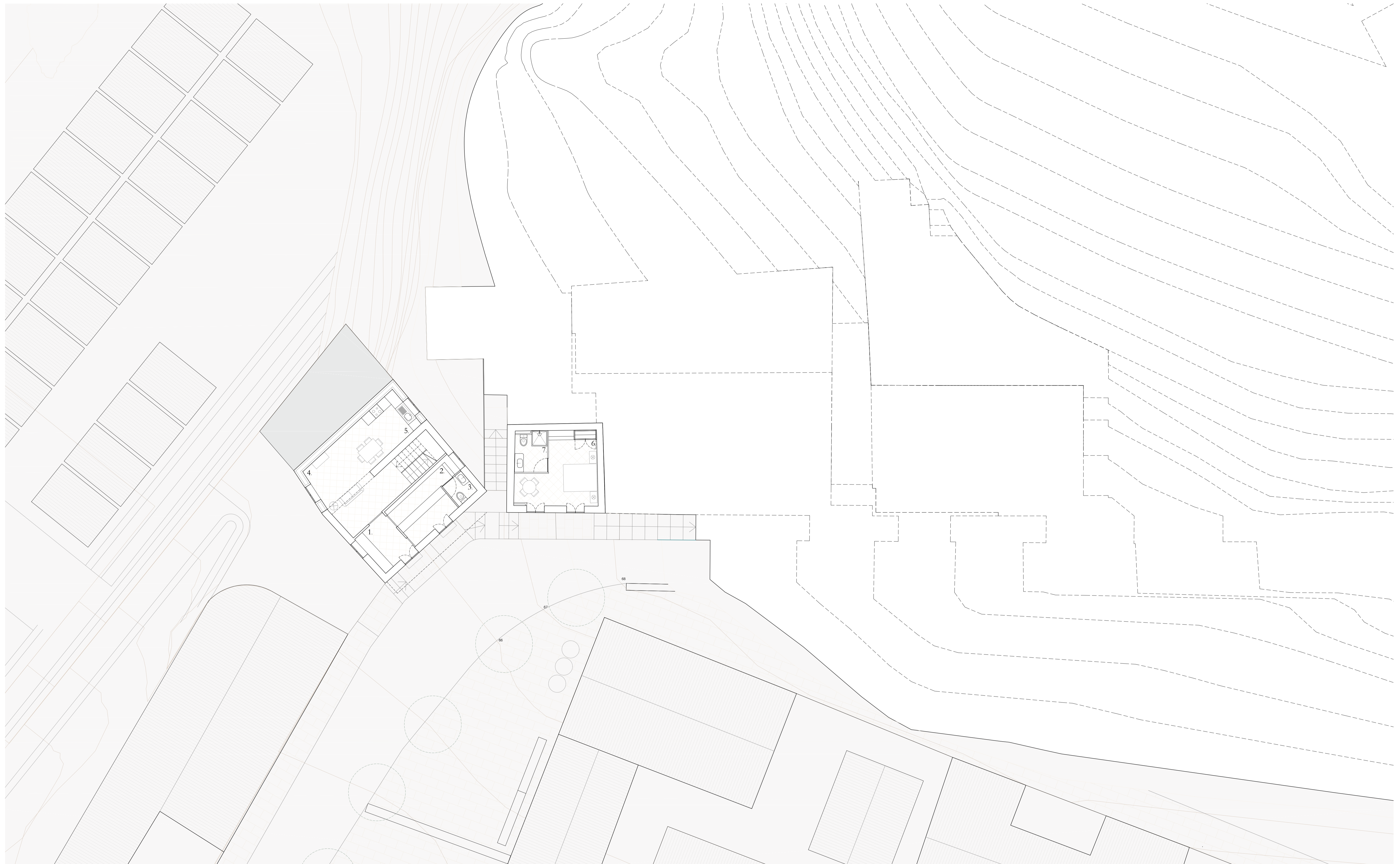
4. Sala 5. Cozinha

Alojamento 1:

6. Quarto 7. I. Sanitária

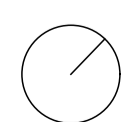
02

Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura | Laura São Marcos Fidalgo Gaspar
Laboratório(s) da Preguiça | Orientador: Professor Doutor Nuno Lopes | Coorientador: Professor Doutor Walter Rossa
Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | Dezembro de 2019



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta à cota 69



0 0,5 1 2
 Escala 1/100

Legenda:

Comércio:

1. Loja 2. Dispensa 3. I.S. de apoio

Habitação 1:

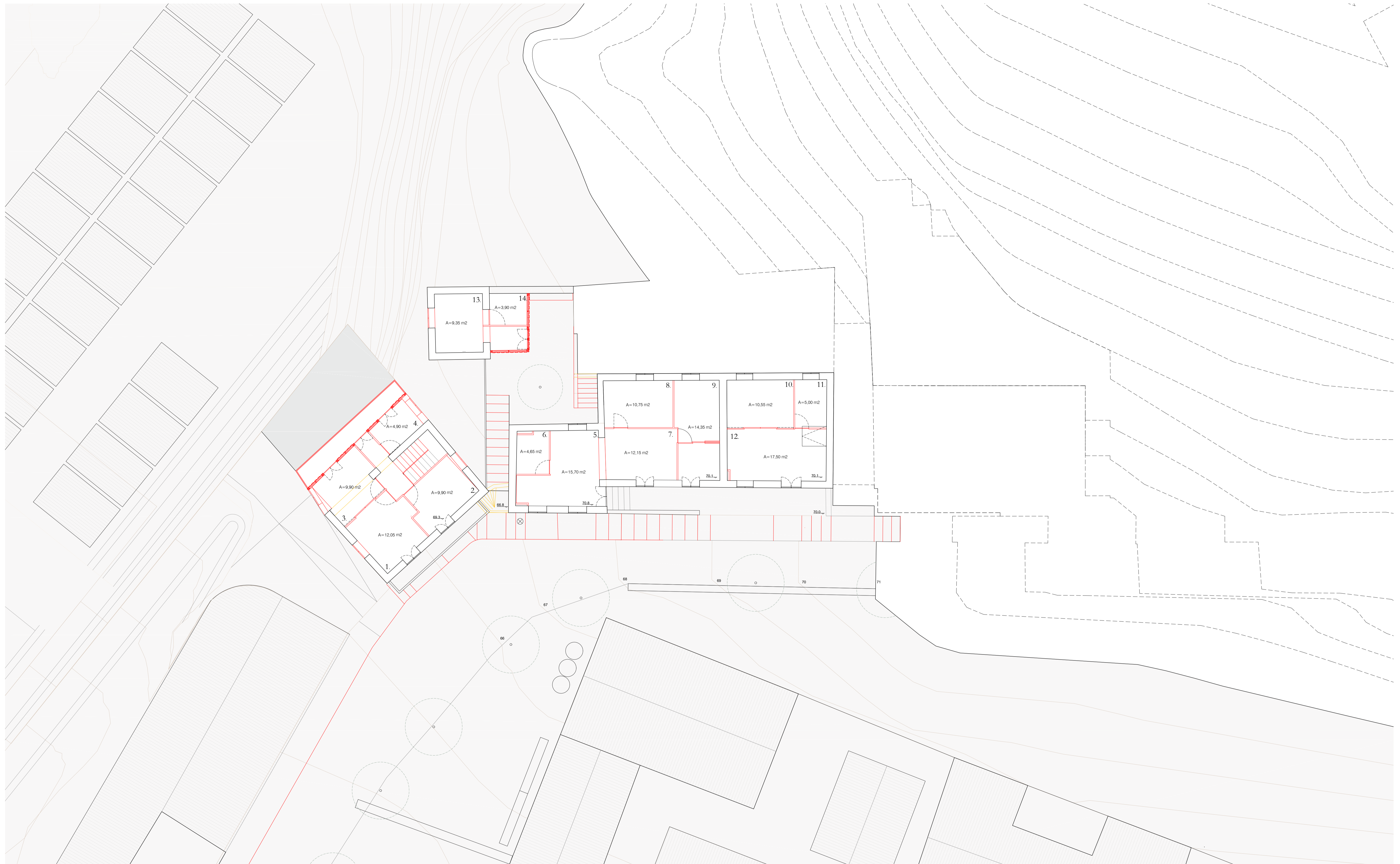
4. Sala 5. Cozinha

Alojamento 1:

6. Quarto 7. I. Sanitária

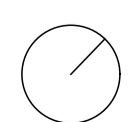
03

Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura | Laura São Marcos Fidalgo Gaspar
 Laboratório(s) da Preguiça | Orientador: Professor Doutor Nuno Lopes | Coorientador: Professor Doutor Walter Rossa
 Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | Dezembro de 2019



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta de vermelhos e amarelos à cota 71



0 0,5 1 2
 Escala 1/100

Legenda:

Habitação 1:

- 1. Quarto duplo
- 2. Quarto de casal
- 3. Quarto simples
- 4. I. Sanitária

Habitação 2:

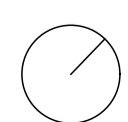
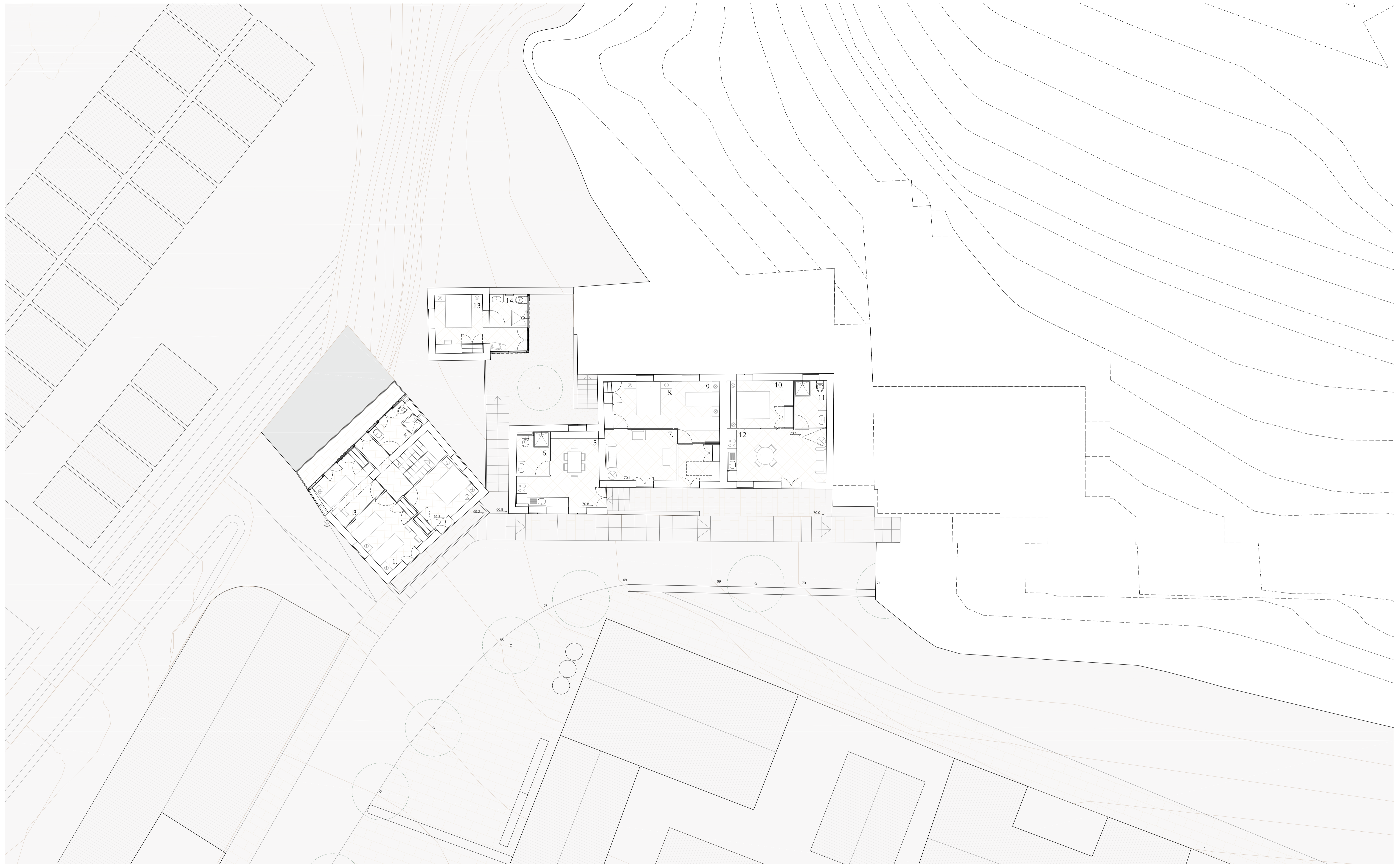
- 5. Cozinha
- 6. I. Sanitária
- 7. Sala
- 8. Quarto de casal
- 9. Quarto duplo

Alojamento 2:

- 10. Quarto de casal
- 11. I. Sanitária
- 12. Sala/cozinha

Alojamento 3:

- 13. Quarto de casal
- 14. I. Sanitária



0 0.5 1 2
 Escala 1/100

Legenda:

Habitação 1:

1. Quarto duplo 2. Quarto de casal 3. Quarto simples 4. I. Sanitária

Habitação 2:

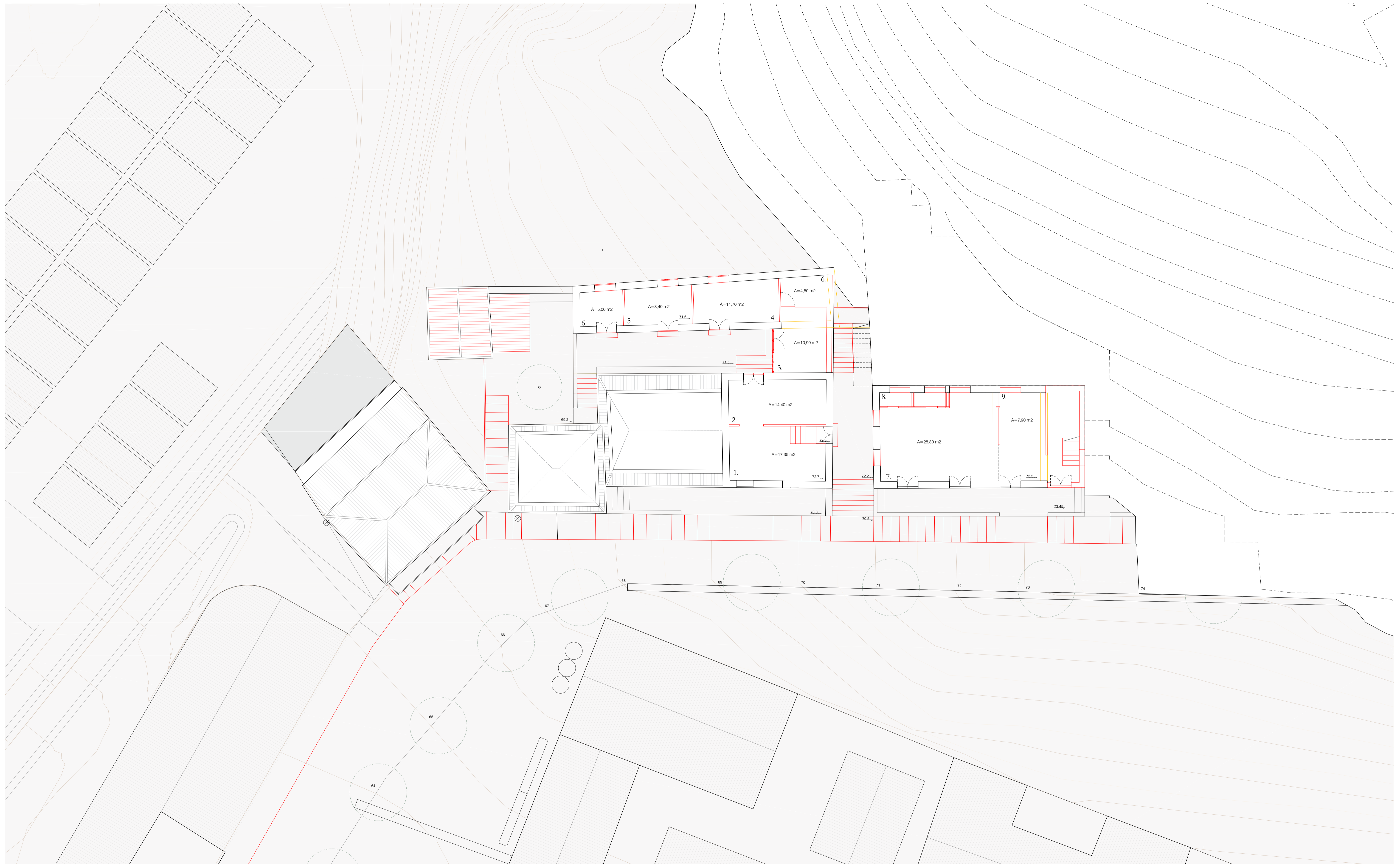
5. Cozinha 6. I. Sanitária 7. Sala 8. Quarto de casal 9. Quarto duplo

Alojamento 2:

10. Quarto de casal 11. I. Sanitária 12. Sala/cozinha

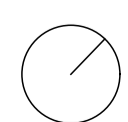
Alojamento 3:

13. Quarto de casal 14. I. Sanitária



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta de vermelhos e amarelos à cota 74



0 0.5 1 2
 Escala 1/100

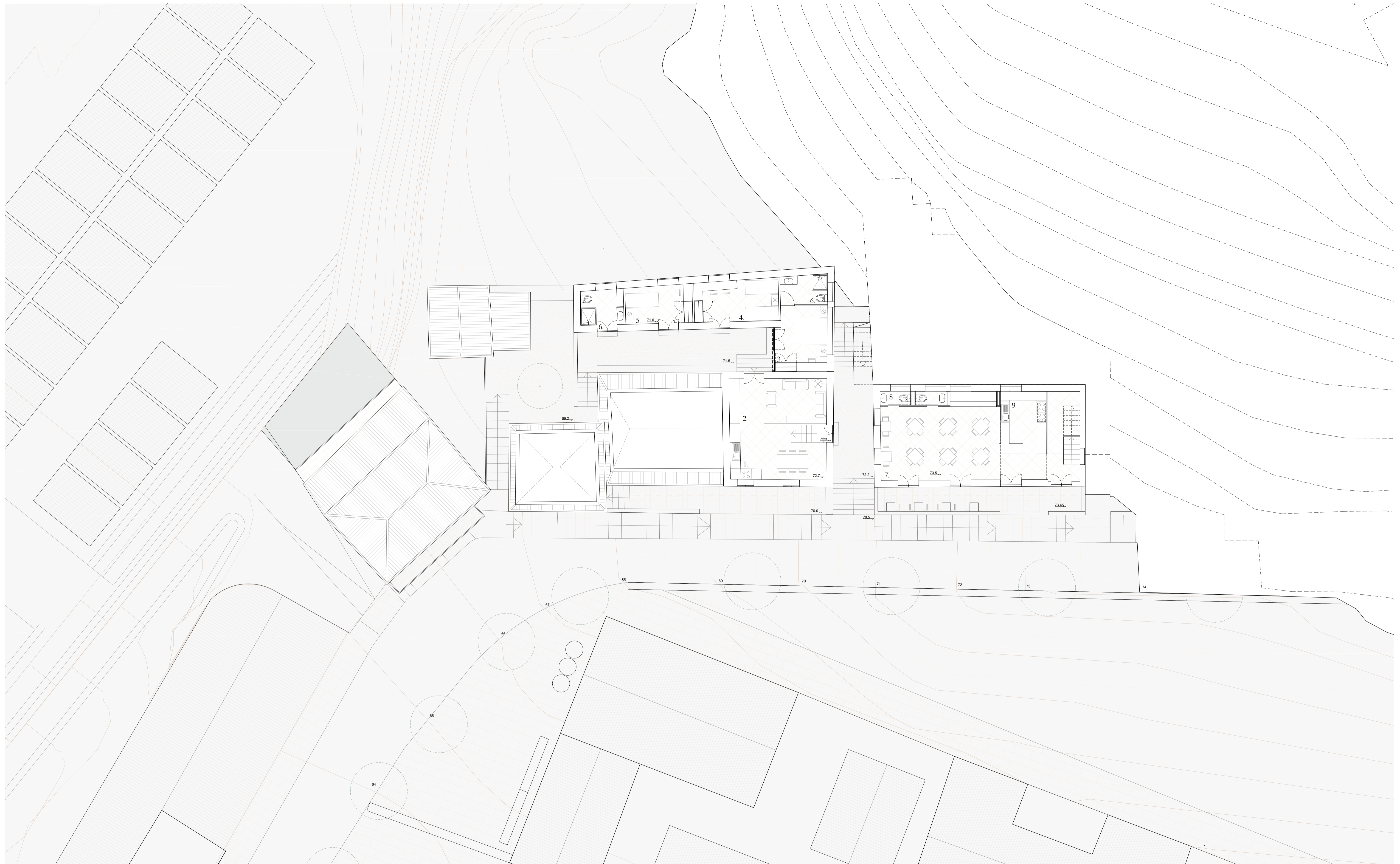
Legenda:

Habitação 3:

1. Cozinha 2. Sala 3. Quarto de casal 4. Quarto duplo 5. Quarto simples 6. I. Sanitária

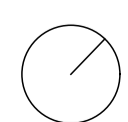
Comércio:

7. Sala de refeições 8. I. Sanitária 9. Cozinha



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta à cota 74



0 0,5 1 2
 Escala 1/100

Legenda:

Habitação 3:

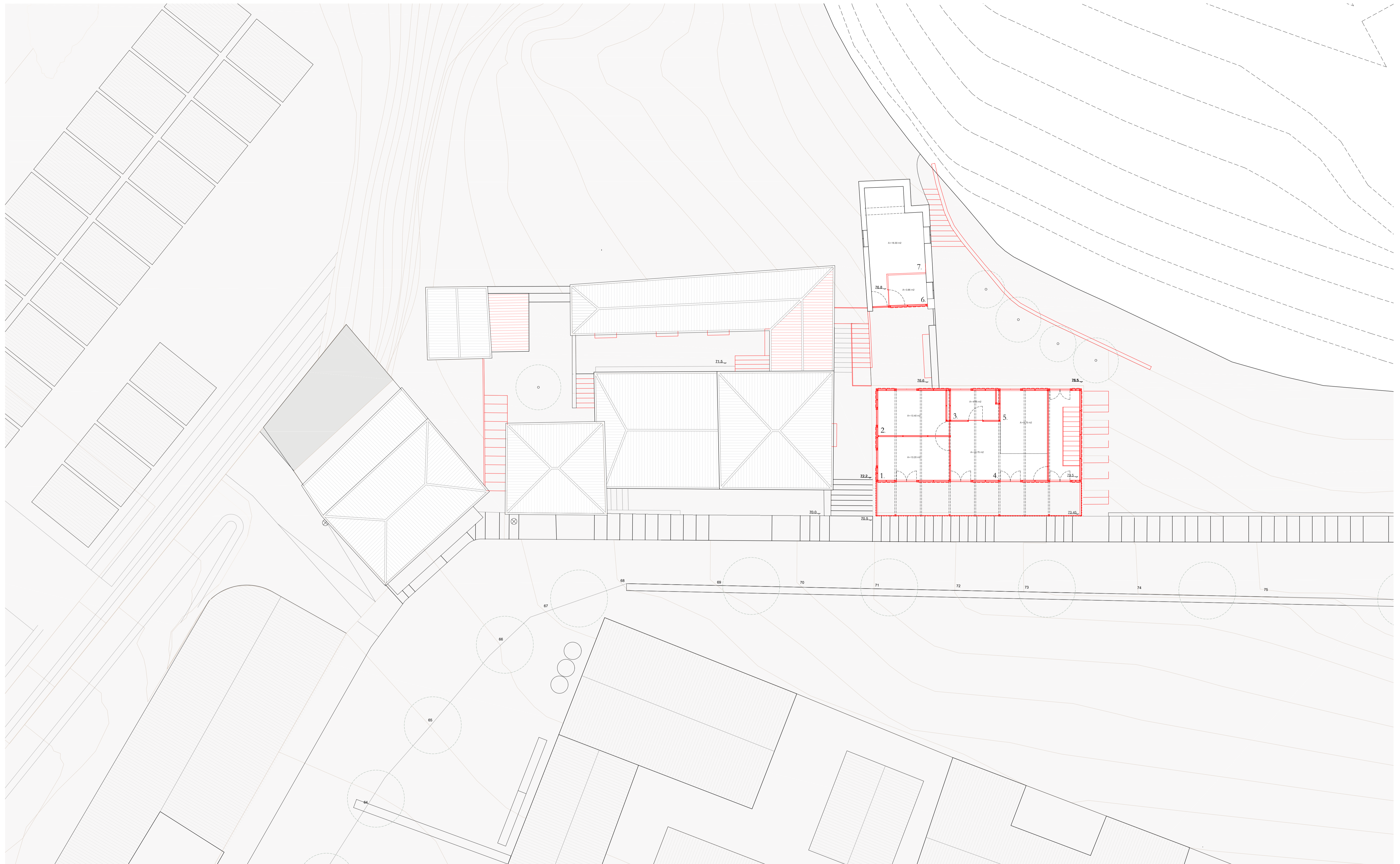
1. Cozinha 2. Sala 3. Quarto de casal 4. Quarto duplo 5. Quarto simples 6. I. Sanitária

Comércio:

7. Sala de refeições 8. I. Sanitária 9. Cozinha

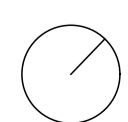
07

Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura | Laura São Marcos Fidalgo Gaspar
 Laboratório(s) da Preguiça | Orientador: Professor Doutor Nuno Lopes | Coorientador: Professor Doutor Walter Rossa
 Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | Dezembro de 2019



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta de vermelhos e amarelos à cota 79



0 0.5 1 2
 Escala 1/100

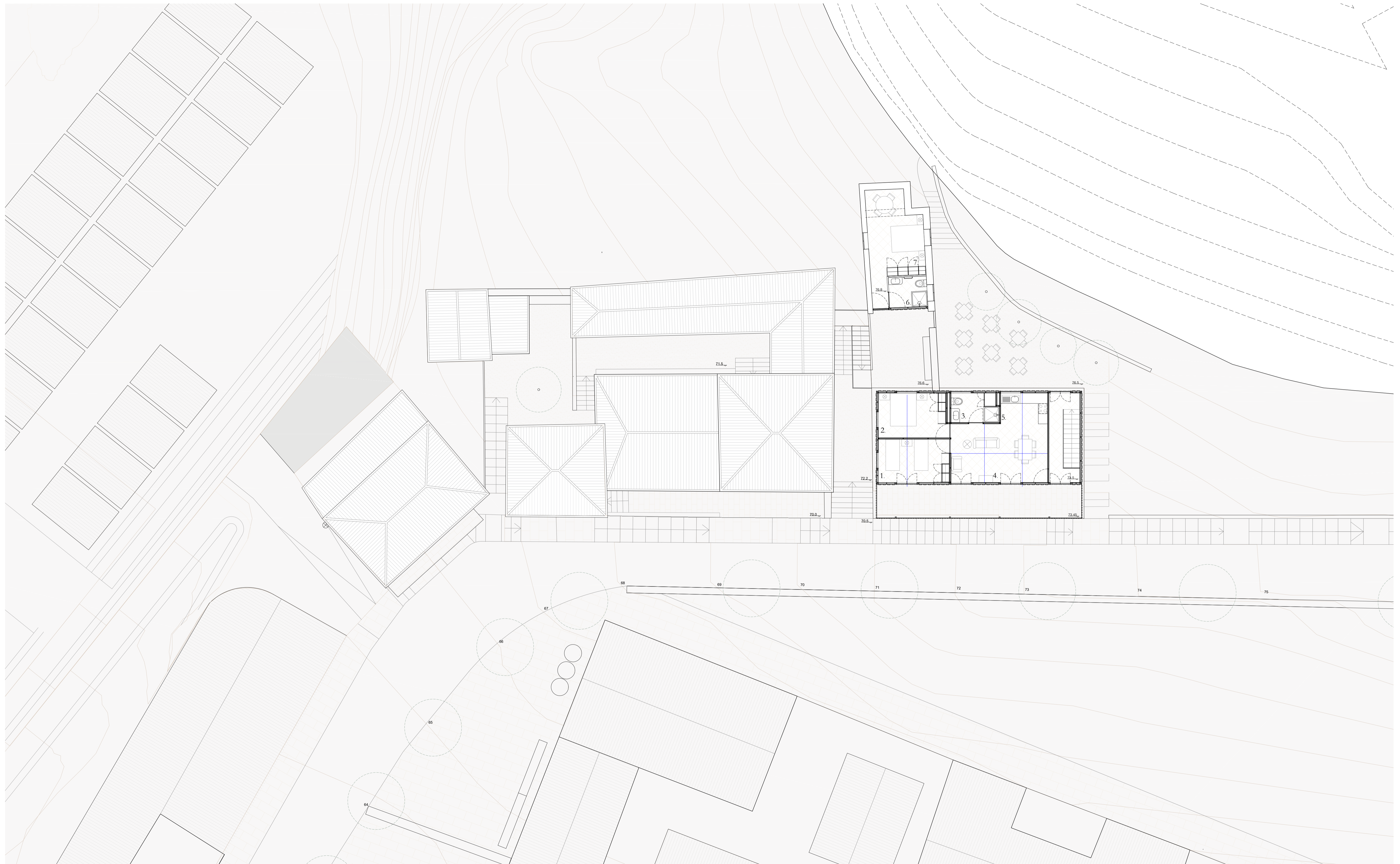
Legenda:

Habitação 4:

1. Quarto duplo 2. Quarto de casal 3. I. Sanitária 4. Sala 5. Cozinha

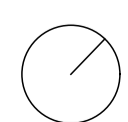
Alojamento 4:

6. I. Sanitária 7. Quarto de casal



Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
 comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Planta à cota 79



0 0,5 1 2
 Escala 1/100

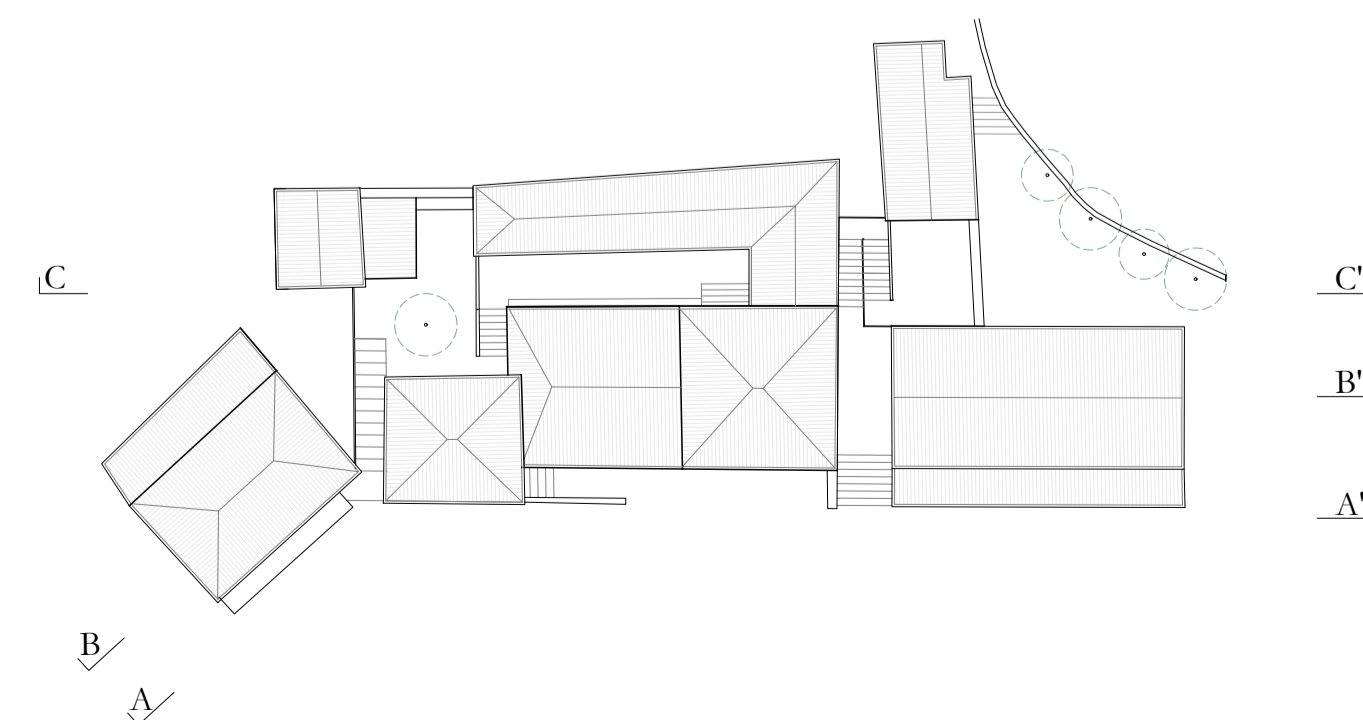
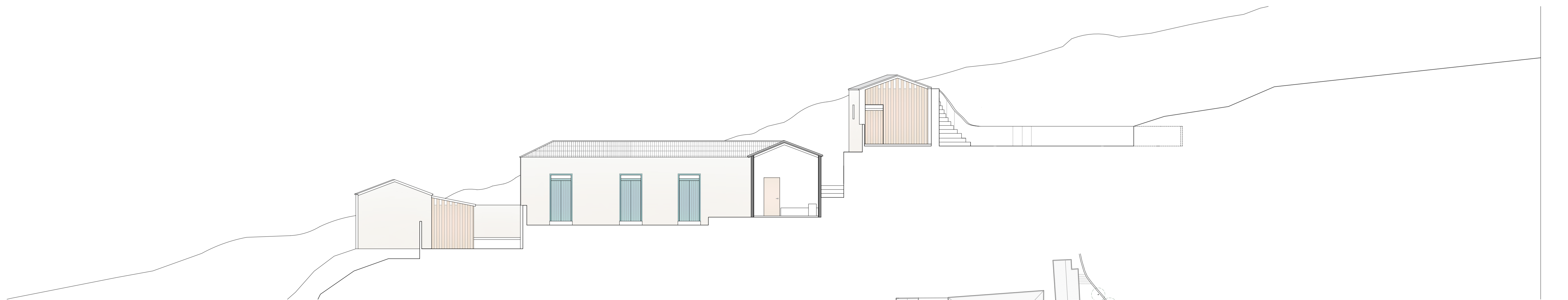
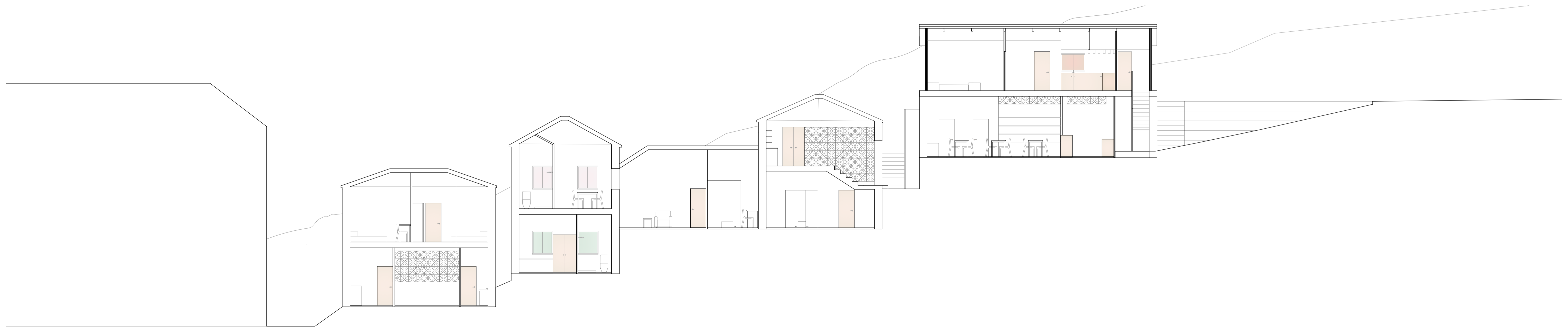
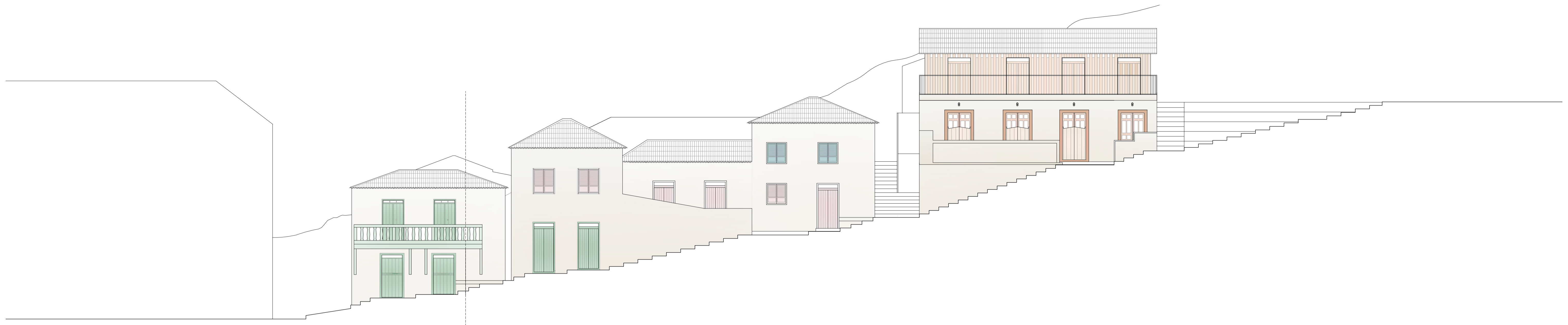
Legenda:

Habitação 4:

1. Quarto duplo 2. Quarto de casal 3. I. Sanitária 4. Sala 5. Cozinha

Alojamento 4:

6. I. Sanitária 7. Quarto de casal



0 0.5 1 2
Escala 1/100

Reabilitar o Centro de Identidade da Preguiça:
comércio e turismo integrados em habitação como motores de desenvolvimento

Alçados e cortes